


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

SIRLENE DUARTE

**PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO E
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: O SUJEITO NO
ENTREMEIO DA AUTO-AJUDA E DA CIÊNCIA**



**ARARAQUARA – SP
2008**

SIRLENE DUARTE

**PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO E
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: O
SUJEITO NO ENTREMEIO DA AUTO-
AJUDA E DA CIÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de
Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista,
Campus de Araraquara, como pré-requisito para a
obtenção do título de Doutor em Letras.

**Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e
Funcionamento Discursivo e Textual**

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

**ARARAQUARA – SP
2008**

Ao Nilton Leonardo (Léo) e ao Vinícius, cujas ausências se fazem, a cada dia, mais presentes.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as contribuições que recebi no percurso da feitura deste trabalho. Algumas vindas de longe, outras de muito perto. Este é, agora, o momento de agradecer aos companheiros participantes dessa jornada.

Agradeço, com um carinho muito especial, ao professor Dr. Arnaldo Cortina, orientador desta pesquisa, por ter, pacientemente, sabido compreender as minhas tantas dificuldades. Agradeço a sensibilidade, a generosidade e a honestidade, tão marcantes em seu comportamento e, sobretudo, agradeço, com respeito e admiração, pelo rigor profissional com que conduziu a orientação desta pesquisa.

Aos professores componentes da banca examinadora, por aceitarem o convite para a participação desta defesa. Às profas. Dras. Maria do Rosário V. Gregolin e Vanice Maria O. Sargentini, pelas contribuições dadas quando do exame de qualificação, pela acolhida em Araraquara, pelos produtivos encontros em congressos, bares e repúblicas da academia. Ao prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes, pela interlocução neste e em tantos outros trabalhos. À profa. Dra. Renata Coelho Marchezan, pelas contribuições nas leituras de Mikhail Bakhtin.

Ao Cleu ou Cleuzinho, que conheci mais recentemente nos caminhos do fazer análise de discursos, agradeço sua contribuição; e, como não lembrar, ao “Çula”, meu amigo-irmão, meu companheiro, meu comparte de longa data, desde as primeiras “Letras”. É com amor-paixão que agradeço sua amizade e sua participação durante o fazer deste trabalho.

E o que seria de mim sem Antônio, o Tony Fernandes Júnior, e sem a Taninha, a Maia Barcelos. Sem vocês eu não seria a Sirla que sou. Obrigada, a vocês dois, Tony e Tânia, por estarem presentes, constantemente e sem trégua, nos momentos bons, mas, e, principalmente, naqueles em que eu mais precisei de apoio. Foram nesses momentos que Antônio recitou o

poema mais perfeito e Tânia escolheu “a roupa com a qual eu pudesse dançar o melhor samba”.

À Lidiane Alves do Nascimento, a lindinha, e à Gisele Alves, companheira de livros e “copos”. As razões para justificar o meu agradecimento são tantas que se resumem na seguinte frase: um beijo, de mãe, no coração de cada uma.

Aos membros do GEADA (Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara), de “todas as épocas”, de todos os lugares, em todos os momentos, eu agradeço a acolhida gentil e a interlocução em Análise do Discurso.

Ao GELE (Grupo de Estudos em Leitura), pelas contribuições teóricas em Semiótica Greimasiana. Em especial ao Fernando Moreno, uma amizade construída nesse percurso e que se mantém, mesmo que a geografia insista em nos distanciar.

À Léa, pela compreensão em minhas ausências. E ao Francisco, pelo momento feliz no início de 2008. À Cida Conti, à Aline, ao Ismael, ao Niguelme e ao Henrique (meu lindo acreano), amizade construída e estreitada nesse percurso.

Ao Nilton Milanez, meu lado pandoca, agradeço por estar sempre bem pertinho, em todos os momentos. Obrigada pelo resumo em língua estrangeira, tanto em francês quanto em inglês.

Às funcionárias da Secretaria da Pós-Graduação, em Araraquara, pela cortesia e agilidade no atendimento.

Aos colegas da lida diária do Campus da UFG em Catalão, amigos dos cursos de História, Pedagogia, Geografia, Matemática, Ciências da Computação, Educação Física; e aos meus colegas de Departamento, agradeço por (re)afirmarem, sempre, que o fazer acadêmico é tecido nas mesmas tramas do fazer pessoal e político. Em especial agradeço à Ademilde pelas tantas traduções do francês e por estar sempre presente em minha vida acadêmica e pessoal; à Imaculada, por quem tenho um grande respeito profissional, agradeço a amizade; à Lívia, pelo ombro amigo nos bons e nos maus momentos; à Maria Helena, por fazer-me avó, trazendo ao mundo a Alice e, “pelas mãos de Alice”, vislumbrar dias mais felizes.

Na pessoa do Diretor do Campus de Catalão, Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves, eu agradeço a todos os funcionários, indistintamente, em suas diversas áreas de atividades, pela amizade sincera.

Ao Departamento de Letras, Administração do Campus da UFG e à Prefeitura Municipal de Catalão, pela licença concedida. E, aos funcionários do Departamento Pessoal, pela agilidade na tramitação da documentação referente a essa licença.

E, por último, agradeço aos meus pais, meus irmãos e irmãs por participarem de minha vida diária; à Karinne e ao Thiago, meus filhos, por compreenderem as tantas ausências; e ao Braz, meu marido-VIDA, por suportar, pacientemente, a minha tensão durante a escritura deste trabalho.

DUARTE, Sirlene. *Práticas de subjetivação e construção identitária: o sujeito no entremeio da auto-ajuda e da ciência*. 2008. 141f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2008.

RESUMO

O presente trabalho concebe a literatura de auto-ajuda como uma prática contemporânea de subjetivação e procura analisar os discursos que sustentam determinados textos de auto-ajuda, compreendendo-os como parte integrante de discursos historicamente produzidos. Para tanto, procura verificar os efeitos de construção identitária, observados no discurso da *Teoria Multifocal do Conhecimento*, elaborada por Augusto Cury, um dos escritores representativos da literatura de auto-ajuda no Brasil. Sustentam esta pesquisa os pressupostos teóricos da Análise do Discurso francesa, a partir das contribuições dadas por Michel Foucault, já assinaladas por Michel Pêcheux, e amplamente desenvolvidas em vários trabalhos realizados por estudiosos brasileiros; mais especificamente, esta pesquisa centra-se nas noções de subjetividade e identidade e nas reflexões sobre ciência arroladas na obra de Foucault. Com esse aporte, problematiza-se a língua como materialidade do discurso cujo funcionamento, na auto-ajuda, possibilitou apreender tipos identitários a partir dos saberes criados nesse discurso visando a interferir e a conduzir as subjetividades em direção a um modelo de sujeito requisitado na contemporaneidade. A análise lingüístico-discursiva possibilitou perceber a conformação de um discurso utilitarista/pragmatista funcionando a partir do saber, do desejo, da crença e da ação dos sujeitos.

Palavras-chave: Discurso. Auto-ajuda. Ciência. Subjetividade. Identidade.

DUARTE, Sirlene. Pratiques de subjectivation et construction identitaire: le sujet dans l'entremêlé de l'auto-aide et de la science. 2008. 141f. Thèse (Doctorat en Linguistique et Langue Portugaise). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

RÉSUMÉ

Ce travail présent conçoit la littérature de l'auto-aide comme une pratique contemporaine de subjectivation, cherchant analyser les discours qui soutiennent certains textes de l'auto-aide, en les comprenant tel qu'intégrant de discours historiquement produits. Donc, il cherche à vérifier les effets de constructions identitaires, observés dans le discours de la *Teoria Multifocal do Conhecimento* [Théorie Multifocal de la Connaissance], élaborée par Augusto Cury, l'un des écrivains les plus représentatifs de la littérature de l'auto-aide au Brésil. Les présupposés de l'Analyse du Discours d'orientation française soutiennent cette recherche, à partir des contributions de Michel Foucault, déjà signalées par Michel Pêcheux, largement développées dans des plusieurs travaux réalisés par des chercheurs brésiliens; spécifiquement, cette recherche focalise les notions de subjectivité et identité ainsi que les réflexions sur la science, de la façon dont elle a été comprise par Michel Foucault. Considérant ce postulat, on problematise la langue comme matérialité du discours, vu que son fonctionnement à propos de l'auto-aide remet à l'appréhension des types identitaires à partir des savoir créés dans ce discours, visant à l'interférence et la conduction des subjectivités vers un modèle de sujet demandé par notre contemporanéité. Une analyse linguistique-discursive a possibilité la perception de la configuration d'un discours utilitariste/pragmatique fonctionnant à partir du savoir, du désir, des croyances et de l'actions des sujets.

Mots-clés: Discours. L'auto-aide. Science. Subjectivité. Identité.

DUARTE, Sirlene. Subjectivation practices and identity construction: the subject in-between the self-help and the science. 2008. 141f. Thesis (Doctorate in Linguistics and Portuguese Language). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

ABSTRACT

This research conceives the literature on self-help as a contemporaneous practice of subjectivation, searching to analyse the discourses which support certain self-help texts and comprehending them as a constitutive part of discourses historically produced. Therefore, it searches to verify the effects of identity construction, observed in the discourse of the *Teoria Multifocal do Conhecimento* [Multifocal Knowledge Theory], elaborated by Augusto Cury, one of the most representative writers on self-help literature in Brazil. This research is based on the theoretical presuppositions of the Discourse Analyses of French orientation, from Michel Foucault contributions, also pointed by Michel Pêcheux, largely developed in several works taken by Brazilian researchers; specifically, this research focus on not only the notions of subjectivity and identity, but also on the discussions about science, the way it is understood in the works of Michel Foucault. Taken these postulates, we discuss the language as a materiality of the discourse, which functioning concerning this kind literature provides the apprehension of several identity types from the knowledge created within this discourse, which objective is to interfere and conduct the subjectivities towards a subject pattern required in nowadays. A linguistic-discursive analysis provided the realization of a configuration of an utilitarian/pragmatic discourse functioning from knowledge, desire, beliefs, and action of the subjects.

Keywords: Discourse. Self-help. Science. Subjectivity. Identity.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	11
1. O tema e a pesquisa.....	11
2. A escolha do material de análise/constituição do <i>corpus</i>	15
3. Sobre o autor e as obras.....	21
4. Hipóteses e objetivos.....	24
5. Trabalhos realizados sobre a literatura de auto-ajuda.....	25
1. BASES TEÓRICAS PARA UM ESTUDO SOBRE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E SUBJETIVIDADE.....	31
2. PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA.....	66
2.1. Subjetividade e Identidade.....	66
2.2. A escrita autobiográfica no entrelugar científico e identitário.....	73
3. O FAZER CIÊNCIA NA <i>TEORIA MULTIFOCAL DO CONHECIMENTO</i>	92
3.1. Das formas de conhecimento.....	92
3.2. A <i>TMC</i> e a autonomia do sujeito.....	102
3.3. A <i>TMC</i> e a idéia de caos: ilusão de origem identitária:.....	110
3.4. Auto-ajuda: o sujeito contemporâneo na mira da <i>TMC</i>	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A literatura de auto-ajuda assemelha-se a uma droga que lota cada vez mais as prateleiras das livrarias, ensinando a exorcizar os abalos das figuras em vigência. (Suely Rolnik)

1. O tema e a pesquisa

O interesse em estudar o tema auto-ajuda tem nos acompanhado há algum tempo. Surgiu, inicialmente, quando aluna do Curso de Mestrado, na Universidade Federal de Goiás, em 1996, cursando a disciplina “Tópicos em aquisição e desenvolvimento da escrita”, ministrada pela professora Dr^a Sônia Vieira Mota. Foi nesse curso que entramos em contato, pela primeira vez, com alguns autores ligados à área de estudos da Análise do Discurso de linha francesa, especificamente a que tem a psicanálise como eixo norteador. Para o trabalho final daquela disciplina, propusemos analisar alguns mecanismos persuasivos que poderiam ser encontrados em textos de auto-ajuda e escolhemos, para isso, dois trabalhos publicados pelo escritor Lair Ribeiro. Foi esse trabalho que nos fez esboçar, na época, um plano de pesquisa sobre o tema. Todavia, terminada a disciplina, e por razões diversas, engavetamos o projeto. Foi somente em 2003, quando matriculada como aluna especial na FCL-UNESP/CAR, nas disciplinas “Semiótica Discursiva”, ministrada pelo professor Dr. Arnaldo Cortina, e “Contextos Epistemológicos da Análise do Discurso”, ministrada pela professora Dr^a Maria do Rosário Valencise Gregolin, que o interesse em retomar o assunto voltou. A consolidação do projeto de pesquisa concebendo a literatura de auto-ajuda como prática de subjetivação veio em momento posterior, quando já aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa nesta instituição.

Os trabalhos que se têm sobre a literatura de auto-ajuda, atualmente, nas diferentes perspectivas teórico-analíticas, concordam em um ponto: há um tipo de auto-ajuda, sob forma

de manual, que tem por objetivo ditar regras de comportamento. Definido como manual¹ ou técnica, esse tipo de literatura tem por objetivo ensinar modos de conduta, modos de viver individual. Por meio do resgate da auto-estima e do estímulo de pensamentos positivos é possível, propõe a maioria das obras de auto-ajuda, resolver as mazelas pelas quais passa o sujeito. Diversas e diferentes são as técnicas ou instruções que podem ser encontradas nesses livros, cada uma delas direcionada a um tipo específico de questão: “ser líder de si mesmo”, “parar de fumar”, “emagrecer sem passar fome”, “enriquecer rapidamente”, “relacionar-se bem com as pessoas”, “fazer amigos”, “obter prazeres do sexo”, “viver bem na intimidade”, “adquirir sabedoria rapidamente”, “ser bonita para sempre”, “aumentar o poder da memória”, “administrar o estresse”, “falar bem para progredir na carreira profissional”, “revolucionar a qualidade de vida”, etc. As propostas são as mais variadas, desde alcançar sucesso profissional e pessoal até controlar o corpo e a mente para a obtenção daquilo que se almeja.

O princípio básico parece ser o de que qualquer pessoa é capaz de ajudar a si mesma, desde que siga os conselhos dados, ou instruções prescritas, pelos manuais. Em síntese, é necessário entrar em um estado de bem-estar e de perfeição consigo mesmo para viver e relacionar-se harmoniosamente com os outros. Os livros de auto-ajuda têm, assim, o objetivo de ensinar modos de conduta para que o sujeito possa se fortalecer e, fortalecido, viver em plena felicidade. Nesse raciocínio, é possível apontar uma característica nesse tipo de literatura: há nele um discurso de automodelação e de controle do corpo e da mente, pretensiosamente revolucionário, ou, que pode auxiliar o sujeito a fazer uma “verdadeira revolução em sua vida”, como propõe Cury (1998), por exemplo, quando prescreve tipos de condutas eficazes para se conquistar tanto um determinado bem quanto solucionar um dado problema, sejam eles de cunho material ou espiritual. Nessa conformação, esse discurso apresenta duas particularidades: adquire propriedade de verdade inquestionável quando o provável passa a ser o possível na e pela ação do sujeito que, por sua vez, poderá transformar a realidade independentemente de sua situação concreta (sociohistórica); ser sustentado pela crença em soluções imediatistas e em fórmulas miraculosas.

Corroborar com essa afirmação Brunelli (2003, p. 177) quando diz que

os livros de auto-ajuda [...] pregam que o segredo para que qualquer um consiga melhorar de vida, alcançar sucesso, ganhar muito dinheiro etc. está

¹ Nessa acepção, de acordo com a maioria dos trabalhos que se tem sobre auto-ajuda, por manual entende-se “livro-guia”, de fácil manuseio, que porta instruções fáceis de serem executadas. Em nossas leituras, não encontramos a concepção de “gênero didático”, embora alguns pesquisadores, como Chagas (2001; 2002), por exemplo, fale em um discurso didático da auto-ajuda.

na crença incondicional na realização dos sonhos, do projeto de vida, dos desejos etc. [...] jamais duvidar do poder que se tem de mudar a realidade.

Essa idéia de crença e de fé pode ser encontrada na afirmação de um dos escritores que mais vende livros de auto-ajuda, Lair Ribeiro, quando diz não haver “nada de errado com o mundo em si. O caso não é mudar o Brasil, nem a sociedade. Você é que tem que mudar. Se você mudar, o mundo muda com você” (RIBEIRO, 1992, p. 42).

No que se refere aos livros publicados por Lair Ribeiro, temos observado que, em sua maioria, e alguns trabalhos de pesquisa sobre a obra desse autor endossam a nossa constatação², mantêm um discurso sustentado no próprio sujeito, creditando-lhe total responsabilidade por todos os seus atos. Os usos condicional e imperativo presentes nos enunciados (“se você mudar” = “mude!”), característicos desse discurso voltado principalmente para o universo empresarial, produzem alguns efeitos de sentido que merecem duas considerações: os problemas pelos quais passa o sujeito dizem-lhe respeito diretamente, pois causados por ele mesmo (não há “nada de errado com o mundo” = se há algo errado, esse algo é você; “se você mudar, o mundo muda com você” = discurso da capacidade pessoal, do mérito próprio: todas as conquistas advêm da capacidade, da aptidão, da superioridade, de o sujeito em obtê-las. Essa afirmação provoca um outro deslizamento de sentido: todos os fracassos resultam também da incapacidade, do desmerecimento, do próprio sujeito em não querer mudar). O discurso que sustenta esse tipo de direcionamento na literatura de auto-ajuda é o da meritocracia³; o universo exterior ao sujeito está estabilizado, é seguro. A mudança necessária encontra-se no mundo interior, encontra-se dentro de cada um dos sujeitos. A fé, nesse caso, não está direcionada nem para o divino e nem para o místico, mas na crença da vontade e da aptidão pessoal em querer mudar.

Esse discurso fundado no valor pessoal pode ser encontrado em grande parte das obras de auto-ajuda. A título de exemplo, podemos novamente citar o escritor Augusto Jorge Cury, quando afirma, em um de seus livros, que “ser feliz é deixar de ser **vítima** dos problemas e se tornar autor da própria história. Ser feliz é uma **conquista** e não obra do acaso” (CURY, 2001, p. 12, os grifos são nossos).

² Ver especialmente o trabalho de CERCATO – www.inventario.ufba.br, consultado em 15/03/2006.

³ O discurso do mérito, de valor moral ou intelectual, está centrado nas aptidões do indivíduo. Segundo Chagas (2002, p. 40), em nota de rodapé, citando Lorenzo Fischer pelas leituras de Bittencourt (1998), a meritocracia tem seus fundamentos no princípio do *achievement*. Tudo quanto um indivíduo consegue na vida (ou não consegue) depende de sua virtude e de sua inteligência.

Enquanto prática, a auto-ajuda parece propor transformações nas relações sociais, modalizando representações, a fim de (re)organizar o(s) sujeito(s) em um espaço e em um tempo historicamente determinados. Como pensar, então, tempo e espaço nesse discurso? Se os problemas sociais e as soluções coletivas parecem engendrar-se em individualidades postas sob fórmulas massificadas – as situações cotidianas são gerais e até mesmo similares para todos os sujeitos –, estaria a auto-ajuda firmando um contrato, do tipo Seguro de Vida, cuja cláusula principal daria garantias para a obtenção de seres perfeitos e harmônicos e cuja identidade seria única e permanente? Ao se produzirem verdades sobre o corpo, a mente, o trabalho, a mulher, dentre outras, a auto-ajuda apresenta-se como um instrumento por meio do qual tudo pode ser resolvido. Duas estratégias são percebidas nesse raciocínio: a primeira resulta do fato de se colocar o sujeito para pensar sua própria vida, recorrendo, para isso, aos exercícios de auto-análise, estratégia auto-reflexiva; a segunda, decorrente da anterior, modificá-la com suas ações, estratégia pragmática. O que parece marcar esse gênero é que “os textos não se destinam unicamente à leitura, possuem um cunho prático, pressupondo que o leitor passará da leitura à ação”, afirma Rüdiger em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo⁴. Assim é que os discursos de auto-ajuda parecem estar sempre respondendo às seguintes questões: o que é você hoje? o que faz você hoje? o que você quer ser hoje? o que você quer ser e será amanhã?

Ao levantar essas questões não poderíamos deixar de falar sobre a linguagem, suas práticas, e sobre sujeito contemporâneo: pensar a literatura de auto-ajuda enquanto prática significa pensá-la inserida no contexto sociohistórico. Refletir sobre essa literatura implica também colocar em evidência formas de linguagem e de sujeito produzidas ou requisitadas nas atuais condições de produção de diferentes discursos voltados para um modelo idealizado, planejado e construído. Ao mesmo tempo, é necessário pensar o lugar e o papel da memória, “uma memória de natureza social”, conforme esclarece Fernandes (2005), diante da proliferação de textos de auto-ajuda que, cada vez mais, lotam as prateleiras das livrarias. O tipo de performance de linguagem que visa a impressionar, a convencer e a levar o sujeito a seguir um modelo prescrito interessa-nos uma vez que parece estar esse sujeito-leitor “capturado” pela imagem de sucesso veiculada nos discursos que compõem essa literatura. Em razão desse apelo, o sujeito vai se configurando e tornando-se aquele que é capaz de tudo fazer, de não só controlar, mas de mudar o seu destino e a sua identidade. Existe um modo (ou

⁴ Entrevista concedida a Iara Biderman e publicada na **Folha Equilíbrio**, datada de 6 de maio de 2004, **Fórmulas simplistas ‘empobrecem’ livros de auto-ajuda**. Folha de S. Paulo.

modos) de subjetivação operado por uma força pragmática sobre os sujeitos que parece organizar os discursos de auto-ajuda. Estamos falando de uma prática cujos objetivos visam a construir, a interferir e a controlar a vida dos sujeitos, tanto na relação do sujeito com ele mesmo quanto na relação do sujeito em sua vida social. Uma prática ligada à produção de valores e que exige ação e reação imediata dos sujeitos. Esse é o movimento que insere a auto-ajuda no contexto contemporâneo, ou contexto da modernidade⁵, e que a faz funcionar como “guia prático da vida”. A vida cotidiana, nesse sentido, é (re)construída entre o escolher um “estilo de vida” a partir de uma gama de opções disponíveis e que visam à (re)estruturação de uma identidade própria, uma “auto-identidade”, nas palavras de Giddens (2002). Visando a conduzir subjetividades, a auto-ajuda vende, então, “maneiras de ver e de sentir, de pensar e de perceber, de morar e de vestir”, ou, “mais do que bens”, oferece “formas de vida para serem consumidas” imediatamente, atendendo ao tipo(s) identitário(s) requisitado(s) mercadologicamente, dialogando com Pelbart (2003, p. 21).

2. A escolha do material de análise/Constituição do *corpus*

Em razão da grande quantidade de livros e das diversas diretrizes encontradas na literatura de auto-ajuda, excluiremos obras que, de alguma forma, estejam vinculadas a algum tipo de religião, como o espiritismo; ligadas às tradições orientais, os taoístas, por exemplo; e as catalogadas como sendo esotéricas.

Consideraremos, para este trabalho, três outros direcionamentos temáticos encontrados no universo discursivo da auto-ajuda e que, conforme Rüdiger (1996, p. 18-20), são distintos e separados entre si segundo suas orientações. O primeiro encontra-se ligado à prática do *pensamento positivo*. As obras com esse direcionamento têm como objetivo ensinar ao sujeito formas de organização para que possa administrar os problemas acarretados com o seu tempo histórico: conciliar trabalho, família e lazer, por exemplo, num momento em que a competitividade é sua principal exigência. Parte-se do princípio de que, na conjuntura atual, o tempo diário dos sujeitos está sendo consumido pela dedicação, quase exclusiva, ao trabalho,

⁵ Entendemos o termo “contemporâneo” com sinônimo de “modernidade”. Para tanto, recorreremos à explicação dada por Giddens e a tomaremos como distintiva também neste trabalho. O autor (GIDDENS, 2002, p. 12), entende o termo modernidade como equivalente ao “mundo industrializado”, reconhecendo que o industrialismo não é sua única dimensão institucional. Esta é a primeira característica envolvida no termo modernidade. A segunda é sua dimensão capitalística, posto que envolve a contemporaneidade num mercado competitivo e mercantilista. Esses dois mecanismos colocam em funcionamento o dinamismo característico da modernidade. É esse dinamismo que faz com que as instituições atuais sejam diferentes das anteriores, posto que coloca, de um lado, as “influências globalizantes” e, de outro, “as disposições pessoais”, dois extremos, segundo o autor, da extensão e da intencionalidade moderna.

o que vem acarretando graves problemas para lidar com os reflexos resultantes dessa demanda. Utilizando a meditação como ferramenta de controle e de equilíbrio do corpo e da mente, é possível mudar essa situação: o princípio é o de que o sujeito é capaz de fazer uma “retomada de si mesmo” (se é que algum dia ele tenha tomado a si mesmo!) por meio de exercícios (ou exercitação) com o pensamento (“força do pensamento”). A técnica é repetir frases positivas (afirmativas), do tipo “eu quero”, “eu sou capaz”, “eu posso”, “eu sou forte”, “eu sou um homem novo”. Essas estratégias podem ser encontradas em linhas temáticas do tipo “pense positivo”, “o poder da mente”, “administre seu stress”, “aumente o poder de sua memória”, “saiba viver pessoalmente”. O segundo direcionamento volta-se para as *condutas morais*: obter sucesso dependerá da superação da descrença do sujeito nele mesmo para que possa constituir-se como sujeito moral de uma conduta na sociedade – “como ser um pai de família exemplar”, “como ser um bom amigo”, “como ser o melhor funcionário”, “como ser a esposa perfeita”, “como ser um filho dedicado”, “como ser a mãe ideal” são alguns títulos encontrados. E, por último, o terceiro direcionamento visa às *relações interpessoais*: ser bem sucedido dependerá do saber manipular o outro e dele “tirar proveito”: “como seduzir pessoas”, “como intimidar amigos”, “como trazer seus inimigos para perto de você”, para citar apenas esses.

Essas diretrizes permitem que façamos uma primeira delimitação do material de análise que constituirá o *corpus* desta pesquisa e direcionar a escolha para o livro *Inteligência Multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores*, do escritor Augusto Jorge Cury (1998). Nessa obra, constatamos que as três orientações mencionadas mantêm entre si relação de interdependência. As estratégias e os exercícios, caracterizadores do pensamento positivo, a escolha e a prescrição de determinados tipos de condutas em detrimento de outros, rigorosamente adequados às exigências da atual conjuntura, e o enfoque nas relações interpessoais não se encontram no universo do senso comum, como ocorre na maioria dos livros de auto-ajuda, mas, nessa obra, são fundamentados cientificamente⁶, afirma Augusto Cury. A título de exemplificação, teoria e ciência são definidas e distinguem-se no discurso da *Inteligência Multifocal*. A teoria é definida como um conjunto de procedimentos cujos limites estão ligados a sua própria construção e dimensão, mas o autor não nega que sua utilização seja importante, pois ela é capaz de possibilitar a “expansão da produção do conhecimento”. Toda teoria é “limitada e redutora em relação à ciência, que é inesgotável” (CURY, 1998, p. 54). E a inesgotabilidade da ciência se dá por três fatores: primeiro, o fato

⁶ É oportuno dizer que discutiremos sobre o conceito de ciência subjacente a esse discurso de auto-ajuda em um capítulo específico, neste trabalho.

de que, na construção dos pensamentos, o limite da lógica deve ser ultrapassado – a ciência não é fruto do fenômeno em si, mas do “fenômeno interpretado”; segundo, a consciência existencial não é real, mas virtual – um “sistema de intenções que discursa incansavelmente sobre a realidade essencial, mas nunca a incorpora intrinsecamente”; e o terceiro sustenta-se na afirmação de que o “universo microessencial é infinito, pois a consciência da existência nasce [...] da realidade essencial das matizes da existência” (p. 54-57).

criar uma teoria foi e ainda é uma aventura complexa e sinuosa para mim [Cury]. Os teóricos produziram conhecimento usando o pensamento como ferramenta – eu [Cury] procurei produzir conhecimento sobre a ferramenta que eles utilizaram, ou seja, sobre o próprio pensamento, sobre os fenômenos que o constrói [sic], sobre os elementos que dão origem às idéias. (CURY, 1998, p. 54)

É oportuno marcar que o lexema *aventura*, associado aqui à idéia de desbravamento, liga-se a um “princípio, a uma [...] descoberta de algo que está encoberto e precisa ser trazido à luz” (NAVARRO, 2006, p. 69). Esses efeitos de sentido caracterizam, por exemplo, o perfil identitário do sujeito-enunciador, nesta e em outras posições-sujeito que virá a ocupar nesse discurso: um cientista aventureiro que se propõe a conhecer, a investigar, “lugares nunca dantes navegados” do conhecimento, a (re)descobrir o homem na singularidade de seu pensamento. Outros lexemas corroboram para firmar esses efeitos, como por exemplo, *exploração*, no recorte “uma das mais importantes explorações do homem [...] é a exploração de si mesmo” (p. 17); e *viagem*, no enunciado “a viagem mais interessante é a que ele [o homem] empreende quando se interioriza” (p. 17).

Trouxemos aqui apenas um primeiro esboço de alguns elementos que irão fundamentar a construção e o funcionamento dos pensamentos na *Teoria Multifocal do Conhecimento*, doravante referida neste trabalho apenas por *TMC*. Vale ressaltar que os efeitos decorrentes da genialidade desse discurso podem ser marcados pela negação de outras ciências até então existentes (matemática, filosofia, psicologia, psicanálise, antropologia, dentre outras). Na *TMC*, as ciências já constituídas são consideradas pseudociências e necessitam, para sair dessa condição, dos postulados da *Teoria Multifocal*. Afirmação que pode ser comprovada pelo recorte que trazemos, a seguir, e que, embora extenso, é bastante elucidativo:

A Psicologia e a Psiquiatria ainda se encontram nos estágios iniciais do desenvolvimento teórico. Quem tem o mínimo de compreensão sobre o que é uma teoria, como ela se organiza, se fundamenta e é usada como suporte da interpretação, assim como sobre o que é o conhecimento, seus limites, alcance, lógica, validade e práxis, sabe que a Psicologia e a Psiquiatria, em detrimento de possuírem inúmeras teorias, avançaram apenas alguns degraus na escala inesgotável de conhecimento sobre a psique humana.

Um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento teórico na Psiquiatria e na Psicologia é que elas possuem um objeto de estudo – a psique, alma, ou mente – inatingível sensorialmente e inacessível essencialmente. Tal dificuldade investigatória tem propiciado a produção de diversas teorias psicológicas e psiquiátricas com postulados, definições, sistema de conceitos, hipóteses e variáveis intrapsíquicas distintas. Por isso, não se intercomunicam nem se expandem mutuamente.

Como os cientistas da Psicologia e da Psiquiatria podem discursar sobre a intimidade da psique humana, se ela é inacessível essencialmente e inatingível sensorialmente? Como poderão investigar os complexos processos de construção dos pensamentos, se não se sabe do que se constitui a natureza intrínseca da energia psíquica, como se organizam os pensamentos e se descaracterizam na mente? Como se organiza a energia emocional em fobias, angústias, prazeres e humores deprimidos? As perguntas são amantes das dúvidas.

O grande problema da Psicologia e da Psiquiatria, bem como de outras ciências, não é produzir teorias, mas romper seus apriscos teóricos, intercomunicar suas idéias, mesclar seus postulados, conjugar seus conceitos, afinar suas definições, organizar suas derivações e criar avenidas comuns de pesquisa sob o prisma de variáveis universais.

As ciências que investigam direta e indiretamente a psique humana talvez nem saibam precisar em que estágio de desenvolvimento estejam. Misticismos, psicologismos e “achismos” [sic], que expressam produções de conhecimentos sem embasamento científico, têm saturado as sociedades e contaminado essas ciências, trazendo grande confusão teórica.

Precisamos de teorias multifocais capazes de explicar os processos de construção dos pensamentos, a formação da consciência existencial, a transformação da energia psíquica, enfim, o funcionamento psicodinâmico e histórico-existencial da mente humana. [...]. Minha produção de conhecimento [...] foi produzida durante vários anos nos trilhos do motim teórico e, depois, se converteu nos trilhos da democracia das idéias.

Creio que necessitamos de teorias multifocais e multivariáveis para explicar [...] a psique humana. Creio que a Psicologia e a Psiquiatria deveriam procurar produzir pesquisas conjuntas, se unirem teoricamente e, além disso, se associarem com a Sociologia e a Filosofia para produzir teorias psicossociais e filosóficas multifocais e multivariáveis sobre a psique humana.

Devido a abordagem psicossocial e filosófica do homem abordada neste livro, quando eu atuo nos textos como um pensador da Psicologia procuro ser específico ao comentar os fenômenos psíquicos, mas quando atuo como

um pensador da filosofia, faço críticas e generalizações com liberdade, o que é próprio dos filósofos. (CURY, 1998, p. 191-196)

O objetivo desse discurso, ao que se nos apresentam os enunciados transcritos, é mostrar que a *TMC* conseguiu não somente ultrapassar todas as ciências até então conhecidas, principalmente a Psiquiatria e a Psicologia, mas foi capaz de desvendar o mistério do funcionamento do pensamento humano. Essa afirmação (re)produz e (re)constitui, uma vez mais, os efeitos de genialidade no e do discurso.

Os três direcionamentos temáticos anteriormente mencionados (prática do pensamento positivo, condutas morais e relações interpessoais), ao serem associados a um suposto saber científico, fazem com que o discurso seja recebido, ou apresentado, como verdadeiro. E essa indumentária de verdade (ou verdades) vem acompanhada por duas outras credenciais: a primeira advém das afirmações de que as hipóteses levantadas são comprovadas por meio do método da experimentação; a segunda, pela posição sujeito-enunciador, vinculada a três instituições privilegiadas e autorizadas socialmente: a da ciência, da psiquiatria e da psicoterapia.

Outros argumentos corroboram também para a escolha de apenas uma obra para análise nesta pesquisa: o fato de se refutar a classificação da *TMC*, como também das outras obras publicadas pelo autor, com o rótulo de auto-ajuda, marcando, desse modo, a diferença entre ciência e auto-ajuda. Segundo Cury, toda a sua vasta e extensa bibliografia é resultado de seus mais de vinte anos de estudos científicos comprovados por meio da *TMC*. A auto-ajuda é tratada como “trabalhos desprovidos” de reflexão crítica e de fundamentação teórica, textos que “pensam pelo leitor”, levando até ele “respostas prontas”, e, por isso, a auto-ajuda não “estimula a arte de pensar e o desenvolvimento da inteligência” (CURY, 1998, p. 188).

Para firmar uma vez mais a supremacia da *TMC* em relação a outras teorias que tratam sobre a inteligência humana, trazemos ainda outro fragmento:

Há alguns anos, foi lançado o livro *Inteligência Emocional*, do dr. Daniel Goleman, que teve grande repercussão mundial e influenciou as áreas sócio-educacionais e de recursos humanos das empresas. [Esse] livro tem uma abordagem científica, mas seu enfoque principal é ser um livro de auto-ajuda, aliás é um belo livro nesse sentido. Porém, aqui, neste livro [na *Teoria da Inteligência Multifocal*] faço uma exposição de uma nova teoria da inteligência. [Ele] foi escrito com a despreocupação completa de se tornar um *best-seller*, pois ele não procura apenas homens que lêem livros, mas leitores que sejam garimpeiros de idéias, homens que tenham consciência da

complexidade da arte de viver, que tenham consciência de que a sabedoria se conquista muito mais nos invernos do que nas primaveras existenciais, que apreciam o mundo das idéias, que julgam de inestimável valor a arte de pensar e o desenvolvimento da consciência crítica. O livro *Inteligência Emocional* não produz uma teoria sobre a construção da inteligência; por isso não produz conhecimento, como o faz o livro da *Inteligência Multifocal*. As sociedades modernas [...] estão saturadas de livros de auto-ajuda que pensam pelo leitor. Este livro [*Inteligência Multifocal*] procura respeitar a inteligência do leitor e, ao mesmo tempo, provocar e estimular a arte de pensar, a arte da dúvida, a arte da crítica. Não escrevi este livro sobre a inteligência como um escritor que, na esteira do sucesso do livro sobre a inteligência emocional, procura também fazer sucesso. Pelo menos dez anos antes do livro *Inteligência Emocional* ser lançado nos EUA, eu já desenvolvía a teoria multifocal do conhecimento, da qual a *Inteligência Multifocal* faz parte. Faço esses comentários por respeito à inteligência do leitor, para fornecer subsídios para o seu julgamento crítico. (p. 198-200)

A partir dos enunciados acionados, queremos saber como se faz ciência e como se faz auto-ajuda nesse discurso; ainda, o fato de constatarmos que os pressupostos teórico-metodológicos encontrados na *TMC* fundamentam todos os livros publicados por Cury é mais um motivo para escolhermos apenas essa obra para análise. Os princípios do “gerenciamento das emoções” e do “gerenciamento do eu” são dois exemplos que justificam nosso argumento. O resumo das publicações do autor, apresentado no próximo item (item 3), poderá comprovar essa afirmação, explicitando a convergência de todas elas em direção à *TMC*.

Vejamos como esses dois princípios são definidos na *TMC*:

Gerenciar a emoção é a ferramenta básica da inteligência multifocal (uma das poucas teorias científicas sobre o funcionamento da mente, criada por mim). É ela que desenvolve a inteligência emocional. Parece que eu tenho sido uma das vozes solitárias na ciência falando sobre o gerenciamento da emoção. Os pensadores, tais como Freud, Jung, Roger, não estudaram esse assunto. Mas ele é vital para a saúde psíquica.

Ninguém comenta que **o eu deve governar, proteger, direcionar a emoção**. Por não saber que podem e devem **gerenciar a emoção**, milhões de pessoas têm vivido numa masmorra psíquica (CURY, 1998, p. 65, os destaques são nossos).

Reafirmamos, assim, a escolha de apenas uma obra do autor, uma vez que ela participa da conformação dos discursos de todas as outras obras publicados por Cury.

3. Sobre o autor e as obras

Augusto Jorge Cury é apresentado por seus editores, e do mesmo modo faz sua auto-apresentação, com as credenciais de escritor, psiquiatra, psicoterapeuta e cientista⁷. Dirige a Academia de Inteligência, instituto localizado na cidade de Colinas, interior de São Paulo, onde também reside. A finalidade dessa instituição é oferecer treinamento para profissionais ligados às áreas da psicologia, da educação e empresarial. Nessa última, a prioridade é o Setor de Recursos Humanos (RH).

Seguindo um procedimento que cremos ser mais didatizado, apresentaremos a “extensa e vasta”, como os editores fazem questão de enfatizar, obra do autor, separando os livros por assunto, obedecendo, assim, à catalogação encontrada em três livrarias⁸. Essa conduta permitirá que tenhamos uma visão mais detalhada dos direcionamentos temáticos encontrados nas obras, das áreas de interesse do escritor e de que a *TMC* se faz presente em todas elas, conforme afirmamos anteriormente.

a) Psicologia

1 – *Inteligência Multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores*, já citada, é uma obra que traz sistematizada a teoria sobre o funcionamento da mente humana, o que a diferencia, mas não separa, das outras obras do autor. É também marcada por uma outra particularidade: o fato de essa teoria ultrapassar, segundo Cury (1998, p. 47), os limites de abordagens estudadas por outros autores, como a de Goleman (1995), *Inteligência Emocional*, e a de Gardner (1995), *Inteligências Múltiplas*. A partir dos princípios teórico-metodológicos estabelecidos, o autor afirma que a ciência da *Inteligência Multifocal* descreve e explica a origem e o funcionamento do pensamento, tornando possível ao indivíduo conhecer a si mesmo e transformar-se em um “pensador humanista”.

b) Auto-Ajuda/Crenças

2 – *12 semanas para mudar uma vida* (CURY, 2004). Nessa obra, Cury explica, de forma mais simplificada, segundo o próprio autor, os princípios teórico-metodológicos que fundamentam a *TMC*, tornando-a mais acessível ao seu público leitor. O objetivo é

⁷ Essa apresentação é encontrada nas obras do autor.

⁸ Livraria Siciliano (Uberlândia-Minas Gerais); Livraria Cultura Goiana (Goiânia-Goiás); Livraria Cultura (on line: www.livrariacultura.com.br).

possibilitar a qualquer pessoa acesso às ferramentas necessárias para o controle das emoções que, disciplinadas, conduzirão o indivíduo na resolução de seus problemas.

3 – *Você é insubstituível: este livro revela a sua biografia* (CURY, 2002). “Este livro revela a sua biografia” é o enunciado que perpassa toda obra, revelando o segredo para se obter a chave que abrirá as portas para sucesso. Para conseguir isso é preciso conhecer as regras de funcionamento da memória, aprendendo a gerenciar as emoções e a dominar a si mesmo. Cada indivíduo é capaz de deixar sua marca no mundo por meio de singularidades que lhe são inerentes e que o distinguem de outro, idéia central na narrativa dessa obra.

4 – *Seja líder de si mesmo* (CURY, 2004) é um livro que irá fornecer as ferramentas para que o indivíduo possa controlar seus pensamentos, elaborar suas perdas, ser líder de si mesmo, controlar suas emoções. O primeiro passo a ser dado, segundo o autor, é descobrir quem se é (quem sou eu?); o segundo é aprender liderar a si mesmo usando a inteligência (o que quero? o que posso?); o terceiro, conhecer e ter domínio dos mecanismos que formam a mente humana. O objetivo “é ensinar ao indivíduo ser autor de sua própria história e fazer da sua vida um grande espetáculo” (p. 8). O oitavo capítulo traz algumas “técnicas psicológicas” ao indivíduo que almeja ser líder de si mesmo.

5 – *Revolucione sua qualidade de vida: navegando nas águas da emoção* (CURY, 2002). Valorizar o seu próprio trabalho depreciando o trabalho do outro, ao que parece, é um recurso bastante utilizado na narrativa. Isso é recorrente nessa e em outras obras, principalmente na *TMC*. A narrativa é construída, *pari passu*, por meio da desvalorização da obra *Quem Mexeu no Meu Queijo?* de Spencer Jonhson (2002). No final, o grande segredo para revolucionar a qualidade de vida é revelado, qual seja, gerenciar os pensamentos e as emoções. Segundo o autor, “é preciso fazer uma viagem ao mundo da mente humana, extirpando medos e tensões que estão alojados no interior do indivíduo para que haja uma transformação total não só do próprio homem, mas também de toda a sociedade” (p.15).

6 – *Nunca desista de seus sonhos* (CURY, 2004). Os sonhos são o passaporte para se alcançar todos os objetivos. Aquele que sonha constrói os fundamentos de uma ciência para contribuir com a humanidade (p. 10). Com essas afirmações, Cury dirige-se ao público jovem, alertando-o para a importância da auto-interiorização, do gerenciamento do eu e das emoções. A narrativa é construída com várias e diferentes histórias e as personagens protagonistas, usadas como modelo, são aquelas consideradas pelo autor como as grandes sonhadoras da

humanidade. Cita, como exemplo, Jesus Cristo, Abraão, Moisés, Buda, Confúcio, Maomé, Platão, Sêneca, Khalil Gibran, John Kennedy, Hegel, Marx, Kant, Einstein, Thomas Edison, Santo Agostinho, dentre vários outros.

7 – *Dez Leis para ser feliz – ferramentas para se apaixonar pela vida* (CURY, 2003). Esse livro é um manual que traz o que o autor chama de “as dez leis essenciais à felicidade”. Essas leis congregam os princípios postulados na obra *Inteligência Multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores* (CURY, 1998).

8 – *Treinando a emoção para ser feliz* (CURY, 2001) é um livro que ensina como a emoção, devidamente treinada, pode ser usada para se obter sucesso, felicidade, tranqüilidade, fortalecimento do corpo e da alma, superação dos vícios, das ansiedades, da depressão e do estresse. Nessa obra, tal qual em *Nunca desista dos seus sonhos*, o autor utiliza os mesmos grandes nomes da História como exemplo de homens que expandiram o mundo das idéias, Jesus Cristo, Abraão, Moisés, Buda, Confúcio, Maomé, Platão, Sêneca, Khalil Gibran, John Kennedy, Hegel, Marx, Kant, Einstein, Thomas Edison, para citar apenas esses.

9 – *Pais Brilhantes, Professores Fascinantes* (CURY, 2003). Para formar jovens felizes e inteligentes é preciso cultivar a emoção e expandir a inteligência deles. Essa é a finalidade da Educação e o compromisso de pais e professores, segundo Cury. Nessa obra, diversas técnicas são ensinadas com o objetivo de estimular as crianças e os adolescentes a se interessarem pela sua própria formação escolar e familiar. Dentre vários exercícios, ensina-se como controlar e gerenciar as emoções e os pensamentos. O livro é organizado em seis partes. A primeira e a segunda ensinam como ser “bons pais e pais brilhantes” e como ser “bons professores e professores fascinantes”, respectivamente. Sete são os hábitos que auxiliam na mudança de comportamento; e sete são os pecados capitais cometidos por educadores e que têm prejudicado o processo ensino-aprendizagem, assunto da terceira parte do livro; a quarta explica o funcionamento da memória e o papel da emoção nesse processo; a “construção da escola sonhada por todos” é assunto tratado na quinta parte e, por último, Cury faz o perfil de profissionais importantes em uma dada sociedade. Chega a uma conclusão, senão interessante, bastante intrigante: todos os profissionais são importantes, principalmente, e acima de todos eles, o psiquiatra.

10 – *Filhos Brilhantes, Alunos Fascinantes* (CURY, 2006). Direcionada para os jovens, as histórias apresentadas nessa obra ensinam, por meio do gerenciamento dos

pensamentos, como viver numa sociedade consumista e competitiva. Aqui também encontramos um receituário de como deve ser um “filho brilhante” e ser um “aluno fascinante”.

c) Literatura/romance

11 – *O futuro da humanidade: saga de um pensador* (CURY, 2005). Narrativa que conta a trajetória de Marco Pólo, fazendo alusão ao navegador veneziano, de mesmo nome, do século XIII. Essa personagem é um estudante de medicina que tenta resolver os problemas dos pacientes por meio da prática terapêutica. Uma das estratégias é ensinar a gerenciar o eu. Como ocorre em todas as obras de Cury, essa personagem tenta desafiar o conhecimento clássico, substituindo-o por aquilo que ele chama de “técnicas originais”, isto é, técnicas construídas sem recorrência a nenhum conhecimento anterior.

12 – *A ditadura da beleza e a revolução das mulheres* (CURY, 2005). Essa obra é direcionada para o público feminino, retratando o cotidiano das mulheres no mundo moderno. O problema colocado é o de se estar preso a determinados modelos pré-estabelecidos, por exemplo, os de beleza. Nessa obra o autor ensina como sair da “ditadura da beleza” e como adquirir “auto-estima”. Para conseguir obter sucesso sobre si mesmo basta saber gerenciar as emoções, afirmativa encontrada na obra.

Além desses trabalhos, o autor tem ainda as seguintes publicações, catalogadas na seção “Religião” (obras vinculadas ao cristianismo católico): *Os segredos do Pai-Nosso* (2006); *Maria, a maior educadora da história* (2007); *O Mestre dos Mestres: Jesus, o maior educador da história* (2006). *O Mestre da sensibilidade* (2000); *O Mestre da vida* (2001); *O Mestre do amor* (2002); *O Mestre inesquecível* (2003). Não adquirimos, mas registramos ainda duas outras publicações: *Escola da Vida: Harry Potter no mundo real* (2002) e *Superando os Cárceres da Emoção* (2002), catalogadas nas áreas “Infanto-Juvenil/Literatura Juvenil” e “Medicina e Saúde/Medicina/Toxicologia”, respectivamente.

4. Hipóteses e Objetivos

Problematizar a construção identitária no discurso de auto-ajuda implica questões teóricas e práticas, fato que nos impõe direcionar o olhar para os modos históricos de relações entre sujeitos. Isso equivale a colocar em evidência modos de fabricação de sujeitos, de

relações de poder, de saber e de verdade (re)produzidos, requisitados ou agenciados na literatura de auto-ajuda. Com base nessas afirmações, formulamos duas questões: afirma-se, no discurso da *TMC*, que o homem moderno encontra-se impossibilitado de “caminhar nas trajetórias sinuosas do seu próprio ser e de aprender a expandir sua consciência crítica e maturidade intelecto-emocional” (CURY, 1998, p. 21), o que o faz ficar “despersonalizado”, fraturado em sua identidade, e, por isso, o homem da modernidade encontra-se acometido por duas “graves” doenças, o estresse e a depressão (p. 28). Esse homem, cindido, fragmentado identitariamente, não estaria se contrapondo à figura do sujeito cognoscente – autônomo, livre e consciente de si mesmo – prometido por esse mesmo discurso? Tomando por base que o(s) saber(es) são fabricações (“invenções”), como pensar a estreita relação entre subjetividade, poder e verdade nesse discurso? Como essas questões podem atuar como prática de subjetivação e produção identitária?

Em decorrência dessas indagações, esta pesquisa terá, como objetivo geral, analisar os discursos que sustentam determinados textos de auto-ajuda compreendendo-os como parte integrante de discursos historicamente produzidos. Explicitar, nesse sentido, seus aspectos/elementos constitutivos. E, como objetivos mais específicos, verificar quais seriam os enunciados que se atualizam nessa prática de auto-ajuda e que fundam uma nova discursividade; refletir sobre a produção/constituição de identidade dos sujeitos na “ciência” *Multifocal*, considerando que essa construção firma-se no *ethos* do enunciator e que o enunciator do discurso ocupa um lugar institucional privilegiado, qual seja, o da ciência.

5. Trabalhos realizados sobre a literatura de auto-ajuda

Dos trabalhos de pesquisa já realizados no Brasil sobre a literatura de auto-ajuda, Francisco Rüdiger é o pioneiro. Sua tese de doutoramento, organizada em três volumes e intitulada *Literatura de auto-ajuda e individualismo: contribuições ao estudo de uma categoria da cultura de massa contemporânea*, foi defendida em 1995, na Universidade de São Paulo, área da Sociologia. Nessa pesquisa, Rüdiger faz um percurso histórico sobre a constituição da auto-ajuda, sua “genealogia”, segundo o próprio autor, analisando esse fenômeno enquanto cultura de massa e que tem seu discurso centrado no indivíduo. Concebe essa literatura como um instrumento produzido e utilizado por alguns grupos a fim de responder às dificuldades encontradas à conduta dos sujeitos. É um manual que ensina aos sujeitos como conduzir-se na vida.

Essa tese foi posteriormente publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1996, sob o título, mais reduzido, *Literatura de auto-ajuda e individualismo*. Nela, a preocupação do autor é pensar no engendramento dos livros de auto-ajuda na sociedade moderna e a aceitabilidade desse gênero quando se propõe a apresentar solução para todos os tipos de problemas enfrentados pelo sujeito. A afirmação de que todos os sonhos, os desejos, a felicidade, a riqueza, enfim, o bem-estar de todos os seres humanos encontra-se no seu próprio interior reforça o individualismo nessa sociedade, posto que, livre e autônomo, o sujeito passa a ter direito e responsabilidade sobre si mesmo. O discurso de auto-ajuda abre possibilidades e legitima a busca individual por reconhecimento pessoal e social. No individualismo, segundo Rüdiger (1996, p. 238) “o indivíduo, enquanto sujeito, como valor, não é meramente dado, precisa ser construído e conservado através de um trabalho sobre si mesmo, dialeticamente mediado pela pessoa”.

Um outro fato constatado pelo autor, durante a sua pesquisa, revela que muitos livros de auto-ajuda alcançaram estatuto de *best-sellers*. Rüdiger pesquisou os livros mais vendidos do gênero no Brasil, por números de edições, no período de 1910 a 1992. A título de exemplo, com base nos dados colhidos por ele, o livro de David Carnegie, *Como fazer amigos e influenciar pessoas*, chegou a sua quadragésima segunda edição (42ª ed.) – a primeira edição data de 1939; *O poder infinito da mente*, cuja primeira edição é de 1980, de Lauro Trevisan, chegou a sua ducentésima quinquagésima edição (250ª). Outra obra de Trevisan, *Você pode alcançar riquezas*, de 1986, alcançou a trigésima edição (30ª). De acordo com Rüdiger (1996, p. 17), “só no Brasil, Joseph Murphy, Mandino e Carnegie venderam juntos cerca de cinco milhões de exemplares. Lauro Trevisan, escritor nacional, sozinho, vendeu cerca de um milhão e meio de livros desde que iniciou sua carreira em 1980”. *O sucesso não ocorre por acaso*, de Lair Ribeiro, alcançou sua vigésima sétima edição (27ª) – a primeira edição é de 1991.

Nas pesquisas de Chagas (2002, p. 87), por meio de informações obtidas com a editora Objetiva, a partir do ano de 1992, os livros de Lair Ribeiro *Comunicação Global* (1993), chegou à sua trigésima edição (30ª); *Fazendo amizade com o dinheiro* (1992), vinte e nove edições (29ª); *Auto-estima* (1994), sete edições (7ª).

Sobre o escritor Augusto Jorge Cury, pudemos constatar que, atualmente, é um dos escritores que está entre os mais vendidos no Brasil e vem se destacando em razão da diversidade temática encontrada em suas obras. Segundo informações da Editora Sextante, Cury já tem mais de três milhões de livros vendidos, mantendo uma média de cinquenta mil

livros vendidos por mês⁹. Em entrevista à Folha de S. Paulo, datada de 26 de fevereiro de 2005, Cury afirmou ter mais ou menos vinte livros prontos, esperando para serem publicados. Dessa entrevista feita pelo jornalista Cassiano Elek Machado e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, Caderno Ilustrada, intitulada “O iluminado”, obtivemos algumas informações sobre o autor e a sua relação com a obra *Inteligência Multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores* (CURY, 1998). Como médico psiquiatra diz que chegou a ter sucesso nos anos oitenta, mas decidiu sair da cidade de São Paulo e mudar-se para sua cidade natal, Colinas, interior paulista, “para repensar sua angústia diante da incapacidade de realizar seus ‘sonhos de cientista’”. O livro *Inteligência Multifocal*, segundo o autor, não teve nenhum retorno comercial, “eram assuntos muito complexos. Nem psicólogos, psiquiatras, nem filósofos conseguiam compreender, embora alguns cientistas diziam que estavam aplicando a teoria em teses de mestrado, doutorado e assim por diante. Aí percebi que ou enterrava os meus sonhos ou socializava a ciência, democratizava o conhecimento. Eu resolvi então escrever livros mais simples”. Só para exemplificar, depois da teoria da *Inteligência Multifocal*, Cury publicou mais de vinte livros, alguns já esgotados e não reeditados ou reimpressos [*Escola da Vida: Harry Potter no mundo real* (2002)], outros cujo alto índice de vendas valeu-lhe traduções para o espanhol e o inglês [*Você é insubstituível: este livro revela a sua biografia* (português (2002); espanhol (2003); inglês (2005)); *Revolucione sua qualidade de vida: navegando nas águas da emoção* (português (2002); espanhol (2004)); *Nunca desista de seus sonhos* (português (2004); espanhol (2007)); *Dez Leis para ser feliz: ferramentas para se apaixonar pela vida* (português (2003); espanhol (2004)); *Pais Brillhantes, Professores Fascinantes* (português (2003); espanhol (2006))].

Além do trabalho pioneiro de Rüdiger, vários outros, em diferentes áreas do conhecimento, vêm contribuindo para o estudo e a compreensão do fenômeno auto-ajuda. Arnaldo Toni Sousa das Chagas, pelo viés sociopsicanalítico-discursivo, publicou dois livros decorrentes de suas pesquisas sobre o assunto: *A ilusão no discurso da auto-ajuda e o sintoma social* (CHAGAS, 2001) e *O sujeito imaginário no discurso de auto-ajuda* (CHAGAS, 2002). Em linhas gerais, nessas obras o autor analisa o funcionamento dos discursos de auto-ajuda na sociedade atual e os fenômenos inconscientes que atravessam esses discursos e que possibilitam aos sujeitos terem a ilusão de um discurso transparente e homogêneo. Investiga,

⁹ Embora tenhamos obtido essa informação da própria editora, na pesquisa sobre os livros mais vendidos no Brasil, no período de 1966 a 2004, feita por Cortina (2006), não aparece nenhum dos livros já publicados por Augusto Cury.

nesse sentido, o sujeito psicológico da auto-ajuda. O pressuposto do autor é o de que o discurso de auto-ajuda vai ao encontro das “representações imaginárias do sujeito” posto que engendrado no “imaginário social individualista da sociedade atual” (CHAGAS, 2001, p. 12; 2002, p. 20).

Na área de Comunicação, a dissertação de mestrado de Daniela Birman *Escrita e simulacro: sobre a literatura em Foucault* (BIRMAN, 1999), Universidade Federal do Rio de Janeiro, discute “a escrita atual como tecnologia de si”. Para tanto, analisa dois tipos de discursividade atuais: a auto-ajuda e o romance de Paul Auster.

Também na Universidade Federal do Rio de Janeiro, área da Psicologia, encontramos o trabalho (dissertação de mestrado) de Jaileila de Araújo Menezes, intitulado *Literatura de auto-ajuda: uma perspectiva de produção da subjetividade na contemporaneidade* (MENEZES, 1999). Nessa pesquisa, tem-se a auto-ajuda como um dos instrumentos que participam da “constituição do espaço da interioridade psicológica dos indivíduos na modernidade” (p. 15). Enquanto “cultura psicológica”, a auto-ajuda “fabrica sujeitos” que correspondam ao perfil exigido pelo sistema de produção capitalista.

A pesquisa de Givaldo César Borzillo, *O estudo da motivação e auto-ajuda no mundo do trabalho. Estudo de caso: o discurso motivador de Roberto Shinyashiki* (BORZILLO, 2001), dissertação de mestrado, área de Economia, Campus da Unesp, em Araraquara, analisa livros de auto-ajuda empresarial enquanto instrumento de apoio aos cursos oferecidos às empresas em sua adesão aos Programas de Qualidade Total.

Preocupada com a interação entre escritor-leitor, Áurea Lúcia de Oliveira Silva investiga a auto-ajuda por meio da análise sistêmico-funcional. Esse trabalho, dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, área da Lingüística Aplicada, intitulado *A interação escritor-leitor através de escolhas lingüísticas: um estudo em textos de espiritualidade, auto-ajuda e de Chiara Lubich* (SILVA, 2000), faz o levantamento das escolhas pronominais encontradas em obras de auto-ajuda e como essas escolhas revelam a presença tanto do escritor quanto do leitor nos textos tomados como *corpus*.

Outras pesquisas, constatadas por Cortina (2006), revelam que o fenômeno auto-ajuda continua sendo estudado por diferentes perspectivas teórico-analíticas. É o caso dos trabalhos de Brunelli (2004), Martelli (2006) e Oliveira (2006). Segundo o autor, Martelli, tal qual Rüdiger, concebe a auto-ajuda do ponto de vista “sociológico”, e nós acrescentamos, nos trabalhos de Rüdiger, um viés também antropológico, concordando com Sobral (2006); nos trabalhos de Brunelli e Oliveira a questão da auto-ajuda é tratada pelo “viés lingüístico-discursivo” (CORTINA, 2006, p. 188).

Mais recentemente, a tese de livre docência de Cortina (2006), área de Lingüística, defendida na Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, já mencionada, e a tese de doutoramento de Sobral (2006), área de Lingüística Aplicada, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, vêm contribuir e somar às pesquisas sobre auto-ajuda.

No trabalho intitulado *Leitor contemporâneo: os livros mais vendidos no Brasil de 1966 a 2004*, Cortina (2006) faz uma pesquisa, de cunho histórico, elencando os livros mais vendidos no Brasil. Nela, o autor constata “um crescimento muito acentuado do consumo dos livros da categoria de auto-ajuda” (p. 141) e, utilizando-se da perspectiva da semiótica discursiva, caracteriza os tipos temáticos encontrados nos livros de auto-ajuda, definindo-a não apenas como uma questão de “gênero de discurso, mas de estilo de discurso” (p. 188). O autor atribui alguns fatores que talvez possam justificar essa escolha do leitor contemporâneo pela literatura de auto-ajuda, fazendo dela *best-sellers*. O primeiro diz respeito à questão do consumo e do mercado, numa relação de determinação recíproca: se se constata um crescente aumento na procura de livros de auto-ajuda, o mercado editorial passa a investir nesse tipo de literatura; um outro fator está ligado diretamente aos valores, coletivos e individuais, que compõem a “sociedade capitalista do final do século XX e início do XXI”.

Para o autor

num mundo em que os valores coletivos parecem cada vez mais suplantados pelos individuais passam a existir diferentes relações e necessidades. O leitor de auto-ajuda, portanto, consome esse tipo de literatura em busca de respostas para seus problemas individuais. Em verdade ela não é determinada pela ordem do desejo (querer-ser), mas sim pela ordem da necessidade (dever-ser ou não poder não ser). O isolamento em que estão colocados os sujeitos do mundo capitalista moderno faz com que eles se voltem para si mesmos e, para compreenderem-se, busquem em algum lugar as respostas para suas dúvidas. Essa, a meu ver, é a grande explicação para o crescimento da literatura de auto-ajuda atualmente. (CORTINA, 2006, p. 100-101)

Em *Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda*, também na perspectiva do discurso, Sobral (2006) analisa o gênero auto-ajuda em sua produção, circulação e recepção, destacando a importância das relações enunciativas na criação de sentidos no discurso.

Em suas especificidades de áreas e em suas singularidades analíticas, os trabalhos que se têm sobre auto-ajuda admitem haver um direcionamento de condutas prescritas por essa prática; concordam também com o fato de que o gênero auto-ajuda é um fenômeno da cultura

de massa e que aponta, cada vez mais, para o individualismo requisitado na contemporaneidade. A esses trabalhos, esperamos que a pesquisa aqui proposta possa contribuir, uma vez que temos, no campo da literatura de auto-ajuda, um tipo de prática que visa a conduzir o indivíduo por meio de um saber apresentado como científico. Em outras palavras, temos, no campo da auto-ajuda, certos discursos que, colocados dentro do campo do saber científico (saber racional), visam a atualizar novos modos de agir e de se comportar em uma sociedade considerada competitiva e consumista. Uma prática que propõe gerenciar a coletividade (re)apropriando-se da individualidade, por isso, marcada por um tipo de poder que visa a disciplinar as subjetividades em direção à identidade que se quer alcançar.

Para dar continuidade às questões colocadas nesta Introdução, o estudo que ora se propõe encontra-se distribuído nos três capítulos que compõem a organização deste trabalho. No primeiro capítulo, intitulado “Bases teóricas para um estudo sobre constituição identitária e subjetividade”, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso francesa, a partir das contribuições dadas por Michel Foucault, já assinaladas por M. Pêcheux, e amplamente desenvolvidas em vários trabalhos realizados no Brasil. Será esse o nosso aporte para pensarmos o discurso da teoria *multifocal do conhecimento* como uma prática contemporânea de subjetivação. No segundo capítulo, “Práticas de subjetivação e construção identitária”, propomos pensar como funciona essa prática de auto-ajuda que, atravessada por saberes, visa a construir identidades e a conduzir subjetividades. Para tanto, é feita, neste capítulo, a análise lingüístico-discursiva do *corpus* escolhido como material para este estudo. O terceiro capítulo, sob o título “O fazer ciência na *Teoria Multifocal do Conhecimento*”, tem como intento verificar como se dá o fazer científico no discurso da *TMC*. Preocupa-nos, nesse sentido, olhar os procedimentos discursivos que visam a constituir a *TMC* como um saber científico; quais os efeitos de sentido essa “suposta/pretenso” ciência produz. Na parte conclusiva deste trabalho (“Considerações Finais”) tentamos fazer uma síntese das discussões arroladas visando a perceber se as questões colocadas como hipóteses foram, ao menos parcialmente, respondidas.

1. BASES TEÓRICAS PARA UM ESTUDO SOBRE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E SUBJETIVIDADE

Não me diga para permanecer o mesmo. (Michel Foucault)

Perguntar “quem você é” só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo. (Zygmunt Bauman)

Falar sobre identidade faz emergir, de imediato, o fato de que toda construção identitária envolve uma determinada organização política. Várias são as formas utilizadas para diferenciar os sujeitos e elas podem mudar de lugar dentro da sociedade e de uma sociedade para outra. Pensemos, por exemplo, no modo mais objetivo utilizado pela cultura ocidental, institucional e oficialmente, para estabelecer a identidade e o reconhecimento dos sujeitos, qual seja, por meio do que se convencionou chamar de documentação pessoal (Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Título Eleitoral, Cadastro de Pessoas Físicas, dentre tantos outros documentos). Do ponto de vista mais subjetivo, por traços de personalidade e de comportamento, tais como agitado/quieto; bonito/feio; educado/grosseiro, etc.; características étnicas, como a cor da pele, dos cabelos, dos olhos; e a procedência (genealogia) podem ser instrumentos utilizados no processo identidade/identificação. Podemos dizer que os termos identidade e identificação implicam-se mutuamente: a identidade é um ponto de referência para caracterizar os sujeitos e marcá-los dentro de uma dada comunidade e a identificação o processo pelo qual a identidade pode ser estabelecida. A identidade resultaria de um conjunto de características individualizantes e a identificação o modo pelo qual seria possível verificar as diferenças ou as semelhanças no conjunto.

Do ponto de vista da linguagem, todas essas características engendradas no processo de construção identitária são marcadas por discursos historicamente constituídos. Em termos de nação, a brasileira, por exemplo, aprendemos que, inicialmente, havia uma história comum

entre Brasil e Portugal, mas que era exclusivamente uma história portuguesa. A nação brasileira constitui-se no momento em que se contrapõe à portuguesa: ser brasileiro é ter traços identitários que se distinguem dos do lusitano. Algumas manifestações identitárias podem ser vistas, principalmente, nos árcades e nos discursos ufanistas do Romantismo.

Reflexões profícuas sobre identidade, no momento contemporâneo, são feitas por Zygmunt Bauman. Úteis porque tratam o tema a partir do movimento da globalização, vislumbrando não uma imutabilidade identitária, mas, e ao contrário, identidades “incertas”, “fluidas”, “transitórias”. Na “modernidade líquida”, as instituições tidas até então como sólidas foram dissolvidas (fundidas, “liquefeitas”) e, por isso, fez-se mister discutir as políticas de identidade nesse tipo de sociedade, afirma o autor.

Na obra *Identidade* (BAUMAN, 2005), resultado de entrevistas concedidas ao jornalista italiano Benedetto Vecchi, Bauman concebe a globalização como “uma forma de mudança radical e irreversível” que alcançou os domínios do público e do privado, afetando “as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro”. (p. 11)

Segundo o autor, restrita até então ao campo das especulações filosóficas, a identidade passa a ser um debate necessário no campo da sociologia. Afirma, ainda, que essa questão não fora o centro das atenções na sociologia clássica (Weber ou Durkheim), posto que não se fizesse emergente naquele momento, mas surge hoje como uma questão primordial no seio das ciências sociais, haja vista ser um problema recente da modernidade tardia. E, por isso mesmo, entende que ela não é dada *a priori*, não está oculta à espera de ser descoberta, mas que se revela como algo a ser “inventado”, como alvo de um “esforço”.

A identidade é

como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (BAUMAN, 2005, p. 22)

E se a identidade é uma invenção da modernidade tardia, a questão da identificação, também invenção globalizada, encontra-se cambiante em meio a tantas identidades disponibilizadas e/ou requisitadas. E, mais ainda, se antes o Estado assegurava a naturalização da identidade, seja por meio da idéia de “identidade nacional”, de “nacionalidade” ou de

“nação”, hoje, perdendo essa “âncora”, a identificação torna-se “cada vez mais importante para os indivíduos que buscam [...] um ‘nós’ a quem possam pedir acesso” (p. 30). Como exemplo, Bauman (2005) cita os grupos virtuais, “simulacro de comunidade”, e com os quais se cria a ilusão de pertencimento comum. Outros exemplos podem ser acrescentados a esse, como os de ajuda mútua¹⁰ constituída nas organizações religiosas, educacionais e familiares que utilizam, como instrumentais, técnicas e conselhos veiculados em diversas obras de auto-ajuda. Em uma pesquisa feita por nós, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, constatamos que as obras de Augusto Cury, com temáticas sobre educação (CURY, 2003; 2006), por exemplo, são utilizadas nas escolas municipais como ponto de apoio pedagógico. Descobrimos, ainda em Catalão, que algumas obras pertencentes à coleção “Análise da Inteligência de Cristo”, também do escritor Augusto Cury, são lidas e discutidas por grupos da igreja católica, conhecidos como “Carismáticos”.

Continuando com as reflexões de Bauman, há que se estar atento para a problemática da identidade na modernidade tardia, posto que o liberalismo e o comunitarismo unem, a um só tempo, por um lado, a idéia de *liberdade* de escolha e a *segurança* de pertencimento e, por outro, segrega, isenta e exclui (BAUMAN, 2005, p. 84-85). Esse movimento sustenta o (re)fluxo da sociedade da individualização – “é preciso *tornar-se* o que já se *é*” e a responsabilidade do que se *é* cabe exclusivamente aos sujeitos.

Na esteira dessas reflexões, podemos dizer que causa e efeito são potências que atualizam o discurso da meritocracia, conforme já mencionamos anteriormente neste trabalho (cf. item 1, p. 14): se o sujeito não consegue obter êxito na vida pessoal, por exemplo, a culpa é dele e não da organização sistêmica em que está inserido.

Na sociedade contemporânea, “fluida”, os sujeitos

se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos [...] para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho [...] se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da auto-expressão e da impressão que causam. (BAUMAN, 2001, p. 43).

¹⁰ Um estudo sobre grupos de ajuda mútua instituídos nas escolas foi feito por PANIAGO (2005).

Os deslocamentos referenciais, de coletivos para os individuais, fazem com que o sujeito, na tentativa de sobreviver subjetivamente, busque alternativas para enfrentar as adversidades causadas pelo “mal estar” contemporâneo. Nessa sociedade “líquida”, “fluida”, que exige novos estilos de vida, construções e reconstruções de subjetividades, surgem novas estratégias para tentar vencer as fragilidades humanas, para conduzir esse homem “pós-moderno” que “não sabe como prosseguir” diante da inconstância de normas, valores e modelos. Segundo Bauman (1998, p. 221), a pós-modernidade é a “era dos especialistas em ‘identificar problemas’, ‘dos restauradores da personalidade’ [...], dos livros de ‘auto-afirmação’: é a era do ‘surto de aconselhamento’”. A pós-modernidade é a era que reivindica o retorno do “alquimista”, aquele que afirma que os sujeitos são capazes de superar seu “mal-estar” e lhes dá uma receita de como fazer isso. Livre, mas solitário, o sujeito pós-moderno busca recursos para se auto-ajudar. Os pregadores de ajuda, possuidores da “pedra filosofal”, “iluminados” pela racionalidade capaz de transformar os indivíduos, ou de “lançar luz” à sua verdadeira identidade (personalidade), surgem, com os seus “produtos técnicos”, para fazer a manutenção dessa condição. Na sociedade contemporânea, “o caráter constituinte do discurso de auto-ajuda [...] seja qual for sua articulação ou produção, traz consigo uma promessa a ser cumprida [...] uma proposta [...] de perfeição, sem falhas, de completude” (CHAGAS, 2001, p. 109).

Segundo Gregolin (2003)¹¹:

a auto-ajuda (“o que fazer de si mesmo”) passa pela “revelação de si” e pela análise por uma voz do outro (experts, psicólogos, orientadores, médicos, etc.). São dois tipos de textos – dos que se confessam e dos que interpretam – por meio dos quais se criam saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida. (inédito, os destaques são da autora).

A questão da identidade como problemática contemporânea (“moderna” e “pós-moderna”) é também o centro das preocupações do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Para esse autor (SANTOS, 2001, p. 135) as identidades são decorrentes de processos de identificações – “as identidades são identificações em curso”¹². Isso vale até mesmo para as

¹¹ Trabalho pertencente ao conjunto de textos redigidos pela professora Gregolin para leitura na disciplina *Discurso e História: a constituição de identidades*, ministrada em 2003, na Unesp, campus de Araraquara.

identidades tidas como aparentemente sólidas (ou aparentemente inalteráveis), como, por exemplo, a identidade particular, “de homem ou de mulher”, ou mais abrangente, como a de “nação”, posto que participam dessas identidades “jogos de polissemia”, “negociações de sentido” que se transformam de época para época. E, porque históricas, instauram e combinam o próprio e o alheio, o individual e o coletivo, a tradição e a modernidade.

Rolnik (2000), pelo viés histórico-psicanalítico, entende que a problemática da identidade desloca as subjetividades numa “profusão cambiante” de universos variados. A figura moderna da subjetividade, segundo a autora, sustenta-se na certeza de uma referência identitária fixa e estável, porém, essa “crença” é ilusória, posto que o fenômeno da globalização econômica não apenas “pulveriza as identidades”, mas também produz um conjunto de padrões identitários adequados à ótica do mercado e oferecidos para serem “consumidos pelas subjetividades”. Desse modo, continua a autora, as identidades “locais fixas desaparecem para dar lugar às identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade” (p.20).

Essa situação cambiante das identidades

não implica forçosamente o abandono da referência identitária. As subjetividades tendem a insistir em sua figura moderna, ignorando as forças que as constituem e as desestabilizam por todos os lados, para organizar-se em torno de uma representação de si dada a priori, mesmo que, na atualidade, não seja sempre a mesma esta representação. [As] mudanças implicam a conquista de uma flexibilidade para adaptar-se ao mercado, em sua lógica de pulverização e globalização; uma abertura para o tão propalado novo: novos produtos, novas tecnologias, novos paradigmas, novos hábitos, etc. (ROLNIK, 2000, p. 20)

Nesse movimento, há duas questões em confronto: de um lado, a desestabilização, de outro, a tentativa insistente de manutenção da referência identitária. Essas forças antagônicas, segundo a autora, ao invés de serem “produtivas”, ganham um “caráter diabólico”, propício à manutenção de um “mercado variado de drogas” que, por sua vez, “sustenta e produz [a] demanda de ilusão”. Com diferentes “roupagens”, essas drogas são assim apresentadas: as “propriamente ditas”, aquelas que as indústrias farmacológicas fabricam como “produtos do narcotráfico” – a fraqueza humana resolvida pela ilusão da onipotência; as fórmulas da

¹² Por considerar identidade e identificação como processos, “configurações hermenêuticas” que variam de época para época, o autor prefere usar os termos no plural. Por isso “identidades” e “identificações” (cf. SANTOS, 2001).

“psiquiatria biológica” apregoando que todas as “turbulências” pelas quais os sujeitos passam são causadas pelas “disfunções hormonais ou neurológicas”; as “miraculosas vitaminas” que prometem a juventude (física e mental) eterna.

Além dessas, outras drogas transitam livremente no mercado. As indumentárias são outras, mas os objetivos são os mesmos das anteriores, qual seja, sustentar ilusões. São, para Rolnik (2000, p. 21), as identidades “*prêt-à-porter* glamorizadas [e] imunes aos estremecimentos das forças” político-econômicas: a droga oferecida pelos *mídia*, cujo efeito é temporário, mas eficaz; a que vem na embalagem *diet/light/zero* (*zero* em açúcar) fabricando corpos “*top model*”; por último, a droga oferecida pela literatura de auto-ajuda questionando as figuras até então colocadas em vigência. Encontram-se, nessa categoria, a “literatura esotérica, o boom evangélico e as terapias que prometem eliminar o desassossego, entre as quais a Neurolingüística¹³, programação behaviorista de última geração” (ROLNIK, 2000, p. 22). A essa categoria, nós acrescentamos mais um tipo de droga, tão perigosa quanto perversa: a que se apresenta com roupagens de cientificidade e promete a morte das figuras identitárias contemporâneas, substituindo-as pelo retorno de uma “única e verdadeira identidade”, imutável, “escondida nas profundezas mais íntimas de cada sujeito”, livre de qualquer imolação, que sempre esteve ali à espera da ciência para que pudesse ser emersa. Essa droga promete matar a identidade presente, a do “eu sou”, apagar a identidade do passado, a do “eu era”, a do “eu fui”, para deixar viver uma nova identidade, a do “eu serei”, essa que sempre esteve escondida no interior de todo ser humano, esperando apenas ser “iluminada” para ressurgir.

¹³ Os neurolingüistas definem a *Programação Neurolingüística* como “um conjunto muito rico de técnicas pragmáticas de comunicação, por meio das quais o indivíduo aprende a viver melhor e a atuar de uma maneira eficiente nas situações que o cercam”. Nesse sentido, todo ser humano é capaz de programar o “que quer fazer” estimulando os comportamentos “positivos”. Essa técnica parte do princípio de que “o cérebro tem linguagens próprias e só precisa de comandos adequados para funcionar bem e, com isso, o indivíduo consiga interagir com o outro e com a sociedade” (informações retiradas do site da *PNL*, disponível em www.pnl.com.br). A *PNL* sustenta-se em quatro premissas: (1) “corpo e mente funcionam como um sistema integrado”; (2) “é preciso saber focar adequadamente o pensamento”; (3) tudo o que o homem fala é processado e produz algum tipo de efeito (idéia de causa/efeito); (4) “a crença torna-se uma profecia que vai se realizar” – para que os desejos possam ser realizados, é preciso acreditar. Os seguidores da *PNL* não admitem sua associação com a literatura de auto-ajuda e afirmam que um dos motivos desse estereótipo é a não catalogação, por parte das livrarias, de suas obras na área da Psicologia. Dolores Del Resende, especialista em saúde e *trainner advanced* em *PNL*, faz a seguinte distinção entre a Programação Neurolingüística e a auto-ajuda: “a auto-ajuda diz o óbvio, trabalha com um conceito universal e não ensina o passo a passo de como alcançar um objetivo, enquanto a *PNL* deixa um rastro, deixa de técnica para fazer isso”; outra diferença está no “papel do indivíduo no processo de sua modificação: a *PNL* coloca na pessoa a razão [de sua] mudança, enquanto a auto-ajuda coloca [a mudança da pessoa] nos ensinamentos”. Todavia, há quem discorde, dentro do campo da neurolingüística, dessa posição. Segundo Vânia Menegalli, pesquisadora nessa área, há sim um vínculo entre a *PNL* e a literatura de auto-ajuda, posto que “muitos especialistas de *PNL* tentam modelar determinadas situações”. A exemplo, diz: “pega-se alguém que sabe escrever muito e modela-se sua estratégia, para então passar isso através de técnicas para demais pessoas”, e continua: “este processo não é novo na sociedade, já que há anos criamos estratégias baseadas na ação de alguém e a copiamos como padrão”. (cf. revista *Psique*, ano I, nº 9, p. 31).

Tal qual fênix, os efeitos dessa “claridade” podem ser vistos no fragmento a seguir:

a experiência mais bela que temos hoje tem de morrer, se desorganizar e ser armazenada fisicamente no córtex cerebral. Notem que nem mesmo o momento mais feliz de nossa vida dura mais do que horas ou dias. O caos do “eu sou” expande a história intrapsíquica, [porém, e para que isso aconteça] os pensamentos e as emoções do presente têm que “morrer” e se registrar nela. “Morrendo”, descaracterizando-se, eles abrem espaços para novas leituras da memória e para a produção de novos pensamentos e emoções. A morte do presente é a única possibilidade de expansão do próprio presente, de enriquecimento do “eu sou”, pois o presente se alimenta de novas informações. Somente o “eu” (do “rei eu”) tem a capacidade [...] de gerenciar, de reciclar, de reorganizar e de reorientar a construção de pensamentos e de todos os demais processos de construção da inteligência. (CURY, 1998, p. 83)

Ainda, no fragmento recortado, o jogo metafórico criado pela oposição morte/vida produz efeitos de haver uma possibilidade para transformação identitária. A relação do *eu sou* com o “eu fui”, renascendo como um novo *eu sou*, gerenciado agora pelo *rei-eu*, aponta também para a relação passado/presente/futuro, implicando aqui novamente o efeito de (re)construção identitária. Esses efeitos fazem emergir uma única subjetividade que é, em sua essência, imutável.

Engendrados nesse mesmo mecanismo, outros enunciados podem ser acionados:

poucos homens conseguem ter sucesso em ser um grande empresário, um respeitado político, um grande cientista, um exímio artista, mas todos conseguem realizar o maior de todos os sucessos intelectuais, o sucesso mais espetacular, que é ser um engenheiro de idéias, um construtor de pensamentos. (p. 213)

temos estudado os fenômenos mais importantes que atuam no processo de construção dos pensamentos. [...] eles co-interferem de maneira particular a cada momento existencial. Até onde conheço, penso que as grandes teorias psicológicas, psicossociais e filosóficas (principalmente as epistemológicas) não estudaram os processos de construção da inteligência a partir dos sistemas de co-interferências de variáveis que atuam nas diversas etapas da interpretação em que são gerados os pensamentos e as emoções. (p. 214)

é insuficiente fazer uma abordagem genérica dos fatores sociais, psicológicos e genéticos que influenciam o processo de formação da personalidade e o discurso dos pensamentos, mas não sobre os sistemas de variáveis que concebem o nascedouro, a natureza, os limites e o alcance dos pensamentos e emoções. (p. 214)

o fluxo vital da energia psíquica indica que há na psique, pelo menos desde a aurora da vida fetal até o último suspiro existencial, uma operação inevitável dos processos de construção dos pensamentos. Essa operação faz com que cada ser humano seja um produtor de artes, de ciência, de técnicas, de relações sociais, de comunicação, enfim, um ser que vive sob o regime da revolução das idéias, o que enseja o processo de formação da personalidade e desenvolvimento da história psicossocial humana como um todo. (p. 216)

Essa busca a uma identidade verdadeira, escondida no interior dos sujeitos, significa polarizar interior e exterior, ou, colocar em discussão a idéia de “presença de uma interioridade em separado de uma exterioridade”, como bem diz Machado (1999, p. 211), trazida aqui para auxiliar-nos. Segundo essa autora, aceitar como verdadeira a tese de que o homem, desde sempre, tem uma essência, traz duas implicações: uma é acreditar que é da natureza da subjetividade ser idiossincrática (mesma causa, efeitos diferentes); a outra, é acionar, na esfera privada, uma única forma-subjetividade, o que significa desconsiderar os movimentos da e na história. A subjetividade é, ao contrário do que percebemos nos efeitos construídos na *TMC*, e, de acordo com a autora citada, produzida (“inventada”) por várias e diferentes formas, como “dobras” que se “formam [e] se desfazem e outras então se formam em um movimento incessante”, não sendo elas “nem interiores e nem exteriores mas formações provisórias de um entre que mistura finitos materiais de expressão em ilimitadas combinações” (MACHADO, 1999, p. 212-213).

A partir dessas problematizações, permitimo-nos afirmar que a tentativa de encontrar uma origem identitária estável, ou de uma personalidade única, verdadeira, no discurso da *TMC*, é uma tentativa ilusória, posto que a historicidade impõe sempre “expressões-em-nós”, idéia encontrada ainda em Machado (1999), num movimento que é singular, mas nunca interior. A promessa de que há uma ordenação no caos e de que é possível dominar essa ordem, gerenciado-a, corrobora para entendermos esse discurso de auto-ajuda como uma prática contemporânea de subjetivação. Nesse sentido, ao se colocar como panacéia para os sujeitos, a prática da *TMC* cria “territórios existenciais” como “ancoragem segura”, à maneira da prática alquímica, ou, a de um ópio poderoso, capaz de deixar “sedados” os sujeitos, como bem nos lembrou Bauman (2001; 2005) e Rolnik (2000) citados neste trabalho.

A essas reflexões, a atualidade do pensamento foucaultiano é de singular importância e bastante produtiva para esta pesquisa. Para Foucault, a identidade de cada sujeito é efeito e instrumento de poder. No campo das ciências sociais, por exemplo, a psicologia e a psicanálise sempre estiveram à disposição dos poderes para intervir no comportamento e

controlar os sujeitos, seja em nível do indivíduo seja da coletividade. As identidades são invenções para fabricar sujeitos, daí seu caráter de mutabilidade.

O homem dado *a priori*, aquele que sempre existiu, que “sempre esteve aí”, “o indivíduo vivo”, que “fala e trabalha” é uma invenção recente, posto que não existia até o século XVIII. O homem é uma “criatura” fabricada pela “demiurgia do saber [...] há menos de duzentos anos: mas tão depressa envelheceu que se imaginou facilmente que esperara na sombra durante milénios o momento de iluminação em que seria, enfim, conhecida” (FOUCAULT, 1966, p. 402). Essa é a gênese do homem, até então excluído da reflexão clássica da linguagem “porque o que nela se entretecia era a **representação** e o **ser**” (p. 405-6, grifos nossos). Esse nascimento, essa “presença nova”, se dá pela configuração geral dos saberes em um dado momento histórico, dá-se pela *episteme* – é por meio dos saberes que uma nova relação se “estabelece entre as palavras, as coisas e a sua ordem” (FOUCAULT, 1966, p. 407).

A episteme clássica, segundo Foucault, configura-se pelas positividades, quais sejam, a história natural, a análise das riquezas e a gramática geral, cujos saberes estão direcionados para as identidades e as diferenças dos seres. O princípio que rege essa episteme é o da representação. Na episteme moderna, a vida, o trabalho e a linguagem substituem a temática dos seres vivos, das trocas e do discurso. Esses são os “constructos” que fundamentam empiricamente as positividades nessa episteme e que dão lugar aos estudos da biologia (vida), da economia (trabalho) e da filologia (linguagem). A episteme moderna, ao contrário da clássica, é regida pelo princípio da organização relacional e funcional entre os elementos: “a identidade não mais se estabelece entre um ou mais elementos, mas refere-se à identidade da relação entre os elementos e as funções que lhes correspondem” (PRADO FILHO, 1998, p. 46).

A esse respeito, é bastante esclarecedora a leitura que Prado Filho faz do texto foucaultiano:

enquanto a problemática do pensamento clássico [...] consistia em estabelecer uma nomenclatura que funcionasse como uma taxionomia, o pensamento moderno coloca em questão a relação do sentido com a forma da verdade e a forma do ser, compondo o discurso que é, ao mesmo tempo, uma ontologia e uma semântica [...] A representação não mais exerce, neste contexto, o papel de operador básico – ela encontra-se agora referida a uma consciência [...] fundada, sustentada na figura do homem como duplo ser empírico-transcendental, colocado ao mesmo tempo como objeto e fundamento de todo conhecimento possível – é este o centro de toda a crítica foucauldiana à primazia concedida ao sujeito e ao tratamento relativo à

problemática da subjetividade no pensamento moderno. (PRADO FILHO, 1998, p. 47)

Ora, se homem não existe desde sempre e nem sempre esteve colocado na ordem dos saberes, sua entrada se dá com a modernidade (século XIX), Foucault constata, na obra *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1966), especificamente no capítulo “O homem e seus duplos”, já citado, não só o seu estatuto originário e transitório, mas também findável e sua finitude encontra-se exatamente na problemática de sua origem. É a historicidade, segundo Foucault, que coloca o modo de ser do homem em sua relação com o tempo: porque o homem é finito ele tem uma história e “é por o homem não ser contemporâneo do seu ser que as coisas se apresentam com o tempo que lhes é próprio. A finitude é a relação insuperável do ser do homem com o tempo” (FOUCAULT, 1966, p. 436). Se na episteme clássica a historicidade decorria da origem, na episteme moderna é a historicidade que “interroga” a questão da origem. Essa é a problemática colocada por Foucault, uma “(des)dobra”, posto que o homem, não sendo contemporâneo de sua origem, é ele contemporâneo de sua própria existência, o que implica estar o homem “determinado” a um tempo estabelecido pela vida, pelo trabalho e pela linguagem, vinculado às “positividades que lhe são exteriores e que o ligam à espessura das coisas” (FOUCAULT, 1966, p. 437). A identidade¹⁴ dos sujeitos está sempre ligada ao jogo simultâneo do “Duplo”: “distância ínfima mas invencível, que reside no ‘e’ do recuo e do retorno, do pensamento e do impensado, do empírico e do transcendental, do que é da ordem da positividade e do que é da ordem dos fundamentos” (FOUCAULT, 1966, p. 442).

No discurso moderno, o modo de ser do homem é marcado pela historicidade das coisas. O homem é uma figura finita – um finito que se desvela na própria indagação de seus duplos –, mas fundamento de todo conhecimento possível, marcado por um “cogito que lhe deixa sempre um resíduo de impensado e de sombra, e ao movimento sempre aberto, jamais

¹⁴ Foucault, ao preocupar-se com a exterioridade dos fenômenos, reconhece a subjetividade como um enunciado ligado a uma diversidade de práticas sociais e políticas, por isso histórico. Nesse sentido, a noção de identidade está ligada aos mecanismos de controle e aos jogos de poder. Prado Filho chama a atenção para essa discussão em Michel Foucault. Segundo o autor, não existe uma teoria da subjetividade nos trabalhos de Foucault, como também não existe uma teoria do sujeito. O que Prado Filho fez foi uma leitura marcando como a subjetividade estava presente na problemática do autor de forma periférica e/ou marginal. Faz questão de enfatizar a distinção entre “problematização do sujeito” e “problematização da subjetividade” em Foucault (cf. PRADO FILHO, 1998). Ainda, para Prado Filho, quando Foucault problematiza sobre o sujeito, ele está discutindo com historiadores e filósofos (fase arqueológica); a problematização da subjetividade recebe um tratamento genealógico, posto que incida sobre sujeitos concretos – a problemática do sujeito é, pois, parte da problematização da subjetividade (cf. FERNANDES JR., 2007).

realizado, que vai do recuo ao retorno de sua própria origem”, conforme nos esclarece, com propriedade, Prado Filho (1998, p. 52).

A identidade é, em cada indivíduo, marcada pela pluralidade. Ignorar isso significa negar toda a historicidade das coisas, o que implica, no pensamento foucaultiano, desconsiderar os diferentes “modos de subjetivação/objetivação” dos sujeitos engendrados nas relações de poder. Pensar a(s) identidade(s) pelo prisma da imutabilidade e da não pluralidade é negar também os (re)investimentos de construção de sentidos envolvendo discursos que (co)participam e que, por sua vez, emergem determinados tipos de práticas: as de auto-ajuda, as literárias, as midiáticas, as fundadas na tradição, as científicas, as que refletem o senso comum, dentre tantas outras práticas já tão bem assinaladas e problematizadas por Michel de Certeau (CERTEAU, 2004; CERTEAU *et al*, 2003). É negar, pois, o próprio movimento da interdiscursividade.

Segundo Fonseca (2003, p. 24), os mecanismos engendrados nos processos de objetivação e de subjetivação do sujeito, nos trabalhos de Michel Foucault, “concorrem, simultaneamente ou não, para os processos constitutivos do indivíduo”. No primeiro processo, a preocupação de Foucault é analisar práticas que constituem o indivíduo em objeto, tornando-o um “corpo” dócil e útil (“genealogia do indivíduo moderno enquanto objeto”); no segundo, as práticas que constituem o indivíduo enquanto sujeito preso a uma identidade (“genealogia do indivíduo moderno enquanto sujeito”). Nessa esteira, é necessário entender a relação e a diferença entre indivíduo e sujeito nas reflexões de Foucault, haja vista que temos, na prática de auto-ajuda, um discurso que visa ao indivíduo em sua existência particularizada no mundo, mas que, ao cuidar desse indivíduo, trata também da coletividade. O termo sujeito, no pensamento foucaultiano, designa “o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação [e] esses processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam [...] a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil e sujeito” (FONSECA, 2003, p. 26). O sujeito é, assim, um lugar e uma função no discurso e o indivíduo um produto do exercício de um poder disciplinar.

Isto posto, e considerando sempre o sujeito e a identidade, como também a subjetividade, enquanto construções sociais, de natureza, portanto, coletiva, usaremos, neste trabalho, o termo “sujeito”, implicado nele esses dois movimentos de constituição do indivíduo: o da objetivação e o da subjetivação.

Esse percurso direciona o nosso olhar para a subjetividade envolvida no processo de construção identitária na obra escolhida como material de análise para esta pesquisa. Podemos dizer, por exemplo, que, num primeiro momento, parece haver um eixo central no discurso da

TMC, qual seja, o saber do sujeito sobre ele mesmo. Esse saber, posteriormente, irá permitir a ele o controle de todas as suas ações, em todos os âmbitos. Nesse caso, esse discurso de auto-ajuda, em outro momento, estaria voltado para uma posição-sujeito particular, a do *homem de sucesso*, cujas características seriam o controle emocional, a liderança, a ousadia, a boa memória, dentre outras. A contrapartida desse sucesso resultaria em ter felicidade, ter bons amigos, ter um bom emprego, viver em uma sociedade mais humanitária e “humanista”. Tudo isso garantido por um discurso que acena para a possibilidade de o sujeito, por meio do conhecimento científico, fazer uma “verdadeira revolução em sua vida”. Um discurso que parte do princípio de que é necessário “organizar o caos, interno e externo, para se obter o controle de si mesmo”. Em outras palavras, é necessário conhecer e domesticar o caos, entendido como “confusão mental extrema”, para se alcançar o que sempre se foi.

A *TMC* é apresentada como

uma teoria revolucionária [...] capaz de causar grande impacto na Ciência, estimulando a formação do homem como pensador e engenheiro de idéias [...] e possui três grandes áreas: uma construção multifocal, através da construção de pensamentos; uma influência multifocal através das variáveis da interpretação; um desenvolvimento multifocal contínuo, através dos estímulos intrapsíquicos, socioeducacionais e da carga genética. [...] e envolve a formação do homem como democrata das idéias; como pensador que tem afinidade com a arte da dúvida, a arte da crítica, a arte de ouvir, a arte da contemplação do belo; como um engenheiro de idéias que aprende a pensar antes de reagir, que aprende a interiorizar-se; a repensar-se; como pensador humanista que desenvolve a cidadania, que aprende a colocar-se no lugar do outro, que valoriza os direitos humanos e conquista uma macrovisão da espécie humana, etc. (CURY, 1998, p. 101-103):

Esse discurso, que tem sua base numa suposta ciência, busca, no interior do próprio sujeito, explicar a gênese da identidade. A conformação identitária é regida pelos mesmos princípios e vale universalmente – o acesso à verdade (ou verdades) sobre si mesmo advém não da exterioridade, mas de elementos internos inerentes à constituição do ser humano. Cabe então à ciência revelar quais são esses elementos para que, de posse deles, os sujeitos se (re)conheçam. A base dessa teoria parece ser, pois, epistemológica – a preocupação, no discurso da *TMC*, é mostrar como o conhecimento sobre o homem atingiu o estatuto de ciência. Nesse raciocínio, podemos afirmar que nos encontramos diante de uma prática que propõe pensar o homem no seu espaço, no seu tempo, na sua condição sociohistórica e oferece, para isso, ferramentas possíveis para se alcançar o pleno conhecimento de si mesmo,

condição *sine qua non* para alterar sua condição de existência, pressuposto que pode ser encontrado em toda a obra.

O sujeito, visto como totalmente unificado pelas capacidades da razão, da consciência e da ação, possui um núcleo interior que emerge pela primeira vez ao nascer e se desenvolve, ainda que permanecendo contínuo e idêntico, ao longo de sua existência. Essa concepção está ligada diretamente aos ideais do iluminismo¹⁵.

Descarta-se, assim, a concepção de um sujeito sociológico¹⁶, aquele que teria sua identidade formada a partir da interação do “eu” com a sociedade. Não se concebe o sujeito como interativo nem a identidade a partir da relação do interior individual com o exterior social. O sujeito, nesse discurso, passa a ser concebido como aquele que conhece – o sujeito cognoscente – e também o objeto desse saber – o sujeito é o ponto de partida e de chegada para o conhecimento. A *TMC* trata da gênese do pensamento e da consciência individual para explicar toda a mecânica do comportamento humano. É uma prática que propõe conhecer o homem no campo de sua interioridade: a subjetividade é da ordem da essência e o sujeito é analisado, decifrado, a partir das posições ocupadas pelo enunciador.

A escolha de uma obra que propõe descrever e interpretar o homem por meio da prática científica implica algumas mobilizações teóricas para fazer funcionar a análise dos dados nesta pesquisa e justifica um estudo sobre práticas de subjetivação. Para desenvolver essas questões, escolhemos como caminho teórico-metodológico a Análise do Discurso francesa, disciplina que se encontra na área da Lingüística e que, em sua constituição, retoma e desloca noções foucaultianas para a configuração de seu quadro epistemológico.

Essa preferência teórica resulta também do nosso percurso de leitura e, posteriormente, do contato com as obras de Cury. Observando a construção lingüística da *TMC*, constatamos um arranjo bastante contraditório atravessado por um tipo de raciocínio um tanto engenhoso, arguto, de caráter aparentemente opiniático, e que possibilitava criar efeitos persuasivos. Por exemplo, o uso excessivo de metáforas num discurso que postula ser, inicialmente e por excelência, científico – “o processo psicoterapêutico é um canteiro onde

¹⁵ Na concepção iluminista o sujeito era visto como auto-suficiente e soberano de suas obras: “sujeito racional, pensante e consciente”, para René Descartes, considerado o precursor do Iluminismo; sujeito como provedor da ação prática da razão, percebido através da reflexão: “consciência sempre acompanha pensamento”, para John Locke.

¹⁶G.H.Meade; C.H.Cooley são alguns dos estudiosos representativos da concepção interativa da identidade e do eu. Em suas reflexões, sociedade, indivíduo e mente comporiam o ato social, portanto, seriam elementos indissociáveis. As premissas que sustentam o interacionismo firmam-se na afirmação de que o comportamento humano só se fundamenta nos significados do mundo social; a fonte desses significados é a interação social; a utilização dos significados ocorre por processos de interatividade.

floresce [sic] as funções mais importantes da inteligência [...] bem conduzido [pode] estimular a produção de um oásis no mais causticante deserto emocional” (CURY, 1998, p. 41). Percebemos também efeitos de um discurso autoritário manifesto por meio do uso enfático e recorrente de advérbios de negação e que traz efeitos de ordem categórica, de coerção – “o homem que não se interioriza é algoz de si mesmo” (p. 18), “quem não duvida e critica a si mesmo nunca se posiciona como aprendiz diante da vida” (p. 19); ou, ainda, o uso da primeira pessoa do singular criando efeitos de verossimilhança posto que ligado a um discurso autobiográfico – “a dor da depressão, que considero o último estágio da dor humana, me conduziu a ser um pensador da Psicologia e da Filosofia” (p. 29). Esse efeito de coerção, tramado no discurso da *TMC*, levava-nos a pensar sobre a relação entre sujeito, poder e coerção a partir das posições-sujeito ocupadas pelo enunciador desse discurso de auto-ajuda. Essa inquietação tem uma razão: poder e coerção estão inter-relacionados, mas não são a mesma coisa. E encontramos essa distinção nos trabalhos de Michel Foucault, em suas reflexões sobre o sujeito e suas práticas – modos de subjetivação e objetivação dos sujeitos. Para ele, a coerção pode estar ligada ao exercício da força bruta, da soberania de um indivíduo sobre outro por meio de instrumentos de coação (completo assujeitamento), ou da autoridade marcada pelo lugar que ocupa os sujeitos em seus discursos (posição política, religiosa, econômica, científica, etc.).

O poder estará sempre, nas reflexões foucaultianas, vinculado aos diferentes modos, visíveis e/ou invisíveis, de subjugar, “aprisionar”, o outro. Decorrente desse raciocínio, surgiu outra questão: é possível uma obra de auto-ajuda, escrita por um profissional vinculado à área da saúde mental, que propõe auxiliar, socorrer, salvar os indivíduos de situações adversas, situações que causam estresse, por exemplo, exercer domínio ou até mesmo subjugar alguém? Essa questão, naquele momento, veio tanto em forma de interrogação quanto de afirmação e será discutida ao longo de nossa pesquisa tomando como ponto de observação e de análise os enunciados e as posições-sujeito ocupadas no discurso. Esse percurso permitirá marcar os efeitos identitários peculiares a esse discurso. Por último, o discurso da *TMC* fez-nos pensar em quais tipos de modelos e de condutas estariam sendo requisitados pela sociedade, neste momento, ou, que tipo (ou tipos) de representação, seja ideológica, econômica, religiosa, estava presente na tecitura daquele discurso fazendo emergir, ou também ocultando, de alguma forma, um poder (ou poderes) ali exercido; por que a auto-monitoração-modelação do sujeito estava tão em evidência no mercado livreiro? que tipo de exclusões e/ou inclusões estariam sendo feitas naquele discurso? quais os valores éticos ou morais requisitados e como

as reais (concretas) condições de relações inter/intra pessoais escamoteavam-se nas “redes” discursivas?

A pertinência da escolha teórica justifica-se pela natureza do objeto de análise e pelos objetivos traçados para nossas reflexões. Trata-se de uma situação em que o objeto pede a teoria. E “como é próprio da Análise do Discurso, não se pensa teoria sem pensar metodologia”, dialogando com Fernandes (2007, p. 3), como também não se pode separar “uma certa maneira de fazer teoria e sua correspondente maneira de fazer política”, como nos ensina Gregolin (2004a, p. 60, em nota de rodapé) ao “remontar” a constituição da Análise do Discurso derivada de Michel Pêcheux.

Recorrendo às palavras da autora (GREGOLIN, id.):

o que foi chamado de “três épocas da análise do discurso” [...] revela os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa [derivada de Pêcheux]. O solo epistemológico precisou ser revolvido e as mudanças delineiam os debates teóricos e políticos que surgiram de crises que atingiram a reflexão sobre como se dá a articulação entre o discurso, a língua, o sujeito e a História. No decorrer das três épocas, o estudo dessa relação será aprofundado a partir das propostas de Althusser, à qual Pêcheux acrescenta outros aportes. Evidentemente, esses rearranjos remexem o solo epistemológico e reorganizam a teoria e a análise do discurso.

Uma outra questão nos chamara a atenção na obra de Augusto Cury: por que as emoções, sentimentos humanos por vezes considerados incontroláveis em determinadas situações, nos diz o senso comum, emergiam, hipoteticamente, como um novo saber que faria revolucionar o conhecimento do homem sobre sua existência e sobre suas ações? E dizemos “supostamente anunciada como novo saber” posto que a emoção vem sendo discutida ao longo da história.

Perseguindo o caminho feito por Abbagnano (1982), descobrimos que essa questão já era preocupação no pensamento grego. Aristóteles concebia a emoção como uma enfermidade da alma ligada ao prazer ou a dor, estando essa “afecção” ligada à “percepção do valor que tem para a vida [...] ou a situação a que se refere a própria afecção”. Um dos exemplos aristotélico acionado por Abbagnano é sobre o medo: “o medo é uma dor ou uma agitação produzida pela perspectiva de um mal futuro que seja capaz de produzir morte ou dor” (ABBAGNANO, 1982, p. 293). Assim como Aristóteles, Platão concebeu as emoções como portadoras de significado. Segundo palavras do próprio Abbagnano, para os dois

filósofos “as emoções têm uma função na economia da existência humana no mundo” (p. 294).

Diferente dessa perspectiva, os estóicos viam as emoções como não tendo nem “significado nem função”, posto que ligadas às “opiniões ou juízos ditados por leviandade”. Viam eles quatro tipos de emoção: o *desejo* e o *prazer* ligados à origem dos “bens presumidos”, o primeiro para os bens “futuros” e o segundo para os bens “presentes”; o *temor* e a *aflição* ligados aos “males presumidos”: para os “males futuros” o *temor* e para os “males presentes” a *aflição*. Desse modo, a força da alma, no pensamento dos estóicos, consistia em “vencer as emoções e as suas fraquezas em deixar-se dominar por elas”.

Vejamos como se desenvolve esse raciocínio estóico na citação de Cícero trazida por Abbagano (1982, p. 294) e aqui acionada por nós:

a três dessas emoções e precisamente ao desejo, à alegria e ao temor, [os estóicos] faziam corresponder três estados normais próprios do **sábio**, respectivamente: a **vontade**, a **alegria** e a **precaução**, que são, os três, estados de calma e de equilíbrio racional. Mas nenhum estado corresponde, para o sábio, ao que é a aflição para o néscio: ela é experimentada por males presumidos e deve-se à falta de obediência à **razão** [...] O pressuposto dessa análise é a tese da perfeita racionalidade do mundo. O **homem sábio** não deve fazer mais do que tomar consciência dela [da racionalidade] e viver em conformidade com ela, isto é, “viver segundo a razão”. O mundo, como ordenação racional perfeita, nada tem que possa afligir ou ameaçar o sábio, isto é, o ser racionalmente perfeito: portanto, a aflição ou o temor, assim como o desejo e o prazer, dependem simplesmente de ver no mundo algo que não existe e que não pode existir: um bem que esteja além da razão ou um mal que possa ameaçar a razão. As emoções não são portanto mais do que juízos errados, opiniões vazias e desprovidas de sentido. O sábio está imune delas pelo próprio fato de ser sábio, de viver segundo a razão; e entre o sábio e o estulto, que é vítima daquelas falsas opiniões, não há meio termo nem passagem. (os destaques são nossos)

Essas duas concepções, uma, a que concebe as emoções como portadoras de significado (Aristóteles e Platão) – portanto, ligada “sistemáticamente à negação implícita ou explícita da natureza necessariamente racional do mundo que o homem vive”; a outra, a que as reconhece como desprovidas de significado (Estóicos) – vislumbra o “mundo como uma totalidade perfeita que assegura de modo absoluto a existência do homem e a realização dos seus interesses” –, serão encontradas, ou uma ou outra, em todo o pensamento posterior, tanto

na filosofia quanto na ciência. As pesquisas mais recentes sobre as emoções¹⁷, nas áreas da medicina e da psicologia, seguindo ainda o percurso de Abbagnano, reconhecem nelas mesmas um “solo próprio e objetivo”. Concordam, por exemplo, que as emoções participam das “condutas” humanas e as separam em dois tipos: o primeiro é denominado de “conduta emotiva”, vista como “patológica” ou “semi-patológica”, portanto, como “doença”; e o segundo de “emoção-controle”, definida como racional, faz parte da “normalidade” dos comportamentos (ABBAGNANO, 1982, p. 306).

Explicada pelos princípios postulados como científicos, a emoção, na *TMC*, sendo parte constitutiva da inteligência, inserida, portanto, no campo da racionalidade, é compreendida também como participante das condutas humanas. E, nesse movimento, os discursos entrecruzam-se: “o desejo” e o “prazer”, como possibilidades, ligam-se aos “bens presumidos” no tempo que há de vir, o futuro (“o que quero ser”, “o que serei”); do mesmo modo, o “temor” e a “aflição” vinculam-se aos “males presumidos”, no tempo presente (“o que sou”, “como estou”). Nesse jogo, sabedoria e racionalidade produzem efeitos identitários singulares a esse discurso: o homem sábio é aquele que usa suas emoções racionalmente (emoção-controle) e, em “obediência à razão”, produz “idéias” verdadeiras. Assim, o trabalho (“ciência multifocal”) produzido pelo sábio (sujeito enunciatador do discurso da *TMC*) traz a verdade, posto que fora feito com “calma” e “equilíbrio” (“vontade”, “alegria”, “perseverança” e “precaução”). Dominar as emoções (“vencer as emoções”) é uma questão inerente à essência da identidade humana, e os “males” pelos quais passa o sujeito decorrem “em deixar-se dominar pelas emoções”, em não (re)conhecer como funcionam os mecanismos de gerenciamento do “eu” postulados na *TMC*. Desse modo, a subjetividade, centrada no ideal humanista, resulta de um processo educacional interiorizante e pragmatista: “o conhecimento de si possibilita tornar o homem pensador da ciência e das idéias humanistas. Todo profissional, médicos e psicólogos clínicos, deve exercer suas profissões como pensadores humanistas” (CURY, 1998, p. 66).

¹⁷ O autor cita dois pesquisadores nessa linha de estudos: Pierre Janet e Paul Goldstein. Janet distingue dois tipos de emoções, denominados por ele de “emoção-choque”, a reação de fracasso, por exemplo, faz parte dessa categoria; e “emoção-sentimento”, a que controla as reações adequadas, consideradas “normais”. Goldstein, nessa mesma linha de Janet, acrescenta: a coragem é o “sentimento do possível”, o “meio de sair da angústia que é o sentimento da inadequação do organismo à sua função vital, à sua relação com o mundo”. Nesse sentido, as emoções são, para ambos, “modalidades de controle do comportamento” (cf. ABBAGNANO, 1982, p. 306-307). A título de informação apenas, temos conhecimento de que os estudos feitos pela então intitulada “Programação Neurolingüística”, conhecida pela sigla de *PNL*, criada na década de 1970 pelo matemático Richard Bandler em parceria com o lingüista Jonh Grinder, vêm tentando compreender, por exemplo, como os fracassos atuam no comportamento do homem e como podem ser utilizados para redirecionar a vida das pessoas. (cf. revista **Psique**, ano I, nº 9).

Encontramos duas acepções para o termo *Humanismo* e que aqui nos interessam mais de perto: a primeira, valorativa, marca os ideais renascentistas que, reconhecendo o homem em sua totalidade, tentam compreendê-lo dentro de seu mundo natural e histórico. Nessa totalidade, o homem, formado de alma e corpo, está destinado a viver e a dominar o mundo natural. Como ser histórico, o homem estará sempre ligado ao seu passado, seja para ser nele singularizado seja para opor-se a ele. Assim, é imprescindível ao homem esse conhecimento e domínio para que alcance sucesso na vida; a segunda acepção, vinculada a essa primeira, encontra-se na sentença proferida por Protágoras que reconhece no homem “a medida de todas as coisas”. Em sentido mais amplo, e aqui temos uma terceira significação, entende-se por humanismo “qualquer caminho filosófico que tome em consideração as possibilidades e [...] os limites do homem e que proceda, nesta base, a uma reordenação dos problemas filosóficos” (ABBAGNANO, 1982, p. 494).

No discurso da *TMC*, o termo humanismo é entendido como “o exercício das funções mais nobres da mente, que objetivam valorizar, respeitar e procurar promover os direitos humanos e a qualidade de vida psicossocial das sociedades” (CURY, 1998, p. 334). É nesse sentido que encontramos, sempre repetido, na *TMC*, o enunciado “tornar o homem um pensador humanista”, reivindicando os direitos que a ele são inerentes – “compreender o homem numa perspectiva humanística” é dar a ele a possibilidade e a dignidade de viver no mundo com equilíbrio “psicológico”, “filosófico” e “social”. Nota-se que os ideais “o homem é a medida das coisas” (Protágoras) e por isso é seu direito “dominar a si e ao seu mundo” (ideal renascentista) atravessam esse discurso da *TMC*. Ser humanista significa, assim, “ser agente modificador da própria história” – mudar a condição real de existência, ter liberdade para mudar seu próprio destino; “ser agente expensor do humanismo, da cidadania e dos direitos humanos derivados da democracia das idéias” (CURY, 1998, p. 338) – respeitar o outro, colocando-se sempre no lugar dele, não sendo, pois, omissos diante de sua miserabilidade; saber ouvir; não “discriminar” pela cor, credo, nível “cultural”, etc. Efeitos de sentido que novamente sustentam a posição ocupada por aquele que tem sabedoria (o sábio), o cientista.

Segundo Cury (1998, p. 144):

o mais profundo humanismo decorre [...] da compreensão psicológica e filosófica da complexidade, sofisticação, liberdade criativa e plasticidade construtiva da inteligência. O humanismo que decorre da compreensão dos processos de construção dos pensamentos tem raízes [...] profundas, gera

uma macrovisão psicossocial da espécie humana, nos faz considerar o outro na sua complexidade psicossocial.

E o autor complementa:

temos de nos perguntar em que situação psicossocial estamos. Temos de nos perguntar se somos meros passantes (transeuntes) existenciais, que passam pela vida sem criar raízes mais profundas dentro de si mesmos, ou se estamos nos interiorizando e expandindo nossa maturidade intelectual-emocional e aprimorando nosso humanismo e cidadania (CURY, 1998, p. 283).

O termo humanismo é, ainda, definido para distinguir-se de qualquer outro tipo de humanismo consagrado historicamente e que (re)produz, uma vez mais, o ideal de homem dado *a priori*, livre de toda a “contaminação” externa:

o humanismo foi um termo filosófico usado de diversas maneiras por diversos pensadores em gerações passadas; porém, neste livro, ele tem conotações extensas e particulares. Para alguns, o humanismo é o exercício da complacência, da bondade, da tolerância e, nesse sentido, ele se confunde com o conceito de cidadania. Porém, esse tipo de humanismo está sujeito às flutuações das intempéries sociais, das circunstâncias psicossociais, das pressões políticas, dos paradigmas culturais [...] ele é instável e suas raízes intelectuais são pouco profundas. O humanismo a que me refiro vai além do exercício da cidadania, além do exercício da tolerância, solidariedade e cooperação social, pois ele se alicerça numa macrovisão das origens intelectuais da espécie humana. Ele é fruto da procura do *Homo intelligens* pelo *Homo interpres*, ou seja, do homem que pensa pelos processos inconscientes que constroem os pensamentos [...] O conceito de humanismo incorpora a necessidade de compreendermos as origens da inteligência, os fenômenos que nos constituem como seres pensantes. Esse humanismo diminui a paixão nacionalista, grupal, bairrista e expande a paixão pela espécie humana. Ele cria uma relação poética do indivíduo com a espécie humana. Esse humanismo tem uma reação visceral com a multiplicidade dos parâmetros dos que promovem as mais diversas formas de discriminação humana: racial, cultural, religiosa, intelectual, etc. Ele ecoa altissonante, evidenciando que acima de sermos americanos, alemães, franceses, brasileiros, árabes, judeus, ingleses africanos, curdos, somos uma única espécie, uma espécie que, apesar de todas as diferenças genéticas, geográficas, culturais e sociopolíticas, possui clandestinamente, nos bastidores da mente, os mesmos processos e fenômenos que são responsáveis pelo maior de todos os espetáculos humanos, o espetáculo da construção de pensamentos e da consciência existencial (CURY, 1998, p. 262).

Diante desse discurso apresentado como “discurso do conhecimento”, discurso do “saber sobre o homem” como condição para o “fazer do homem”, e para entender como os sujeitos são constituídos, voltemos às reflexões de Michel Foucault, para quem, em oposição ao postulado apresentado pela *TMC* – o homem é uma totalidade –, o sujeito é *constituído pelos acontecimentos discursivos, epistêmicos e práticos*. A subjetivação, ou os modos de produção da subjetividade, é vista, nas reflexões foucaultianas, a partir de dois movimentos: da objetivação dos sujeitos, nos eixos do saber e do poder; da subjetivação dos sujeitos, do ponto de vista da ética. No eixo do saber e do poder, a objetivação do sujeito é pensada por meio do conhecimento científico. Para o autor, os sujeitos se reconhecem por práticas e saberes, ou por enunciados que conformam certos discursos oriundos das instituições. A preocupação de Foucault é verificar como os discursos produzem subjetividades, como os sujeitos são “capturados” pelos discursos. Não há, no pensamento foucaultiano, correspondência entre sujeito e objeto. O conhecimento, enquanto prática histórica, não está inscrito na natureza humana e os sujeitos não são constituídos como unidade, plenos de seus atos, mas produzidos nas e pelas práticas.

Para Foucault (2003b, p. 10)

seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história.

Na obra *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault (2003b) chama a atenção para os diversos modos de constituição dos saberes e para os instrumentais que possibilitam a eles o acesso: como a verdade (ou verdades) pode se instaurar, quais os mecanismos (dispositivos) utilizados para sua constituição e que efeitos podem ser produzidos nos sujeitos e para eles. A subjetividade está ligada à produção de verdades.

No campo do discurso científico, a verdade (efeitos de verdade), previamente codificada, é produzida pelos discursos constituídos e operacionalizados pela sociedade; pelos mecanismos de escolha dos enunciados tomados como verdadeiros ou falsos; pelas técnicas utilizadas para se chegar à verdade; pela posição ocupada pelo sujeito do discurso e que o faz funcionar como verdadeiro. Ao fazer essas reflexões, Foucault (1992a, p. 13) aponta cinco características sobre a “economia política” da verdade: a que está centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; a que está submetida a uma constante

incitação econômica e política, porque tanto a produção econômica quanto o poder político necessitam de uma verdade, ou se sustentam por determinadas verdades; a que é objeto de difusão e de consumo – circule “nos aparelhos de educação ou de informação”; a que é produzida e transmitida sob o controle de aparelhos políticos ou econômicos; e a que é objeto de debate político e de confronto social.

Na prática científica, a verdade

tem instantes propícios, lugares privilegiados não só para sair da sombra como para realmente se produzir. Se existe uma geografia da verdade, esta é a dos espaços onde reside, e não simplesmente a dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la. Sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem se produzir como um acontecimento, e não a dos momentos que devem ser aproveitados para percebê-la, como por entre duas nuvens. Poderíamos encontrar na nossa história toda uma “tecnologia” desta verdade: levantamento de suas localizações, calendário de suas ocasiões, saber dos rituais no meio dos quais se produz. (FOUCAULT, 1992b, p. 113)

Mobilizar essas questões envolve pensar a função enunciativa no discurso, e isso implica pensar o objeto da Análise do Discurso: o próprio discurso. É esse movimento que marca o lugar da Análise do Discurso francesa nos estudos da linguagem, que não é o mesmo de outras abordagens teórico-metodológicas.

Nessa teoria, o discurso não se encontra dentro de uma estrutura fechada – não se confunde com o texto; não possui uma intenção e os sentidos não estão estabilizados – o que o diferencia da mensagem; não há um autor empírico caracterizado por um sujeito estrategista, mas uma “função sujeito” vazia que pode ser ocupada por diferentes “posições sujeito”. A linguagem, parte constitutiva do processo discursivo, não é concebida como “faculdade mental” que operacionaliza a comunicação (instrumento de comunicação), não se confunde com o próprio pensamento, nem tampouco a linguagem é representação das coisas ou da realidade. Para a Análise do Discurso, a linguagem é vista sob condições históricas e o discurso encontra-se ligado aos acontecimentos na e da História, por isso é definido enquanto prática. Apreendido na materialidade por meio da língua, o discurso é analisado pelos enunciados que o constituem. O enunciado tem, pois, existência material e um dos modos de reconhecê-lo é por meio do método analítico, considerando as articulações e as condições de produção dos discursos. Essas reflexões tornam fecunda a contribuição do pensamento foucaultiano para a Análise do Discurso que se faz atualmente, dialogando com Gregolin (2004a).

O enunciado é a unidade central do discurso, por isso Foucault atenta para a *função enunciativa* no momento da análise, uma vez que essa função muda de acordo com as condições de produção dos discursos. Na *Arqueologia do Saber* (1997b, p. 112), o autor aponta alguns procedimentos que devem ser considerados: reconhecer a função de existência de um enunciado não isoladamente, mas dentro de uma série, posto que, em seu surgimento, não existe neutralidade – “todo enunciado desempenha um papel dentro do conjunto e a ele se liga”; observar o lugar (ou lugares) ocupado pelo sujeito enunciatador no e do discurso; a articulação entre enunciados, uma vez que um enunciado está sempre ligado a outros – “tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Esse vínculo não resulta do que conhecemos por “contexto” ou “contextualidade” ou “contextualização”, nem mesmo com situações de fala (verbal), posto não se tratar da frase ou da palavra, mas de distinguir quais enunciados aparecem e por que aparecem (“enunciado em seu acontecimento”); a reinscrição do enunciado: um enunciado nunca é inédito (original), mas também nunca é o mesmo, ele é sempre reatualizado.

Para Foucault (1997b, p. 32):

um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

O autor afirma ainda:

o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência [...], mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (1997b, 98-99)

A questão do enunciado, para a Análise do Discurso, é assim entendida:

em sua natureza de acontecimento, o enunciado é a unidade central agenciada na *teoria do discurso*. Isso significa que a análise de discurso investiga o campo dos enunciados a fim de entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos sentidos em nossa cultura. O acontecimento é pensado como emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido. Esse projeto teórico compreende o enunciado em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção histórica (GREGOLIN, 2006, p. 27, grifos da autora).

Para verificar a produtividade dessas reflexões no funcionamento de nossas análises nesta pesquisa, recortamos, rapidamente, o enunciado que atravessa e sustenta o discurso da *TMC*: “Conheça-te a ti mesmo”. A materialização desse enunciado instaura, de imediato, um outro campo da memória, estabelecendo determinadas condições de produção que estiveram circunscritas em um outro momento histórico: o tempo do mito, no templo de Apolo. A declaração, “conhece-te a ti mesmo”, vinha da voz do oráculo, aquele que possuía as verdades, que “ocultava” e “revelava”, ao mesmo tempo, um segredo. O enigma, sob forma de máximas, poderia encontrar-se em todas as direções, servir para todos os homens e todos eles poderiam decifrá-lo, em qualquer tempo, pois que, no aforismo, não existe um tempo cronológico, nem um sujeito nem um objeto – o tempo não tem finitude, é indefinido, e admitem-se todos os agentes e todos os resultados das ações desses agentes. Transferido do campo mítico para o científico, essa sentença irá (re)definir conceitualmente o homem contemporâneo em nosso material de observação e análise – memória que organiza e estabiliza o discurso no momento histórico. Em sua forma afirmativa, credita uma autoridade ao discurso, fato reiterado, novamente, pela posição-sujeito ocupada pelo enunciador, que é a de cientista. Autoridade sustentada também pela imagem de confiança construída, ao longo da história, do médico: o médico tem o estatuto de dizer o que funciona como verdadeiro. A associação desses discursos, o do mito e o da ciência, instaura novos sentidos: o conhecimento de si mesmo (segredo) encontra-se no próprio interior dos sujeitos, em sua própria essência (revelação), o que limita possibilidades para questionamentos, uma vez que o sujeito enunciador, ou o sujeito discursivo, nas diferentes posições que ocupa, é portador de sabedoria. Tal qual o oráculo, ele carrega consigo o segredo do conhecimento e o revela no campo do saber da ciência. A atemporalidade do mito flui nesse discurso, por conseguinte, todo e qualquer tempo é bom para mudanças e para isso acontecer é preciso entrar na posse de

si mesmo, buscando as “necessidades essenciais” e deixando “perecer as aparências” (princípio da essência e da contingência).

Ao trazermos para a nossa pesquisa um discurso que reivindica o direito de dizer tudo sobre o homem contemporâneo, de deter o segredo que apenas o seu enunciador possui, de se colocar na ordem de unidade e de origem de interpretação e de significação, de se autorizar legitimando-se por lugares que refletem posições de autoridade, continuemos com as problematizações de Michel Foucault sobre as questões que envolvem pensar o sujeito e o poder.

Falar sobre poder, no pensamento foucaultiano, implica falar sobre sujeito, prerrogativa que Foucault sempre firmou e enfatizou. O sujeito foi, antes, a grande questão colocada em suas discussões, “seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto do poder, seja enquanto objeto de construção identitária” (GREGOLIN, 2004a, p. 59)¹⁸. Em seu texto “O Sujeito e o Poder”, Foucault (1995, p. 231) afirma que o seu objetivo foi o de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. Para isso, pensou o sujeito em sua relação a três domínios: o sujeito em sua relação com o saber; o sujeito em sua relação com o poder e o sujeito em sua relação com a ética. Esses três domínios, embora apareçam aqui separadamente, perpassam toda a obra do autor, mantendo, assim, correlação na trajetória de suas reflexões, e justificam as três fases nos estudos de investigação do sujeito: a fase considerada a da arqueologia, a fase da genealogia, a fase da ética e estética de si, respectivamente.

Situando essas questões na obra foucaultiana, Gregolin (2004a, p. 55) esclarece:

em um primeiro momento ele [Foucault] pesquisou os diferentes modos de investigação que procuram aceder ao estatuto de ciência e que produzem, como efeito, a objetivação do sujeito. Sua atenção voltou-se para a história da loucura, da medicina e de certos campos do saber que trataram dos temas da vida, da linguagem e do trabalho (*As Palavras e as Coisas*, 1966a). Trata-se [...] de investigar *os saberes* que embasam a cultura ocidental, de buscar o método *arqueológico* para entender a história desses saberes (*Arqueologia do Saber*, 1969b); [...] Em um segundo momento, ele estudou a objetivação do sujeito naquilo que designa de “práticas divergentes”. O sujeito quer dividido no interior dele mesmo, quer dividido dos outros por meio de técnicas disciplinares. Foucault empreende [...] a análise das articulações entre os saberes e os poderes, a partir de uma *genealogia do poder* (*Vigiar e Punir*, 1975); deriva dessas análises a idéia de que o poder se pulveriza na sociedade em inúmeros micro-poderes, daí a visão de uma *micro-física do poder* [...] em um terceiro momento, ele investigou a subjetivação a partir de

¹⁸ Gregolin (id.ib.) afirma que esses domínios (“ser-saber”, “ser-poder” e “ser-si”), na obra foucaultiana, “indicam predominâncias de certos temas, de certas teorizações”.

técnicas de si, da governamentalidade, isto é, do governo de si e dos outros, orientando suas pesquisas na direção da sexualidade, da constituição histórica de uma ética e estética de si (História da Sexualidade, em três volumes, 1976c; 1984a; 1984b). (os destaques são da autora)

Se para Foucault a grande questão era pensar o sujeito tomando por base determinadas práticas que o objetivavam/subjetivavam, seria necessário refletir também sobre as relações de poder que estariam atravessando tais práticas. O autor, em vários momentos de suas reflexões, faz questão de chamar a atenção para o importante papel da filosofia nessa discussão política da sociedade. A partir da análise da noção de crítica e razão¹⁹ em Kant, Foucault diz que a função da filosofia seria exercida não apenas pela vigilância no poder – vigiar apenas o poder exercendo efetivamente sua dominação através de suas forças e de suas estratégias de afrontamento –, mas também em observar como esse poder está engendrado historicamente, ou seja, quais os mecanismos utilizados e qual o tipo de racionalidade poderiam ser nele encontrados para que se possa desestruturar, desestabilizar, desmontar esses mecanismos por meio da análise crítica da racionalidade à qual esses mecanismos estariam obedecendo.

Segundo Foucault (2003a, p. 356):

a partir de Kant, o papel da filosofia foi o de impedir a razão de ultrapassar os limites do que é dado na experiência; mas, desde essa época – quer dizer, com o desenvolvimento dos Estados modernos e a organização política da sociedade –, o papel da filosofia foi também o de vigiar os abusos do poder da racionalização política.

A preocupação do autor é compreender como os sujeitos são apreendidos em suas histórias, como determinadas práticas de poder “emergem” e “capturam” os sujeitos modalizando determinadas condutas em detrimento de outras. O poder funciona, para Foucault, como uma rede tecida com relações de força e de resistência e não deve ser pensado

¹⁹ Para Foucault, a matriz da razão política moderna, marcada pela racionalidade nas sociedades ocidentais, apresentava-se sob duas faces: uma individualizante e outra totalizante. Essas duas tendências, originadas no séc. XVI com o poder pastoral do cristianismo articularam-se, posteriormente, no séc. XVIII quando o Estado passou a aumentar o seu poder através da administração do bem-estar dos seus súditos. (cf. SENELLART, 1995)

apenas a partir de uma legislação ou a partir dos Aparelhos de Estado e de suas ideologias²⁰ nem mesmo deve-se pensar o poder tomando por base uma teoria geral²¹ que o explique. Foucault irá então pensar o poder a partir do que ele chama de “analítica do poder”, ou seja, se se pensar o poder como “um conjunto de relações abertas [...] então o único problema consiste em se munir de uma rede de análise que torne possível uma analítica das relações de poder” (FOUCAULT, 2003a, p. 202). O poder não se encontra, pois, sob o domínio de um aparelho, mas espraçado, por meio de táticas e estratégias diversificadas e diferenciadas e sob forma de micropoderes, em múltiplos aparelhos de vigilância, como na família, na religião, na prescrição médica da loucura, da delinquência, da sexualidade, no gerenciamento da vida das pessoas. Pensar o poder é pensar em suas articulações com os saberes envolvidos ou oriundos da estrutura econômica – preocupar-se com as formas de dominação e de estratégias que envolvem um determinado saber-poder fabricando sujeitos. E porque ser sujeito significa ser “sujeito de algo” e “sujeito a algo”, haverá sempre uma relação de reciprocidade: ser sujeito implica ser também efeito e transmissão do saber-poder. Nesse sentido, Foucault afirma que o poder só deverá ser pensado a partir da sua própria resistência (“de lutas”) ou de suas próprias contradições.

A partir do (e com o) olhar de Deleuze (2005), entendemos que o poder, no pensamento foucaultiano, não está sob tutela ou sob propriedade de nenhuma classe; nenhum aparelho é fonte do poder, mas efeito de poder, posto que todo aparelho é construído por forças e mecanismos múltiplos. O poder, então, exerce-se muito mais do que se possui, pois ele existe sempre sob forma de ação.

Na Introdução a Michel Foucault, feita por Roberto Machado na obra *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1992, p. XIV), tem-se a seguinte definição de poder para Foucault:

os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras [...]. Rigorosamente falando, **o poder não existe; existem** sim

²⁰Pensar o sujeito por esse percurso é negar-lhe a capacidade de se manifestar (coação, relação de força) bem como o de se constituir como tal, é produzir uma “dessubjetivação” desse sujeito – “aqui o poder se exerce, se disputa [...] nessa disputa ou se ganha ou se perde”. (MACHADO, 1992, p. XV).

²¹Para Foucault, uma teoria por si e em si mesma “já assume uma objetivação prévia”, portanto já objetiva o próprio objeto de análise. Assim, o poder só pode ser analisado se se considerar as “formas de resistência”, ou o “antagonismo das estratégias” que nele também estão presentes – “mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna” é necessário “analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias” (FOUCAULT, 1995, p. 232 e 234).

práticas ou **relações de poder** [...]; o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona (os grifos são nossos).

O poder é, então, desenvolvido em redes constituídas de “dispositivos”²², de estratégias, de ferramentas, de instrumentais, de micropoderes e de microrrelações os mais diversificados possíveis, e as “práticas” que fazem com que o poder funcione, efetivamente, incluem “os discursos, as instituições, as disposições arquitetônicas, os regulamentos, as leis, as medidas administrativas, os enunciados científicos, as proposições filosóficas, a moralidade, a filantropia etc.” São todos esses “dispositivos” que permitem “isolar estratégias de relações de força que suportam tipos de saber e vice-versa” (RABINOW e DREYFUS, 1995, p. 134).

É exatamente porque um dispositivo é de “natureza heterogênea” – não está na ordem da regularidade, o que permite modificar ou transformar-se –, é que os poderes deslocam-se, movem-se, criando novas formas para o seu exercício. A fim de compreender os mecanismos que geram essas “movências”, Michel Foucault analisa três tipos de poder: o poder do soberano; o poder disciplinar; o poder sobre a vida (biopoder)²³.

O poder do soberano, pensado a partir da teoria da soberania, estava fundamentado em três pilares: por meio de leis do direito (legislação jurídica); a partir da dominação sobre os sujeitos (assujeitamento) – o sujeito subjugado ou “sujeitado” numa relação de poder²⁴; por uma unidade de poder²⁵.

²² Para Rabinow e Dreyfus (1995, p. 134) a compreensão do termo *dispositivo* em Foucault fica clara quando colocada em oposição ao termo *episteme*. O dispositivo inclui tanto as práticas discursivas quanto as práticas não discursivas. Em Judith Revel encontramos a seguinte definição para *dispositivo*, e que para nós é mais abrangente, quando Foucault concentra suas preocupações sobre o poder: Os “dispositivos são, por definição, de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de “dispositivos de poder”, de “dispositivos de saber”, de “dispositivos disciplinares”, de “dispositivos de sexualidade” etc.” (REVEL, 2005, p. 39).

²³ Sabemos que o autor fez um estudo aprofundado e um percurso histórico bastante minucioso sobre essas questões, todavia, iremos tentar sintetizar, por ora, algumas questões que nos interessam neste momento.

²⁴ Por isso Foucault (2000a, p. 49) afirma que o poder do soberano (o poder da soberania) “vai do sujeito para o sujeito”.

²⁵ Ao falar em “unidade de poder”, Foucault não estava preocupado em pensar quem estava no centro desse poder, se o monarca ou o Estado. O seu interesse estava voltado para os mecanismos que realmente faziam o poder funcionar (concretizar-se) [cf. FOUCAULT, 2000a, p. 49]. Por exemplo, ao estudar a prática psiquiátrica, Foucault estava interessado nos mecanismos existentes nessa prática que faziam com o poder psiquiátrico funcionasse (cf. FOUCAULT, 1966).

Segundo Foucault (2000a, p. 50), a teoria da soberania desenvolve-se

no “tríplice ‘primitivismo’”: o do sujeito que deve ser sujeitado, o da unidade do poder que deve ser fundamentada e o da legitimidade que deve ser respeitada. Sujeito, unidade de poder e lei: aí estão [...] os elementos entre os quais atua a teoria da soberania que, a um só tempo, os confere a si e procura fundamentá-los.

O poder da soberania incidia sobre o sujeito utilizando-se de leis do direito (código jurídico) e para isso centrava-se nos bens e nas riquezas materiais dos indivíduos – era o “poder absoluto no dispêndio absoluto do poder” (FOUCAULT, 2000a, p. 43).

O poder disciplinar, considerado uma forma de poder criada pela burguesia e que surgiu a partir dos séculos XVII e XVIII, na expressão fiel de Michel Foucault (2000a, p. 42) “a invenção de uma nova mecânica do poder”, trouxe grandes modificações no exercício das relações de poder. Ao criar mecanismos diferentes e variados com objetivos de normalizar condutas, esse poder possibilitou que aumentassem (crescessem) as forças assujeitadas e o poder assujeitante: foram criadas técnicas de vigilância para “disciplinar” os sujeitos em relação ao trabalho e ao corpo. O alvo era o “corpo-homem”, o homem individualizado por meio de seu trabalho e de seu corpo e os dispositivos de vigilância passaram a ser a escola, a família, a medicina, a religião, dentre outros citados pelo autor. O poder disciplinar passou a utilizar-se das práticas que estavam mais próximas dos sujeitos²⁶.

Nas palavras de Foucault (2000a, p. 42)

o poder disciplinar incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem [...] é um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho [...] poder que se exerce continuamente por vigilância e [...] pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano.

Todavia, essa nova mecânica de poder não eliminou completamente as leis que regiam o poder do soberano. Ao contrário, nas sociedades modernas²⁷ houve um equilíbrio entre lei e

²⁶ Essa discussão será articulada ainda neste trabalho ao tratarmos da auto-ajuda enquanto técnica utilizada a fim de auxiliar os sujeitos em suas condutas, seja pessoal, seja profissional.

²⁷ Quando Foucault fala em sociedade moderna está se referindo à sociedade do século XIX. Para mostrar que há transformações que ocorrem nos discursos o autor diz que nos séculos XVII e XVIII havia “um [...] discurso que

disciplina, melhor dizer que houve uma harmonização diferente, a fim de criar um novo modo de utilizar as leis do direito e fazer com que os mecanismos do poder disciplinar pudessem ser mais eficazes e abrangentes. É por isso que “o poder se exerce, nas sociedades modernas, [...] a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina” (FOUCAULT, 2000a, p. 45).

E a questão que se coloca é: como lei e disciplina funcionam, se não se coincidem, no exercício do poder disciplinar? Esse poder, com suas “tramas”, tranças, artimanhas, trapaças, astúcias, engenhos, ignora as leis jurídicas, mas cria um discurso de normas em benefício próprio: as disciplinas criam seus discursos por meio de “aparelhos de saber, de saberes e de campos múltiplos do conhecimento [...] eis que o discurso da disciplina é alheio ao da lei [...] enquanto vontade soberana” (FOUCAULT, 2000a, p. 45). Por exemplo, era imperioso para a classe burguesa excluir aqueles grupos considerados fora dos padrões por ela exigidos (requisitados) – as “anormalidades”, “os anormais” – sem que isso pudesse comprometê-la diretamente e que, em contrapartida, resultasse em algum tipo de benefício político-econômico. A expressão mais exata e coerente para isso é dizer que para o pleno sossego e para o bem-estar da burguesia seria melhor separar as anormalidades (anomalias) que estavam ao alcance de seus olhos, mas afastá-las pensando sempre em tirar algum proveito em benefício da própria burguesia. Por exemplo, a preocupação da burguesia com a loucura, a delinqüência, a sexualidade não era realmente tentar resolver essas questões com o intuito de inserir os indivíduos portadores dessas manifestações na sociedade. Ao contrário, a intenção da burguesia era usar os mecanismos de poder e as técnicas de exclusão engendradas no sistema e com os quais lhe fossem permitidos fazer uso deles com fins políticos. Em outras palavras, a burguesia não estava interessada nos mecanismos de exclusão, mas necessitava desses exercícios e deles se utilizava porque lhe eram úteis para o exercício de seu poder, seguindo ainda o pensamento de Michel Foucault. Qual a utilidade da delinqüência, por exemplo, senão a de assegurar e a de manter o controle de uma determinada instituição ou, se se quiser, quanto mais delinqüentes, mais crimes, mais medo; por conseguinte, mais aceitável, portanto, o controle exercido pela polícia. “O que [...] torna a presença e o controle policiais toleráveis pela população senão o medo do delinqüente” (FOUCAULT, 2003a, p. 168). E essa questão (os mecanismos de controle úteis ao exercício do poder) o autor a coloca para pensar também a sexualidade e a loucura.

era a um só tempo descritivo e classificador”; [...] no século XIX “vários tipos de discursos estavam se formando e se constituindo, e, dentre esses tipos [...] o das ciências humanas” (FOUCAULT, 2003a, p. 48).

Valendo-nos dessas reflexões, e ao mesmo tempo aproveitando para parafrasear, podemos perguntar: o que faz com que a auto-ajuda funcione na contemporaneidade senão os discursos construídos sobre os “males” modernos que acometem a humanidade.

É possível dizer que se tem com a soberania um poder que “oculta”, “exclui”, “interdita”, proíbe o sujeito de se constituir e de se manifestar; com a disciplina um poder que não reprime a subjetividade, mas que produz subjetividades: modelando sujeitos, definindo papéis, controlando e normatizando (normalizando) condutas. No primeiro caso tem-se uma leitura “jurídica” e “negativa” do poder e no segundo uma operacionalização “técnica” e “estratégica” do poder (CHARTIER, 2002, p. 190).

Se na disciplina, continuando o raciocínio de Foucault, os mecanismos de controle e de vigilância visavam ao “corpo-homem” – a disciplinarização do corpo individualizado –, no biopoder as técnicas de controle atuavam diretamente no modo de viver do sujeito enquanto ser “natural da história”, “ser biológico” (“o simples fato de estar vivo na história já implica estar dentro de um código de conduta”). O alvo era o “homem-espécie” e as tecnologias do corpo passaram a atuar almejando um equilíbrio não mais individual e sim global. Os dispositivos de poder foram direcionados para a preservação e para o prolongamento da vida (interferindo nas questões da velhice, da natalidade, da saúde). O biopoder visava à sobrevivência do homem de diferentes maneiras, seja por meio da proteção através da higiene pública, seja da preservação do meio ambiente, seja da preocupação com a saúde do corpo. Todavia, os mecanismos de controle encontrados no biopoder não fazem o poder disciplinar desaparecer, o que ocorre é apenas uma mudança no enfoque que se dá para alcançar os objetivos propostos e esse ponto de vista está diretamente ligado a cada época histórica. Se antes (no poder disciplinar), a medicina estava voltada para a vigilância da sexualidade, por exemplo, agora (no biopoder) passa a atuar na fertilidade e nas formas de procriação de uma população. O sujeito não é mais vigiado apenas pela consciência, mas pela disciplinarização do corpo a fim de atender a determinadas exigências que uma dada sociedade define (determina) como legítimas – a disciplinarização aqui chega ao maior grau de exigência dos padrões criados no seio de uma comunidade porque não são apenas práticas que normatizam condutas, mas também que as regulam. Foucault entende que existe interrelação entre esses dois mecanismos de poder (disciplina e regulamento) no que se refere, por exemplo, à sexualidade; entende que essa questão da sexualidade não se encontra nem na singularização nem na extensividade dos corpos na população; ao contrário, a sexualidade encontra-se na alternância, no “entremeio”, do corpo (singular) e da população (global).

As relações de poder para Michel Foucault não estão restritas ou circunscritas às instituições, seja de que tipo for, mas estão enraizadas em todo o corpo da sociedade (“rede social”) por meio de práticas efetivas e por isso só poderá funcionar por meio das ações de um sujeito sobre as ações de outros sujeitos. O poder encontra-se, assim, em todas as relações entre sujeitos e, enquanto tal, só pode existir por meio de atuações do “ato, mesmo que [...] se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes” (FOUCAULT, 1995, p. 242). Enquanto práticas, as relações de poder não agem diretamente sobre os sujeitos, mas sobre suas ações, disciplinando e regulando determinadas condutas²⁸.

Para compreender um pouco mais o alcance da concepção de poder no pensamento foucaultiano, as palavras de Machado (1999, p. 213-214) fazem-se esclarecedoras e proveitosas:

o poder, enquanto exercício, é exercido por todos [e não há] ninguém que somente estivesse no campo de dominação ou de submissão [...] Não existe um vilão e não existe um herói. Nossas ações são ora de vilania e ora de heroísmo. Tanto o poder quanto a resistência são exercícios anônimos [e por isso mesmo] não pertencem a ninguém. Há um complexo jogo de forças que forma uma rede que não possui nem começo e nem fim [e é por isso que] cada época histórica é marcada pela emergência de determinadas configurações dessa rede [...] A economia, a cultura, a sociedade, a natureza, a tecnologia ou os valores assumem contornos específicos [produzindo] uma forma-homem, uma forma-política, uma forma-conhecimento.

É importante mencionar, mesmo que rapidamente, como estão algumas relações de poder na sociedade contemporânea, pensadas do ponto de vista empresarial, a partir do final do século XX (meados da década de noventa, por exemplo) até os dias atuais. Certamente não seremos ingênuos em acreditar que o poder político-econômico não continua obedecendo e não esteja ainda a serviço do capital, ou que não esteja servindo ao que hoje é comumente chamado de capitalismo contemporâneo ou globalizado, ou que os interesses desta sociedade sejam tão diferentes dos da burguesia dos séculos XVIII e XIX analisados por Foucault. Pensemos, por exemplo, nos programas implantados, e cada vez mais sofisticados e eficazes, pelas grandes empresas, principalmente as multinacionais, com o objetivo de cuidar da saúde de seus funcionários (chamados ‘operários’, num dado momento histórico, ‘funcionários’ em

²⁸ É o bastante lembrar, citando apenas um exemplo, em pleno século XXI, do papel da mulher nas comunidades islâmicas: o seu apagamento, quase um desaparecimento, advém não apenas de questões religiosas, mas também políticas. Estamos trazendo a questão política, juntamente com a religiosa, porque ambas encontram-se engendradas na organização do Estado Islâmico.

outro e atualmente ‘colaboradores’, em razão da suposta participação nos lucros da empresa, plano conhecido pela sigla de **PL**). Essa nova nomeação, dentre tantas outras criadas em vários outros campos²⁹, decorre da mudança que se tem na maneira de conceber o homem desde a fenomenologia, passando por Marx e pelo positivismo³⁰, e reside no modo pelo qual as subjetividades são produzidas.

As academias de ginástica, massagens de relaxamento, dentre outros programas instalados pelas empresas em prol do bem-estar de seu quadro de pessoal, foram criadas com o objetivo de proteger a saúde e preservar a qualidade de vida dos funcionários. Fazemos um grande esforço (mas duvidamos muito!) para acreditar que esses sejam, primariamente, os objetivos com a implantação dos programas, conhecidos hoje por “ginástica laboral”. Na verdade, preferimos dizer, com Certeau (2004, p. 280), que esses programas são “simulacros de credibilidade criados pelas empresas”, e, em sua maioria, justificados por uma cláusula contratual, que reza: caberá ao empregador tomar medidas para prevenir lesões ligadas ao esgotamento profissional (doenças mentais, esgotamento físico, etc.), por outro lado, caberá ao empregado avisar ao empregador, de imediato, quando do surgimento de sintomas ligados a qualquer tipo de lesão. Vejamos alguns benefícios político-econômico-ideológicos que tais práticas trazem para as empresas: adequação às exigências dos programas de qualidade total, isso garante propaganda (o tão famoso e conhecido *marketing* empresarial) e divulgação da boa reputação da empresa no mercado, o que acarreta mais investimento financeiro, portanto, mais lucros; a produtividade dos funcionários fica assegurada por meio da satisfação (e docilidade, é bom lembrar!) de cada um deles; doenças como LER, em alguns tipos de atividades, problemas na coluna cervical, em outros e, em grande escala, o que é hoje considerado o grande “mal do século, o estresse e a depressão”³¹, são colocados sob o rótulo de prevenção. Paralelamente a isso, processos judiciais são evitados, quando do término de vida útil (utilidade) do funcionário, ou, quando surgem processos, esses programas servem como argumentos jurídicos em favor da empresa. Além disso, os grandes (e necessários) embates com as organizações sindicais ficam minimizados, pois sucumbidos pelas boas

²⁹ Para ficar só no campo das prisões (respeitando uma das preocupações nas reflexões de Foucault), temos presenciado uma mudança significativa no uso do termo “presidiário”, atualmente substituído pelo termo “reeducando”.

³⁰ A fenomenologia concebia o homem em sua vivência corporal; no marxismo o homem era visto pela sua produtividade (produtor); no positivismo, para as ciências empíricas, o homem era concebido como cognoscível. Essas questões serão sempre retomadas neste trabalho, uma vez que participam do processo de construção identitária na *TMC*.

³¹ Esses dois grandes “males” serão tratados na *Teoria da Inteligência* como dois sintomas da “síndrome existencial do homem contemporâneo”, como teremos a oportunidade de discutir, mais adiante, nesta pesquisa.

relações entre o sindicato e a empresa: no momento de negociações trabalhistas, por exemplo, as discussões pautam-se muito mais nos benefícios criados pela empresa do que nos direitos do trabalhador. Na verdade, o que percebemos são trocas produtivas que sofisticaram suas estratégias de sujeição adequando-as ao tipo de sociedade que se tem atualmente. Ainda no campo empresarial, poderíamos problematizar também o papel do departamento de recursos humanos (conhecido como RH), geralmente administrado ou por psicólogos ou por assistentes sociais, dentro das empresas. As características que definem o perfil do funcionário ideal para contratação (ou demissão) definem também inclusão ou exclusão dos sujeitos, fortalecendo e assegurando, cada vez mais, credibilidade às instituições que oferecem cursos de aperfeiçoamento profissional, como o SENAI e o SENAC, para citar apenas essas. Isso sem levar em consideração que o acesso a esses cursos é bastante limitado, senão dificultado, o que acarreta uma exclusão a mais.

Junto a esses programas, são ministrados, periodicamente, cursos de atualização que, em sua maioria, recorrem aos livros de auto-ajuda ou recomendam sua leitura, ou, ainda, e isso é muito recorrente na atualidade, a empresa contrata os próprios autores de auto-ajuda e os leva, *in loco*, para palestras e treinamentos para seus funcionários. O discurso da “gestão empresarial”, por exemplo, tem grande aceitabilidade quando afirma que é possível obter sucesso profissional³². Para isso, o funcionário de sucesso deverá atender a determinados quesitos ligados ao perfil empresarial idealizado/exigido, segundo alguns manuais de auto-ajuda³³: fidelidade (conhecer a empresa e adaptar-se às suas normas); inteligência, competência, ousadia e dinamismo (ter agilidade de raciocínio e segurança na tomada de importantes decisões); agressividade e liderança (sobressair-se sobre os demais colegas de trabalho); criatividade e flexibilidade (ser adaptável às mudanças), dentre tantas outras habilidades que um funcionário-modelo deve ter. Em reconhecimento a esse perfil, as empresas organizam grandes festas, normalmente eventos de confraternização em final de ano, para homenagear e para premiar os melhores funcionários do ano.

³² Essa afirmação, “é possível obter sucesso na vida profissional”, dita diretamente (“ao vivo”) pelo próprio autor do livro, tem maiores efeitos sobre o público, conforme nos confidenciou um organizador de cursos empresariais, que preferiu não se identificar, mas nos autorizou essa reprodução.

³³ Para exemplificação, encontramos algumas obras que atendem às temáticas mencionadas: (1) CITRIN, James; NEEF, Tomas. *Virei chefe. E agora? Como obter sucesso logo nos primeiro 100 dias*. São Paulo: Campus BB, 2005; (2) HUNTER, James C. *O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança e Como se tornar um líder servidor*. São Paulo: GMT, 2004, 2006, respectivamente; (3) SEVITT, Steve; DUBNER, Stephen J. *Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. São Paulo: Campus BB, 2005; (4) WOODIR, Thomaz. *Gestão empresarial: o fator humano*. São Paulo: Atlas, 2002; (5) SPENCER, Johnson. *Quem mexeu no meu queijo?* São Paulo: Record, 2002 – esta versão é destinada ao público adulto. Há ainda duas outras versões, pela mesma editora e com o mesmo título, destinadas ao público jovem e ao infantil.

Os livros de auto-ajuda empresarial tornam-se um instrumento profícuo na contemporaneidade quando tratam da singularidade dos sujeitos, ensinando-lhes técnicas para obter auto-investimento, autocontrole, autovalorização, autoconhecimento e auto-realização profissional e pessoal. A identidade do funcionário ideal está vinculada a sua utilidade e ao seu desempenho produtivo. Tem-se, pois, um discurso centrado exclusivamente na (ir)responsabilidade e no (de)mérito do sujeito e as imagens fantasmagóricas que atravessam esse discurso são o desemprego, o medo, a insegurança a rondar-lhe constantemente, posto que o sucesso na empresa dependa do investimento ou não do próprio sujeito nele mesmo. O discurso meritocrático encontra aqui um campo apropriado e bastante produtivo para se instalar.

Por essas incursões, podem-se depreender alguns efeitos que determinados discursos provocam dentro de uma instituição empresarial inserida na sociedade globalizada: a habilidade de manipulação das empresas, tecida a partir de uma tática silenciosa, tem sua eficácia porque ligada aos modos de produzir (subjeter/objetivar) sujeitos. Essas táticas que “capturam” sujeitos, foucaultianamente falando, estão entranhadas em todo o corpo da sociedade. Assim é que, em todas as épocas, de diferentes maneiras, o capital está sempre fabricando (“inventando”) subjetividades que sejam úteis a sua governabilidade. Na sociedade industrial, por exemplo, não só mercadorias são produzidas e vendidas, mas também subjetividades. Existe, nas estratégias, um poder que age silenciosamente, governando, direta ou indiretamente, os sujeitos (FOUCAUT, 2002b).

“Governar”, para Foucault, significa “estruturar” um eventual campo de ação dos outros, e por isso entende que o conceito de governabilidade (“governamentalidade”) está ligado à ação sobre a ação dos outros. Esse exercício, porém, só é possível onde há liberdade. A liberdade é, pois, pré-condição do exercício do poder e este só se efetiva quando os sujeitos têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas e diferentes condutas podem acontecer – só há governabilidade onde existe a possibilidade de ação, e onde há atuações de sujeitos significa que há um lugar onde o poder encontra resistências. Segundo Dosse (2001), Foucault irá retomar o conceito de governabilidade quando muda o enfoque sobre o biopoder e isso acontecerá no curso ministrado no *Collège de France* no momento em que suas preocupações recaem sobre a problemática do próprio sujeito individualizado. O conceito de governabilidade passa pela problematização do governar os outros para a problematização do autogovernar-se – “o que há de novo” [nessa mudança] é o objeto dessa problematização, o sujeito, em sua relação com a ética” (DOSSE, 2001, p. 230-231).

Em síntese, a “governamentalidade” para Foucault implica três coisas: a primeira está ligada a todos os dispositivos que, com suas estratégias, táticas, reflexões, análises, formam uma complexa rede de poder cujo alvo é a população; a segunda diz respeito ao poder concebido como “governo” – o governo da soberania, da disciplina, etc.; e a terceira está ligada aos saberes constituídos em que as tecnologias políticas se apoiaram. Mas a “governamentalidade” moderna vai conceber a questão da população na perspectiva de uma biopolítica. Ou seja, a gestão não recai somente em cima da população, mas sobre um controle sobre os indivíduos em relação a eles mesmos e em relação aos outros – “o encontro entre as técnicas de dominação sobre os outros e as técnicas de si” (REVEL, 2005, p. 54-55).

Nas palavras do próprio Foucault (1997a, p. 111):

seria possível [...] retomar num outro aspecto a questão da ‘governamentalidade’: o governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro (como é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição dos modelos de vida, etc.).

É este o funcionamento da auto-ajuda na contemporaneidade: um constante exercício de poder que, atravessado por saberes, visa à construção de subjetividades e de identidades, conforme verificaremos no capítulo seguinte.

2. PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

O homem autolimita-se ao impor divisas ao discurso sem limites. Mutila-se limitando. Isso se dá na idolatria da cultura em falsa defesa da autenticidade, decretadas definitivas as respostas dadas. (Donaldo Schüler)

2.1. Subjetividade e Identidade

O poder disciplinar utiliza as mais diferentes e variadas técnicas para individualizar o(s) sujeito(s). A partir dessa afirmação, encontrada no pensamento foucaultiano, e pensando nos modos pelos quais determinados saberes prescrevem condutas a fim de tornar possível ao sujeito dominar a si mesmo, este capítulo intenta observar, na organização da *Teoria Multifocal do Conhecimento (TMC)*, os mecanismos lingüísticos/discursivos e as posições-sujeito ocupadas que fazem emergir tipos identitários idealizados nesse discurso. Por conseguinte, observar como a verdade “do que se é”, “do que se pode ser” e “do como fazer” é tecida nessa prática apresentada como científica e que dela se vale para conduzir determinados tipos de conduta, criando, com isso, efeitos identitários específicos.

Nesse sentido, nosso olhar estará direcionado para o modo pelo qual a construção da identidade do(s) sujeito(s) operacionaliza-se no discurso da *TMC* quando cria saberes que constroem, direcionam e interferem nas subjetividades: pensar sobre o que representa e o que propõe essa “suposta/pretenso” ciência que almeja ensinar ao sujeito o caminho para encontrar sua origem identitária. Para tanto, estamos concebendo esse discurso como uma prática contemporânea calcada na concepção de identidade imutável, posto que dada *a priori*, e cuja verdade advém tanto de uma determinada instituição (aparelho de vigilância que detém

poder, segundo Foucault), quanto do *ethos*³⁴ de um enunciador que postula ter em mãos a chave para o único e verdadeiro conhecimento do homem. Uma prática que afirma que uma vez alcançada a verdade sobre si mesmo será possível a todo e qualquer sujeito obter êxito em vários empreendimentos da vida humana: no campo pessoal e profissional (relação do sujeito com ele mesmo e com os outros); no campo do conhecimento (saber sobre si e sobre os outros). Em suma, a partir do conhecimento de si mesmo, é possível tornar-se um outro, ou, voltar a ser o que sempre se foi. Esse ideal aparece na *Inteligência Multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores* (Cury, 1998) já no início do Prefácio: “este livro objetiva conduzir o leitor a caminhar para dentro de si mesmo e expandir o mundo das idéias sobre a mente humana, a construção de pensamentos e a formação de pensadores” (CURY, 1998, p. 13). E, uma vez mais, ainda no Prefácio:

- (1) ofereço esta obra a todos aqueles que desejam ser caminhantes na trajetória do seu próprio ser, àqueles que, mais do que usar o pensamento, desejam investigar a construção do pensamento e se tornar pensadores humanistas. Espero que este livro provoque uma pausa na vida dos leitores, que os estimule a se interiorizarem. Desejo que ele contribua não apenas para expandir o mundo das idéias na psicologia e na filosofia e se tornar fonte de pesquisa nas ciências, mas também possa funcionar como estimulador da formação de pensadores humanistas, de engenheiros de idéias, de poetas existenciais, de pessoas que consideram a procura da maturidade da inteligência e a conquista da sabedoria existenciais tesouros intelectuais de inestimável valor (p. 13-14).

Consideremos alguns enunciados, parte deles retirada do recorte maior (1):

- (2) ofereço esta obra **a todos aqueles** que desejam ser caminhantes na trajetória do seu próprio ser (p. 13, grifos nossos);
- (3) espero que este livro provoque uma pausa **na vida dos leitores** (p. 14, grifos nossos);

³⁴ Na *Retórica* de Aristóteles o *ethos* se contrapunha a *phatos*: o primeiro estaria voltado para o orador e o segundo para o auditório. O *ethos* consistia na imagem que o orador transmitia de si mesmo através das entonações, gestos e no modo de se portar frente ao auditório. O orador, nesse caso, não precisava dizer claramente que era, por exemplo, um homem honesto, mas mostrar isso por meio de determinados gestos, entonações de voz, comportamentos que caracterizariam esse tipo de homem. Essa imagem do *ethos* é utilizada por Maingueneau para marcar que todo discurso, oral ou escrito, utiliza-se de um *ethos*. Assim, “um *ethos* implica uma certa representação do corpo de seu *responsável*, do enunciador que se responsabiliza por ele [...] [e por isso] atribuímos a ele um *caráter*, um conjunto de traços psicológicos (jovial, severo, simpático...) e uma *corporalidade* (um conjunto de traços físicos e indumentários)” (MAINGUENEAU, 1998, p. 60). [os destaques são do autor].

- (4) desejo que [o livro] contribua para aquelas **pessoas que consideram a procura da maturidade da inteligência e a conquista da sabedoria existencial tesouros intelectuais de inestimável valor** (p. 15-16, grifos nossos);
- (5) apesar de ter escrito este livro principalmente para pesquisadores, profissionais e estudantes da Psicologia, da Psiquiatria, da Filosofia, da Educação e das demais áreas cuja ferramenta fundamental seja o trabalho intelectual, **eu gostaria** que ele também atingisse o **leitor que não se considera um intelectual** nessas áreas.(p. 23, grifos nossos);
- (6) encorajo os leitores a se interiorizar e não ficar (sic) receosos com as dúvidas e inseguranças geradas pela busca do caos intelectual. A arte da dúvida e da crítica são os princípios básicos da sabedoria existencial (p. 66);
- (7) se o leitor se interiorizar e observar sua construção de pensamentos terá consciência do fluxo vital da energia psíquica (p. 146);
- (8) se o homem não aprende a gerenciar seus pensamentos e emoções, ele se torna marionete dos estímulos estressantes, vítima do meio em que vive e dos focos de tensão que ele mesmo cria no palco de sua mente, através de sua rigidez, sentimento de culpa, perfeccionismo, antecipação de situações futuras (p. 108).

Explicitamente, a recorrência à primeira pessoa do singular (recortes 2 a 6) apela, de imediato, para uma dada subjetividade: o sujeito diz “eu”. Essa preferência pela primeira pessoa do singular será reiterada em todo o discurso da *TMC*, fazendo dela uma marca enunciativa que irá singularizar sempre a posição do sujeito discursivo, ou sujeito enunciador. Com essa presença enunciativa, instauram-se efeitos de comprometimento naquilo que será falado, o que possibilita credibilidade a esse dizer. O uso dos verbos *oferecer* (2), *esperar* (3) e *desejar* (4), nessa ordem seqüencial, por exemplo, coloca em cena três características desse enunciador: imbuído de boas intenções (quem oferece algo o faz com bons propósitos, doando, presenteando, esperando que a oferta possa ser útil); cheio de esperança (quem espera fica na expectativa de um retorno, mantendo confiança na volta); com atitude sincera e pretensão (objetivos) definida (aquele que deseja expressa sempre as melhores dádivas). Temos, assim, características que se propõem a participar da composição do perfil identitário desse sujeito.

Perseguindo ainda a materialidade desses verbos, notamos que a transitividade que os acompanha clama pela presença de um outro no discurso, almejando, desse modo, um determinado público. Esse sujeito focalizado tem um perfil identitário definido, qual seja, aquele que realmente queira conhecer a si mesmo. E essa singularidade fica mais evidente no

recorte (1), em: o sujeito deve ser um *pensador humanista*, ou seja, aquele que se preocupa e trabalha em prol do ser humano. No enunciado (5), o discurso imprime seu distintivo (diz o que veio fazer): contribuir para o campo da *psicologia*, da *filosofia* e das *ciências*. Com isso, é reafirmado o perfil identitário do sujeito almejado: aquele que é, ou queira ser, formador de opiniões (psicólogos, filósofos e cientistas). A seqüência *apesar de*, ainda em (5), mostra-se como um mecanismo discursivo que reclama a presença de um público intelectualizado e, ao mesmo tempo, tenta resgatar o público fora dessa condição (os leigos). Os efeitos produzidos são os de supremacia desse discurso pelo saber que ele traz e pelo saber que exige do público visado. Todavia, concomitante à produção desses efeitos, o jogo estabelecido entre intelectual/ignorante atualiza também o discurso de exclusão.

Os enunciados materializados funcionam, ainda, no sentido de evocar a vontade no sujeito que se acha “descrente”, oferecendo-lhe, para isso, a “salvação”. Implica, nesse mecanismo de vontade e de salvação, uma reação e uma ação imediata: há que se ter o desejo de mudar e de acreditar na possibilidade dessa mudança, porém, e para isso, é necessário agir. Esses efeitos ficam também visíveis em (6) e em (7). Retomando o recorte (6), a atualização do lexema *encorajar* apela, uma vez mais, para a conscientização do sujeito a que se quer atingir, como também identifica o perfil do sujeito enunciador como reflexivo e auto-crítico. Os efeitos produzidos por essa estratégia visam a estimular e a animar (dar ânimo, encorajar) o público alvo, o que faz com que o discurso funcione como um “porto seguro”, uma “âncora”, uma “tábua de salvação”. No recorte (8), a seqüência *se...então* funciona como um aviso de precaução, um alerta para o público alvo. Esses efeitos aparecem em vários momentos no discurso. A título de exemplificação, trazemos dois outros enunciados:

- (9) se não estudarmos com detalhes a construção dos pensamentos e não questionarmos continuamente nossa produção de conhecimento, fatalmente caminharemos nas trajetórias do psicologismo e não progrediremos [como] seres humanos (p. 104);
- (10) se não compreendermos que um dos papéis da memória é abrir ou fechar seu território de leitura [...] teremos grandes chances de sermos estéreis na arte de pensar (p. 322);

O direcionamento de condutas, observando os efeitos construídos nos enunciados (8, 9 e 10), acompanhado de sinais de advertência, visa a uma punição futura. Desse modo, o discurso da disciplina parece funcionar, aqui, da seguinte maneira: se em todo direcionamento de condutas subjaz sempre uma determinada regra, e essa regra é determinada por quem

ocupa um lugar de poder, o não cumprimento às regras estabelecidas acarretará um tipo de sanção. Nesse caso, a punição virá dos lugares onde o poder está. O discurso produz, assim, efeitos intimidativos – o homem que não gerencia seus pensamentos e suas emoções e não tem conhecimento da importância da memória, será um alienado de si mesmo, um doente, incapaz de pensar e de agir, efeitos para uma previsão futura e que são confirmados em outros enunciados, a saber:

- (11) ao que tudo indica, o homem do século XXI será menos criativo do que o homem do século XX. Há um clima no ar que denuncia que os homens do futuro serão mais cultos, mas, ao mesmo tempo, mais frágeis emocionalmente, terão mais informação, contudo serão menos íntimos da sabedoria. Será um homem com mais capacidade de respostas lógicas, mas com menos capacidade de dar respostas para a vida, com menos capacidade de superar seus desafios, de lidar com suas dores e enfrentar as contradições da existência [...] **Será um homem livre por fora, mas prisioneiro no território das emoções.** (p. 24, os destaques são nossos);
- (12) durante o século XXI, provavelmente, não ocorrerá a *revolução da qualidade de vida psicossocial*, uma revolução fundamentalmente mais importante e valiosa do que a revolução científica e tecnológica ocorrida no século XX. Se não ocorrer a revolução do humanismo, da cidadania, da democracia das idéias, da arte de pensar e, ainda, uma profunda revolução no processo educacional, o século XXI não será o século da formação de pensadores, o século da preservação dos direitos humanos, mas, ao contrário, ele será o século das doenças psíquicas, psicossomáticas e psicossociais. Será o século do paradoxo da informação, pois combinará uma alta incorporação de informações com uma baixa capacidade de pensar criticamente. Teremos homens [...] que não saberão pensar, duvidar, criticar as convenções do conhecimento, transformar o conhecimento vigente, interpretar criticamente os fenômenos, produzir idéias com originalidade, preservar os direitos humanos, repensar a si mesmo, reciclar o autoritarismo e a rigidez intelectual (p. 320, destaques do autor);

Paradoxalmente, tanto em (11) quanto em (12), dois discursos entram em confronto na arena discursiva, opondo e complementando-se: de um lado, a defesa do discurso utilitarista da modernidade, cujo ideal é usar o conhecimento para solucionar os problemas imediatos do homem; de outro, a negação desse mesmo discurso, precavendo-se dos falseamentos que a tecnologia acarreta na melhoria da vida humana, posto que tais benefícios sejam apenas externos (contingenciais). Por conseguinte, serão esses aparentes benefícios os impedimentos ao sujeito para chegar ao autoconhecimento, para ser dono de suas próprias emoções – o sujeito será, pois, *um prisioneiro no território das emoções* (11). Nessa arena de gladiadores,

entra um novo e fundamental elemento para arbitrar o jogo das “movências” de sentido: “o saber é condição para o fazer”, terceiro discurso que se funda, essencialmente, no ideal da filosofia dos socráticos. Com esse aporte, a oposição entre o “exterior” e o “interior”, produzida pelos efeitos que atravessam as maneiras de ser do sujeito em sua forma “extra” e “intra”, respectivamente, resulta numa tensão entre ser o sujeito “criativo” do século XX (o tempo presente do “eu sou agora”) e em ser o sujeito “frágil emocionalmente” do século XXI (tempo futuro do “eu serei amanhã”). Essa teia discursiva é, no mínimo, perversa, uma vez que enreda o(s) sujeito(s) sob o controle moderno do “canto das sereias”, canto que o “aprisiona” no seu próprio tempo: agir no presente para garantir um futuro de sucesso. Mas como resistir a esse canto das sereias? Escapando como divindade, como fez Orfeu, ou sendo um simples mortal, como o foi Ulisses?³⁵

Se a literatura grega registra essas duas soluções (divindade e sabedoria) para superar o naufrágio provocado pelo canto das sereias (GIANNETTI, 2004), o discurso da *teoria multifocal* atualiza as duas soluções a um só tempo, criando, na contemporaneidade, a figura do “super-cientista” carregando consigo seu próprio material emergencial de primeiros socorros, a também “super-ciência”.

Se, num primeiro momento o sujeito disse “eu”, ele diz também “você” (em 7,8) e “nós” (9,10). O apagamento do “eu” para o “você”, indeterminando tanto esse “eu” quanto esse “você” por meio do “ele” (*leitor, homem*, em 7, 8, 11, 12), reclama, com mais intensidade, a responsabilidade do sujeito-leitor. O efeito dessa indeterminação, determinada pela generalização dessas vozes, coletiviza a subjetividade que, tocada por uma ordem imperativa, faz a manutenção do discurso meritocrático, agora centrado em “todos”. Já no deslocamento da subjetividade (do “eu” para o “nós”), é dada a voz para o “outro”, mas o eu continua a “falar” e agora com mais liberdade para emitir juízos de valor, uma vez que a punição também recai sobre esse “eu”. O discurso da *parrhesia* parece também atravessar e compor esses efeitos de sentido, fazendo o discurso funcionar com aparência de veridicidade: à maneira de um “parresiasta”, o sujeito enunciador compromete-se em não só falar francamente, mas também em expor sua coragem em dizer a verdade.

Segundo Michel Foucault (Foucault, *apud* ADORNO, 2004, p. 61):

o parresiasta diz o que é verdadeiro porque ele sabe que é verdadeiro; e ele sabe o que é a verdade porque o que ele diz é realmente a verdade. O

³⁵ Sobre a tradição poética grega em torno do mito do “canto das sereias” consultamos, em especial, Giannetti (2004).

parresiasta não é sincero apenas quando enuncia sua opinião; sua opinião é também a verdade. Ele diz o que sabe ser verdadeiro. [Eis] a exata coincidência entre opinião e verdade.

E Adorno (2004, p. 61), explicando com mais clareza o pensamento foucaultiano, complementa:

a confiança que se pode ter na veracidade [das] palavras [de um parresiasta] deriva do fato de que ele mostra, por seus atos, que não se limita a crer que o que ele diz é verdadeiro, mas que, à medida que crê, ele aplica essa verdade à própria existência. Sua opinião não representa mais uma alternativa à verdade, mas pelo fato, por um lado, de ele a enunciar enquanto tal e, de outro, de ele demonstrar que em sua vida existe coincidência entre seus atos e suas palavras, ela só pode ser a verdade.

Dessa maneira, os valores identitários assumidos apresentam-se como verdadeiros e o discurso passa a funcionar a partir do ponto de vista de um enunciador-avaliador. O discurso funciona, assim, como instrumento para chamar a atenção à conscientização dos sujeitos. Os efeitos produzidos são os de disciplina.

Podemos afirmar, por essas considerações, que os efeitos de sentido, conformados em todos os enunciados recortados até aqui, caminham sempre para o direcionamento de condutas, interferindo, desse modo, nas subjetividades. Em outras palavras, ao colocar em atividade os agentes do ato desse discurso, os efeitos do saber-fazer colocam em evidência uma estratégia de exercício de poder, qual seja, a de direcionar a própria conduta e a conduta do outro – esse sujeito necessita ter sua subjetividade modelada para, a partir dela, trabalhar a produção de outras subjetividades. Os sujeitos são alvo de “captura” desse discurso por meio do saber (verdade), do desejo (querer), da crença (acreditar) e da ação, mecanismos que apontam para o poder da disciplina funcionando nesse discurso de auto-ajuda, ou, se se quiser, essas estratégias marcam o discurso enquanto prática de subjetivação. A identidade ideal constituída é, assim, ser intelectual humanista, formador de opiniões, capaz de refletir sobre si mesmo e sobre o outro com maturidade e honestidade, mas, e para isso, é preciso que os sujeitos façam um retorno para dentro de si mesmos, que sejam *caminhantes na trajetória do seu próprio ser* (2), *interiorizem-se e observem os seus próprios pensamentos* (6,7). É preciso, então, *ter maturidade e sabedoria existencial* (4), ou, como no mito de Delfos, urge que o sujeito “conheça a si mesmo”.

O funcionamento discursivo dessa prática de auto-ajuda visa, pois, à construção de identidades: modifica-se a subjetividade, molda-a, (re)modela-a, para alcançar identidades que se quer constituir em conformidade às leis próprias desse discurso. As subjetividades são ordenadas sob a ordem única do “sucesso sobre si mesmo” (mente/corpo), fabricando, para tanto, sujeitos capazes de serem os “homens-deuses” no momento contemporâneo. Eis, assim, e aqui, o discurso pragmático funcionando quando oferece modos para se alcançar identidades novas, maneiras também novas de o sujeito ver e reconhecer-se. Um contrato que visa a “governar” as subjetividades por meio de efeitos de valor de verdade, pois o possível, o alcançável, o realizável são garantidos pelo brilho revelador e inquestionável que reside no próprio conhecimento alojado no interior do sujeito, característica que é intrínseca à natureza desse sujeito e que pode fazer dele um “homem-sucesso”, um ser “super-humano”, mistura do talento divino de Orfeu com a estratégia sábia e racional de Ulisses.

2.2. A escrita autobiográfica no entrelugar científico e identitário

A construção identitária passa, no discurso da *TMC*, por dois momentos: pela construção de um tipo de conhecimento, apresentado como ciência, e pela experiência que o sujeito enunciativo faz de si. São duas construções em que a segunda é condição para a primeira e, ambas, posteriormente, serão colocadas como modelos universais. A escrita autobiográfica é, assim, condição para a escritura da *TMC*.

É na esteira dessa afirmação que iremos pensar nos efeitos identitários produzidos pela prática autobiográfica que, inicialmente, visa a estabelecer uma coerência na trajetória de vida do sujeito e, num outro momento, dar a essa vida uma finalidade, uma “teleologia, um objetivo que nunca esteve inscrito nela desde o começo”, como bem já dissera Bourdieu (2002). A história de vida, para esse autor, “é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico”, primeiro, e de modo silencioso, pelos etnólogos, e com “alarde”, em momento posterior, pelos sociólogos (p. 183).

A afirmação de que a história de vida e o relato dessa vida não se dissociam dos acontecimentos, portanto, possuem uma só e mesma dimensão, é uma “ilusão”, não uma verdade, e que o senso comum apregoa como um percurso de orientação na existência humana: “um caminho”, “uma estrada”, “uma carreira”, “uma passagem”, “um trajeto”, “uma viagem”, etc. Esse deslocamento linear tem um começo (“estréia na vida”), um meio (uma trajetória ou “etapas”) e um fim, seja este entendido enquanto meta (finalidade, propósito), seja enquanto finitude (“final da história”). Aceitar essa linearidade traz conseqüências no

campo prático e teórico: primeiro, se a vida humana está organizada numa sucessividade coerente, há então uma cronologia que é de ordem lógica; segundo, tanto na biografia quanto na autobiografia o sujeito e o objeto “têm o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada, ou, de qualquer existência” (BOURDIEU, p. 184, grifos do autor).

O relato de vida, à luz dessas reflexões, é uma produção ligada a um *habitus* e a um mercado, tanto na forma de seu conteúdo quanto no tipo de mercado a que é oferecido. Aproxima-se, por isso, das diferentes formas que uma sociedade institui para representação identitária, “do modelo oficial da apresentação oficial de si”.

Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo [e do autobiógrafo], que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido. (BOURDIEU, 2002, p. 184, o grifo é do autor)

Para entendermos como a escrita autobiográfica faz o discurso da *TMC* funcionar, ou, se se quiser, como a *TMC* coloca em funcionamento a autobiografia, passamos, resumidamente, à organização da obra que constitui o nosso material de análise.

O livro *Inteligência Multifocal* está estruturado em dezoito capítulos. No primeiro, a questão gira em torno dos problemas psicossomáticos que afligem o homem na contemporaneidade e de como é possível solucioná-los, daí o título “minha trajetória de pesquisa: princípios da formação de pensadores”. O segundo, “a metodologia e os procedimentos usados na construção da teoria da inteligência multifocal”, centra-se, basicamente, nos procedimentos teórico-metodológicos da *TMC* e em sua aplicabilidade enquanto terapia multifocal. Os tipos de pensamentos que formam a memória é o assunto do terceiro capítulo, apresentado como “a memória e os três tipos de pensamentos” e, na sequência (quarto capítulo – “os três mordomos da mente educando e formando silenciosamente o eu”), os processos que irão fazer o gerenciamento das emoções são colocados como tema central. Os capítulos quinto, sexto e sétimo destinam-se a explicar cada um dos fenômenos que sustentam o equilíbrio do “eu”. Do oitavo ao décimo oitavo capítulos, a aplicabilidade da *TMC* é retomada.

Isto posto, podemos notar que a distribuição temática dos capítulos e a tentativa de ordenação linear da narrativa de vida parecem não se dissociar, mas implicarem-se. A apresentação (“estréia”) do enunciatador na posição escritor, credenciada pela autoria de uma obra, que também está estreando, é acionada no primeiro capítulo. A trajetória do enunciatador enquanto pesquisador e as etapas de construção da *TMC* podem ser encontradas do segundo ao sétimo capítulos e, a partir daí (do oitavo capítulo até o final da obra) tem-se a parte conclusiva do trabalho. Nela encontramos os modos de se aplicar a *TMC*. Os efeitos que essa vinculação produz é o de verossimilhança, credenciada pelas posições-sujeito assumidas no discurso.

Vejamos esses fragmentos:

- (13) escrevi este livro não apenas como escritor, mas como um engenheiro das idéias (p. 21);
- (14) comentarei alguns elementos psicossociais que contribuíram para promover minha trajetória de pesquisa. Esses dados são bem sintéticos e não visam ser uma autobiografia. Meu objetivo é fornecer algumas informações [...] que me fizeram, desde minha época de estudante de medicina, me apaixonar pelo mundo das idéias (p. 23, 24);
- (15) parte do meu tempo [como médico] exerço a Psiquiatria e a Psicoterapia multifocal. Com ela muitos casos de doenças psíquicas de difícil tratamento, inclusive de pacientes autistas, têm sido resolvidos (p. 40);
- (16) este texto objetiva [...] dar um “rosto histórico”[sic] à minha produção de conhecimento (p. 26);

Podemos dizer que é com o mesmo talento do *engenheiro* (13)³⁶ que o discurso cria estratégias para assumir o dizer na posição de um “eu”, modelar subjetividades, fabricar identidades, na tentativa de estabilizar um universo que, por natureza, é heterogêneo, num movimento que apela para uma ordenação racional, para um planejamento exato, sem falhas nem ambigüidades. Olhar o mundo com os olhos de engenheiro é colocar nele uma determinada ordem por meio de um conjunto de conhecimentos. Não ser apenas um *escritor*, mas um escritor-engenheiro, cujo talento firma-se na perspicácia e na criatividade e cuja verdade está segura nas mãos daquele que fala de um lugar legitimado, o da *medicina* (14, 15). Porquanto existe verdade nesse dizer, ela é atestada também na história contada, uma vez

³⁶ Essa idéia de olhar o mundo como um engenheiro encontra-se já em Descartes, no seu *Discurso do Método* (cf. CHAUI, 1988, p. 54).

que o que é narrado é a vida de quem realmente a vivenciou, por isso um *rostro histórico* (16) de sua existência. E, se essa vida narrada é apresentada como verdadeira, o *conhecimento* (16) que ela carrega segue esse mesmo curso. Criatura e criação confundem-se com sabedoria, são portadores de verdade. Com esse aporte de efeitos de sentido produzidos, e cumprindo a promessa que se materializou no último enunciado transcrito (16), a “história de vida” segue o seu curso:

- (17) para fazer meu conhecimento, observava tudo. Todas as pessoas que me eram próximas se tornaram alvos das minhas observações e interpretações; mesmo as mínimas reações da minha mente se tornaram um material precioso para observações e interpretações; em qualquer ambiente, nos corredores da faculdade de Medicina, nas salas de aula, no leito dos pacientes, nos ambientes sociais, nas ruas e, posteriormente, nos anos em que exercia a Psicoterapia e a Psiquiatria, nos cursos que ministrava etc., eu observava contínua e prazerosamente o comportamento das pessoas. Tinha sede de conhecimento, vivia como se respirasse a investigação da personalidade, da inteligência, da mente humana (p. 26);
- (18) até um mendigo era para mim uma pessoa [...] rica intelectualmente e interessante de ser observada e analisada [...]. Uma pessoa psicótica também [...] possui um admirável funcionamento da mente (p. 35);
- (19) lembro-me de que o desejo de produzir uma teoria original [...] estava me dominando tanto, que, antes de me casar, há mais de 16 anos, chamei minha futura esposa de lado, que também era estudante de medicina, e lhe disse que se ela quisesse se casar comigo, teria que saber que grande parte do meu tempo seria dedicado à pesquisa e à escrita (p. 27);
- (20) ela [a esposa] considerou [...] aquilo estranho, pois [...] sabia que um médico deveria estudar doenças neurológicas, psiquiátricas [...], nunca tinha ouvido falar que um médico tivesse a preocupação em pesquisar os mistérios do funcionamento da mente humana. Não entendia que o meu objetivo principal não era exercer a Psiquiatria e a Psicoterapia, mas ser um “filósofo da Psicologia”, um teórico, um produtor de ciência. Ela pensava que eu estava vivendo uma “febre” científica [e por isso] passageira [...] ela se casou comigo [e] passados mais de 17 anos, desde quando iniciei minha trajetória de pesquisa científica, essa febre ainda não passou; pelo contrário, sua temperatura aumentou e envolveu toda a história da minha existência (p. 27, 28);
- (21) com o passar do tempo, minha esposa, percebendo que os procedimentos e os critérios que eu usava, ouvindo e analisando algumas idéias contidas em minha produção de conhecimento e o sucesso no tratamento de alguns casos resistentes e complexos na Psiquiatria, tornou-se minha maior incentivadora. Porém [...] o grande problema era [para ela] [saber] sobre quando iria terminar este livro, pois, devido aos procedimentos que usava no meu processo de observação, análise e produção de conhecimento, me tornava

drasticamente crítico de minhas idéias. Eu escrevia centenas de páginas, cheguei a escrever milhares, mas não conseguira publicar nenhum livro, pois continuamente criticava e reorganiza o conhecimento que produzia. Escrevia e reescrevia continuamente os pontos fundamentais da teoria. A respeito disso, lembro-me de um caso interessante. Minha filha mais velha, hoje com 13 anos de idade, cresceu sabendo que o pai estava escrevendo um livro, mas que nunca era publicado. Ela me perguntava freqüentemente quando eu ia terminá-lo e eu lhe dizia que logo o terminaria, mas esse dia nunca chegava. Um dia, pelo fato de estar analisando alguns fenômenos que atuam na leitura da memória, me atrasei mais uma vez para um compromisso social. Quando entrei em meu carro, minha filha, aborrecida, novamente me perguntou quando eu ia terminar de escrevê-lo. Minha esposa, nas raríssimas vezes que perdeu a paciência comigo por me dedicar tanto às pesquisas, disse a ela: *Minha filha, seu pai nunca vai terminá-lo, pois o dia em que o terminar, ele morrerá!* Após tantos anos, terminei-o e, felizmente, ainda não morri. Embora seja um simples mortal, não tenho tempo para morrer; pois, por me colocar como um contínuo aprendiz em minha trajetória existencial, tenho muito que contemplar, pesquisar e conhecer (p. 28);

- (22) à medida que eu procurava investigar os processos de construção que ocorriam em minha mente, comecei também, pouco a pouco, a me transportar para investigar o universo social. Observar o homem, procurar indagar sobre os fenômenos intrapsíquicos que produziam seus comportamentos me fascinavam (p. 31);

Se criatura e criação (con)fundem-se no discurso da *TMC*, observador e observado caem na mesma trama: o enunciador ora se coloca como sujeito do conhecimento (SC), ora como objeto desse conhecimento (OC). Esse duplo movimento pode ser marcado em todos os enunciados, mais explicitamente em (17), *para fazer meu conhecimento, observava tudo* (SC); *mesmo as mínimas reações da minha mente* (OC); em (21) *meu processo de observação* (SC); em (22) *eu procurava investigar os processos de construção que ocorriam em minha mente* (OC); *observar o homem, procurar indagar sobre os fenômenos [...] me fascinavam* (SC). Essa relação biunívoca produz a imagem da dupla figura do enunciador: o sujeito fixa em si como se fosse outro. E é com o olhar desse outro, sendo esse olhar do outro o seu próprio olhar, que a(s) subjetividade(s) vai sendo construída, trabalho também duplo dessa(s) subjetividade(s), apreendida, nos enunciados transcritos, com os seguintes atributos: ousadia, avidez, inovação, dedicação, persistência. Esses efeitos identitários participam da constituição do *ethos* do enunciador, singularizando-o como cientista dedicado ao trabalho, pesquisador dinâmico, perseverante, inovador, ousado, questionador, disposto e capaz de fazer sempre auto-reflexão e autocrítica. Identidade que, pelo resgate de outros sentidos já produzidos nesse discurso, se complementa: “pensador humanista”, “filósofo da existência”,

“engenheiro de idéias”. Retomando uma vez mais os enunciados presentes nos recortes (17, 18 e 20), notamos a recorrência de lexemas pertencentes ao campo da medicina: *mente, pacientes, psicótica, sede, respirar, febre e temperatura*, (re)marcando a presença do discurso médico engendrado na *TMC* e, no fragmento em (19), ao incluir o já excluído, a interdiscursividade acionada resgata discursos que, historicamente, foram construídos para fins de classificação – *mendigos e pessoas psicóticas*. Contudo, como não existem “os sentidos”, mas efeitos de sentido construídos no jogo das estratégias discursivas, em todo discurso haverá sempre deslizamentos de sentidos (sentidos que se atravessam, cruzam, incessantemente). E “se isso faz sentido”, os efeitos de falsa-modéstia podem ser comprovados no final do enunciado em (21): *embora seja um simples mortal, não tenho tempo para morrer; pois, por me colocar como contínuo aprendiz em minha trajetória existencial, tenho muito que contemplar, pesquisar e conhecer*.

Outros enunciados têm suas margens povoadas por esse atravessamento, conforme os fragmentos que se seguem:

- (23) a ousadia em querer investigar o funcionamento da mente e a descoberta da arte da pergunta, da arte da dúvida e da arte da crítica me faziam tão crítico, que, ainda nos tempos de faculdade [...] eu formulava de maneira diferente o conhecimento de Psicologia, de Psiquiatria e de Sociologia que me ensinavam. [Essa maneira de investigar] me impedia de ser um espectador passivo do conhecimento (p. 31);
- (24) durante o curso de Medicina, comecei silenciosamente minha trajetória de pesquisa [...] Nesse período eu já começava a ter algumas críticas contra a rigidez do sistema acadêmico (p. 31);
- (25) essas críticas aumentaram, ao longo dos anos, à medida que fui produzindo conhecimento sobre a construção dos pensamentos, os limites e a lógica do conhecimento, os limites das teorias, as relações entre a verdade científica e a verdade essencial, o autoritarismo das idéias (p. 31);
- (26) comentarei, sucintamente, uma experiência por que passei por me contrapor às regras do sistema acadêmico e que, apesar de ter me angustiado, me estimularam a arte de pensar (p. 31);
- (27) lembro de que, há cerca de 16 anos, após ter-me formado em Medicina, procurei ingressar em uma conceituada universidade para fazer pós-graduação. Ao me apresentar, peguei um texto que havia escrito e o acrescentei em meu *curriculum* para mostrá-lo à banca examinadora formada por ilustres professores doutores em Psiquiatria e Psicologia (p. 31, 32);
- (28) eu acreditava que eles iriam ler algo da minha produção de conhecimento e, ainda que a criticassem, esperava que, pelo menos,

valorizassem minha capacidade de pensar. Pensava até que [...] fariam algumas perguntas sobre o conhecimento que havia produzido, apesar de estar consciente de que, na época, ele carecia de profundidade. Porém, mesmo assim, acreditava que eles valorizariam e incentivariam o ímpeto de pesquisar fenômenos tão complexos, por isso estava animado com a possibilidade de discutir algumas das minhas idéias. Porém, para minha frustração, os membros da banca pegaram aqueles textos e, com uma postura intelectual autoritária, me perguntaram o que significava aquilo. Respondi em poucas palavras que se referia a uma pesquisa que eu estava realizando (p. 32);

- (29) perguntaram-me quem era o orientador e qual era a teoria e a bibliografia usada. Respondi, educadamente, que era uma pesquisa original; por isso não tinha nem orientador nem bibliografia. Senti, pelos semblantes dos examinadores, que os incomodei muito, que minhas palavras soaram como um insulto à inteligência deles. Por isso se negaram a analisar minha produção de conhecimento. Eles estavam tão enclausurados dentro dos muros da sua universidade, que parecia uma heresia alguém produzir uma pesquisa totalmente nova sobre o funcionamento da mente (p. 32);
- (30) eles usavam a ciência, mas desconheciam a história e a lógica das ciências. Pareciam ser os senhores da verdade, embora provavelmente não conhecessem a Filosofia da verdade [...]. Exercendo o autoritarismo das idéias, pegaram meu texto e, com a maior indiferença, me devolveram sem sequer manuseá-lo. Seria mais digno e democrático se eles o lessem e, após criticá-lo, me dissessem que eu um sonhador [...]. A dor da crítica acusa a existência de alguém e abre caminhos para amadurecê-lo, enquanto a dor da discriminação anula sua existência. As universidades estão pouco preparadas para financiar pesquisas abertas que objetivem a produção de teorias amplas, por isso grande parte delas foram produzidas fora dos seus muros. Tal é o exemplo da teoria psicanalítica de Freud e da relatividade de Einstein (p. 32);
- (31) após devolverem meu texto, aqueles ilustres professores me pediram que eu retornasse à minha faculdade [...] e procurasse meus professores [...] para que produzisse pesquisa sob a orientação deles. Eles não imaginavam que, embora respeitasse a cultura e a inteligência de meus professores, estava-me tornando íntimo da arte da dúvida e da crítica e, por isso, diversas vezes escrevia o conteúdo das aulas de maneira diferente de como eles me ensinavam (p. 32, 33);
- (32) não imaginavam que eu não conseguia conter meu ímpeto independente de pesquisar. Catalogava cada comportamento das pessoas ao meu redor e cada pensamento que transitava pela minha mente e gastava tempo analisando-os. Meus bolsos viviam cheios de anotações sobre minhas observações e interpretações e eu já havia perdido algumas noites de sono pelas inúmeras dúvidas que tinha sobre os fenômenos que atuam na complexa construção das cadeias de pensamentos (p. 33);

Associados a essa imagem (falsa-modéstia), não só sentidos já produzidos são (re)atualizados e (re)afirmados como também outros novos, por exemplo, competência, individualidade, autonomia, autoconhecimento, autodidatismo, auto-suficiência. Todos esses efeitos resultam de um efeito maior, qual seja, a genialidade do enunciador. Tramados assim, esses efeitos concorrem para a construção de um discurso vaidoso, faustoso, pretensioso e, por vezes, insolente, uma vez que está centrado no egolatrismo do enunciador. E, se observarmos, uma vez mais, os recortes acionados, notamos, em todos eles, que a negação do conhecimento produzido institucionalmente (questionar o “saber já sabido”) recupera a imagem até aqui construída. Outros efeitos decorrentes da genialidade do enunciador podem ainda ser marcados quando da comparação com *Freud e Einstein* (30), nomes historicamente reconhecidos no seio das ciências. E esse credenciamento por via do saber é reafirmado, por exemplo, na inversão dos lugares assumidos academicamente – avaliado/avaliador para avaliador/avaliado: *banca examinadora formada por ilustres professores doutores em Psiquiatria e Psicologia* (27). A repetição da expressão *ilustres professores*, em (31), na seqüência posicional *adjetivo* antecedendo e determinando o *substantivo*, produz efeitos de ironia, corroborando para marcar a preeminência do enunciador. Esses atravessamentos enredados no discurso da *TMC* participam das estratégias discursivas em direção à constituição de um ethos identitário, marcando sua diferença em relação ao modo de se fazer pesquisa e de se fazer ciência, efeitos decorrentes ainda dessa mesma genialidade do enunciador.

A negação, ainda como efeito de construção identitária, pode ser vista em outros recortes:

- (33) um dos maiores erros da educação clássica, que bloqueia a formação de pensadores, foi e tem sido o de transmitir o conhecimento pronto, acabado (p. 24);
- (34) o sistema educacional que se arrasta por séculos [...] possui teorias que não compreendem muito nem o pensamento multifocal da mente humana nem o processo de construção de pensamentos (p. 24);
- (35) a sede de conhecimento e o desejo de “respirar” a pesquisa científica não foram estimulados pelos meus professores de Psicologia, Psiquiatria, Sociologia na faculdade de Medicina, nem por qualquer pessoa com quem convivi (p. 29);
- (36) o embrião dessa sede surgiu, talvez por viver num país com imensas desigualdades sociais, mas que, ao mesmo tempo, possui um rico caldeirão de raças, de cultura e de afetividade e por ser filho de imigrantes de origem multirracial, árabe, espanhol e ítalo-judia. Há

dúvida quanto à minha origem ítalo-judia, pois há a possibilidade de que meus antepassados tenham sido judeus que fugiram para a Itália e da Itália migraram para o Brasil (p. 29);

Nos enunciados em (33, 34), o discurso constrói determinados valores, assumindo um modelo ideal de educação e, em (34), é feita, direta e explicitamente, menção à teoria *multifocal*, estratégia cujos efeitos visam a legitimar o discurso da *TMC* em relação a outros discursos já constituídos; em (36), a subjetividade encontra, na origem, efeitos para constituição identitária. A atualidade desse enunciado insere-se em outros campos da memória, atualizando outros discursos: o primeiro é aquele que diz ser o povo brasileiro o melhor do mundo, o mais democrático e hospitaleiro; o segundo remete ao discurso que diz que ser árabe é estar sempre disposto a lutar, seja por meio de guerras santas, seja por guerras civis, para manter sua hegemonia identitária – brigar por aquilo que lhe pertence por direito –, povo que, historicamente, vive em meio a conflitos seculares, mas que resistem, desmoronando e sempre (re)erguendo-se; o terceiro atualiza o discurso do conquistador, do vencedor: ser espanhol é ser um desbravador destemido, um dominador ousado, por isso o espanhol sempre obtivera sucesso em sua empreitada de conquistador de mundos desconhecidos; e, por último, o discurso que confere o estatuto da persistência de um povo que, ao longo da história, fora massacrado, o judeu. Os efeitos produzidos concorrem para (re)afirmar a imagem de “democracia”, “humanismo”, “ousadia”, “perseverança”, “sucesso”. A memória discursiva também atualiza um contra discurso, por exemplo, em (36), há dois movimentos da subjetividade na constituição identitária, um de negação e outro de afirmação: *há dúvida quanto a minha origem ítalo-judia* (negação) e, imediatamente, *há a possibilidade de que meus antepassados tenham sido judeus* (afirmação). No primeiro enunciado o movimento insere-se no discurso da cooperação italiana (Mussolini) à Alemanha nazista (Hitler), porém, o segundo movimento (negação da origem italiana) desvincula os efeitos produzidos na atualidade do primeiro, desvinculando qualquer ligação com um povo que apoiou a perseguição à raça judia assegurando, desse modo, a imagem de resistência, tenacidade, já instaurada no discurso.

Se a autobiografia cria uma “ilusão de real”, segundo Bourdieu (2002), ou se é um mecanismo discursivo que produz efeitos de real, dialogando com Navarro (2006), percebemos, acionando outros fragmentos, estratégias que visam à construção do “final da história”:

- (37) hoje, passados tantos anos, os tempos mudaram. Minhas idéias têm sido cada vez mais conhecidas, respeitadas e utilizadas por pesquisadores e profissionais não apenas no Brasil, mas em outros países. Tenho proferido diversas conferências, inclusive em congressos internacionais. A teoria da inteligência multifocal não apenas tem sido aplicada na Psiquiatria e na Psicologia, mas também na Educação. Todavia, se no começo de minhas pesquisas não tivesse vivido uma intensa paixão pelo mundo das idéias, aqueles membros da banca examinadora teriam destruído meu interesse pela investigação do funcionamento da mente (p. 33);
- (38) ao olhar para o passado, tenho a consciência de que os “invernos” que passei no início das pesquisas produziram minhas raízes intelectuais mais profundas [...] Esses obstáculos me estimularam a produzir não apenas uma teoria, mas também, diferente da grande maioria dos cientistas teóricos, criteriosos procedimentos de pesquisas na produção dessa teoria (p. 33);
- (39) fico imaginando quantos pensadores ilustres não tiveram sua produção de conhecimento abortada pela postura autoritária do sistema acadêmico [...] se impondo como o centro da produção e da validação do conhecimento e como o centro exclusivo da produção de intelectuais, de cientistas, de pensadores, de teóricos (p. 33);
- (40) se eu não tivesse passado por tais dificuldades não teria, provavelmente, produzido uma nova e ampla teoria sobre o processo de construção dos pensamentos com diversas implicações na ciência (p. 34);
- (41) muitos pensadores foram discriminados, considerados rebeldes e perturbadores da ordem ao longo da história. Sócrates [...] condenado a beber a cicuta [...]; Giordano Bruno [...] procurou uma universidade para expor suas idéias [...] experimentou diversos tipos de perseguição; Baruch Spinoza foi [...] banido pelos membros da sinagoga; Immanuel Kant foi tratado como um cão [...] pelo clero da época; Voltaire, devido às suas idéias humanistas, passou por perseguições. Hoje é raro encontrar pensadores fora da instituição acadêmica, como ocorreu nos séculos passados (p. 34).

O tempo presente, materializado no lexema *hoje*, em (37), e o tempo passado, em (38), o momento do “eu”, colocado para ser o momento do “outro”, são mecanismos acionados para (re)agrupar e fixar os episódios numa aparente ordenação linear – “início”, “meio” e “fim”. A organização de uma temporalidade é uma estratégia discursiva que reafirma efeitos de realidade na prática autobiográfica: o presente cria “um antes” e “um depois” e marca a existência de “um agora”, tempo que funda o aparente momento do discurso. A trajetória narrada, inserida nessa discursividade, cria a imagem do enunciador como aquele que sustenta um discurso verdadeiro. Por conseguinte, criação (discurso) e criatura (enunciador) vestem-se de saber (ciência) e de poder (posição-sujeito cientista). As subjetividades são, assim,

conduzidas pela figura genial desse enunciador, encarnada agora com efeitos de onisciência e de onipotência. E essa genialidade não se intimida, quer se mostrar e, sem nenhum pejo, irrompe, imponente, firmando seu domínio sobre pensadores considerados, historicamente, geniais, *Sócrates, Giordano Bruno, Spinoza, Kant, Voltaire* (41). O lugar soberano, atravessado por efeitos de suntuosidade, insere-se em discursos de superação: “Fui, sofri, e venci”. Ainda, a temporalidade *ao olhar para o passado*, em (38), e, em (41), *hoje é raro encontrar pensadores (ilustres, em 39)*, (re)produz efeitos de imponência, de enaltecimento, de supremacia nesse discurso.

E essa subjetividade não silencia, quer mostrar-se mais e com mais enaltecimento, dando um xeque-mate em prol dos efeitos de onisciência e de onipotência, produzindo, assim, um discurso megalomaniaco. Novamente o talento e a astúcia, próprios das divindades, engendram esses efeitos de sentido produzidos na *TMC*:

- (42) há muitos pensadores que não tiveram seu trabalho intelectual, seus pensamentos, registrados nos anais da história humana, que não tiveram a notoriedade social. Esta ausência de notoriedade ocorreu não apenas por falta de reconhecimento social, mas também porque consideraram de maior valor o prazer do anonimato do que o *status* social. Apesar do anonimato [...] eles foram ricos pensadores em sua cultura e meio social, brilharam em suas inteligências silenciosamente, produziram suas idéias com sementes anônimas, honraram nossa espécie (p. 323);
- (43) um exemplo vivo de uma pessoa que semeou seu pensamento de maneira brilhante, expressou sua inteligência de maneira ímpar e procurou constantemente o anonimato foi Jesus Cristo. Tenho gastado tempo para analisar, à luz da Teoria Multifocal do Conhecimento, a inteligência de alguns pensadores. Ultimamente tenho analisado a complexa e sofisticada inteligência do mestre de Nazaré. No passado achava que Ele era apenas um belo fruto da cultura humana e, portanto, uma fantasia inexistente. Todavia, analisando os seus pensamentos, reações e as entrelinhas dos seus comportamentos, expressas nas suas quatro biografias (evangelhos), compreendi que era impossível alguém construir um personagem com as características de personalidade como as dele. Ele foi o mestre dos mestres da turbulenta e bela escola da existência, a escola da vida (p. 323, 324);
- (44) podemos estudar os grandes pensadores, tais como Platão, Descartes, Max Weber, Hegel, Darwin, Freud, todavia ninguém teve uma **personalidade tão complexa**, misteriosa e difícil de ser compreendida como a de **Jesus Cristo** [mas] **a ciência foi omissa e tímida em pesquisá-lo**, deixando essa tarefa apenas para a teologia (p. 324, os destaques são nossos);
- (45) a vida não o poupou; do nascimento à sua morte, Cristo passou pelas mais amargas situações de sofrimentos. Todavia, para o nosso

espanto, era uma pessoa alegre, segura, livre e tranqüila no **território da emoção**. Tinha uma habilidade ímpar para **gerenciar seus pensamentos** e trabalhar suas angústias. Ao investigá-lo, podemos concluir que a tolerância e a sabedoria habitaram a mesma alma (p. 324, grifos nossos);

- (46) tenho estudado sua personalidade [a de Jesus Cristo] não sob o prisma da sua divindade, mas de sua humanidade. Tenho estudado seus registros históricos, seu nível de **coerência intelectual**, suas idéias, seu ousadíssimo **discurso sobre a verdade**, seu projeto para **resolver a angústia existencial** do homem, sua habilidade em não se submeter à **ditadura do preconceito**, sua capacidade de colocar-se no **lugar do outro**, de **se doar** sem esperar a contrapartida do retorno e de superar seus focos de tensão. O resultado deste estudo, **talvez único na literatura psicológica**, foi publicado na coleção de livros intitulada *Análise da inteligência de Cristo* (p. 324, os grifos são nossos);
- (47) **um pensador é**, antes de tudo, alguém que procura, em tudo o que faz e crê, respeitar a sua própria inteligência, ser fiel aos seus pensamentos e desenvolver a consciência crítica. Alguém que procura ser um **inspirado e sensível poeta** da existência na sofisticada e turbulenta vida humana, mesmo quando se frustra, fracassa ou atravessa seus áridos desertos (p. 324, os destaques são nossos);

Podemos dizer que os efeitos identitários construídos na *TMC* são produzidos pelo trabalho que a subjetividade faz ao voltar o olhar para a experiência de si. O recurso confessional, engendrado na escrita autobiográfica, possibilita mostrar aquilo que se pensa ser da subjetividade, mas que, ao mesmo tempo, a própria subjetividade ignorava de si mesma, o que produz efeitos de tentativa de ordenação linear dos episódios narrados nessa discursividade. O auto-testemunho revela, aqui, a crença em si mesmo a partir de condutas que se quer sejam corretas, buscando reconhecimento na trajetória de vida que se confessa na escrita autobiográfica, dialogando com Foucault (2006) e com Machado (1999). Nesse sentido, o olhar do outro, que é o olhar do “eu” e agora também o olhar do outro (do sujeito-leitor), é chamado para conduzir a subjetividade à identidade que se quer construída no discurso.

Isto posto, entendemos, tal qual Bourdieu (2002), a escrita (auto)biográfica como uma estratégia discursiva que visa a agrupar, linearmente, os acontecimentos, produzindo a ilusão de que a história contada tem um “começo”, “um meio” e um “fim”. E, com o aporte nas reflexões foucaultianas, como “um gênero de discurso” que visa a dar “coerência”, a “construir” uma homogeneidade, a estabelecer “uma continuidade para experiências que são por definições dispersas, fragmentárias, descontínuas” (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 6).

Levando em consideração o exposto até aqui, e pensando nos efeitos de sentido produzidos pelos vários cruzamentos de discursos e pelas várias posições-sujeito assumidas pelo enunciador, podemos perceber a inscrição da identidade e da subjetividade em uma discursividade derivada dessas várias posições: a de escritor, a de autor, a de cientista, a de médico, a de psiquiatra, a de psicoterapeuta. Desse modo, o sujeito é produzido não na homogeneidade do discurso, mas, e ao contrário, na sua própria heterogeneidade, na prescrição da certeza do ser e, ao mesmo tempo, do não ser, na luta infundável de uma busca à origem e à completude. O sujeito não é, pois, fonte intencional de um sentido que lhe seria transparente e nem dono do seu dizer, mas construído nas tramas enunciativas do discurso. A dimensão sociohistórica da linguagem faz emergir um sujeito não mais visto como simplesmente falante, que encontraria na língua(gem) um instrumento estabilizador do universo discursivo. O sujeito, visto no espaço da interdiscursividade, encontra-se num campo minado de movências e (des)dobras de sentidos, por isso um universo jamais estabilizado.

Dessa maneira, podemos entender, com Pêcheux (1990), o já-dito como constitutivo de todo discurso, num *continuum* que se apóia num passado e que aponta sempre para um futuro, um devir, servindo de matéria-prima para outros discursos. Sobre essa questão, é interessante verificar os esquecimentos propostos por Pêcheux e que são colocados para se pensar uma nova forma de ver o sujeito e a linguagem. O esquecimento “número um” é da ordem do inconsciente, é ele que possibilita a ilusão do sujeito de ser a origem do dizer, quando, na verdade, os sentidos preexistentes (o “já dito”) são sempre retomados. Nesse raciocínio, os dizeres não nascem nos sujeitos, mas são determinados pela maneira como os sujeitos são inscritos na língua e na história.

O “esquecimento número dois”, da ordem da enunciação, faz emergir a ilusão de que aquilo que o sujeito diz apresenta somente um sentido, uma só forma de dizer. Apaga-se, desse modo, a existência de cadeias parafrásticas que se relacionam ao que foi dito, que explicita o que se diz, assumindo o discurso, assim, formas estereótipas, idealistas (simbólicas e ideológicas). Nesse sentido, a linguagem é condição de constituição do sujeito. E, se a heterogeneidade é constitutiva de todo discurso, ela parece ser apagada quando se pretende encerrar o discurso como unidade coerente, principalmente quando aciona o mecanismo da autobiografia, estratégia discursiva que produz efeitos de realidade e de verossimilhança. Levando em conta esses esquecimentos é que se pode afirmar que as palavras não têm seu sentido nelas mesmas, mas que seus sentidos derivam das formações discursivas em que se inscrevem. O que se observa é uma ilusão do sujeito falante que se vê como a fonte, a origem

do seu discurso (*esquecimento n° 1*) e como o mestre e dominador do seu dizer (*esquecimento n° 2*) [PÊCHEUX, 1995, p. 172-173].

O que significa que uma formação discursiva não é um espaço fechado e homogêneo, mas, seguindo o raciocínio foucaultiano, um “sistema de regularidades e de dispersão” (SARGENTINI, 2006, p. 40). Em outras palavras, uma formação discursiva é um espaço marcado pela contradição, pela diferença e, acima de tudo, pelas fronteiras fluidas e em constante (re)configuração do dizer legitimado, do estabilizado, do ideológico. Segundo Orlandi (2001), todos os dizeres dos sujeitos têm um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. Os dizeres são, pois, históricos e ideologicamente constituídos na tensão entre a repetição e o deslocamento. Vale lembrar, ainda com a autora, que o nível no qual se diz e no qual o sujeito intervém não está separado do interdiscurso (da memória discursiva). Na constituição dos sentidos identitários na *TMC*, por exemplo, tem-se um saber (ou saberes) que foi se constituindo na relação do sujeito com a linguagem e materializando posições enunciativas sobre o que é o ser humano, sua identidade “real”, sua “essência identitária”. O estereótipo idealizado do homem contemporâneo como auto-suficiente (onipotente e onisciente), essência identitária postulada como imutável, ou dada num *a priori*, parece residir na impossibilidade, na “ilusão”, uma vez que não pode ser inserida numa ordem de certezas, mas num campo de indefinições, posto que o(s) sujeito(s) é “demasiadamente humano” para ser auto-suficiente. Desta feita, os sentidos são produzidos por meio da inscrição de dados discursos em dadas formações discursivas, ou seja, a significância de um discurso decorre de sua inscrição e de seu pertencimento a uma dada formação discursiva constituída historicamente e que independe da vontade do sujeito enunciador. Os sentidos são sempre marcados pelo outro e pela possibilidade de dizer um sentido outro, que escape, ao menos em parte, do esperado, do estabilizado, da monotonia da repetição feito “papagaio” sem historicidade (ORLANDI, 1998). Se houvesse um “universo logicamente estabilizado, haveríamos de estar condenados às repetições *ad infinitum*”, lembrando Michel Foucault.

Isto posto, o discurso é o lugar em que se inscrevem língua e ideologia, homem e história, em que se concebe a linguagem como produção de sentidos por e para os sujeitos. No campo discursivo, não há transparência, mas “movências de sentidos”. Os discursos funcionam sob o “efeito de opacidade”, da “incompletude”, dos sujeitos que são constituídos/construídos na relação sempre com o outro ou com os discursos outros. Os sujeitos, os sentidos e os discursos, sob essa ótica, nunca estão completos ou acabados, a “incompletude” é condição da linguagem, consoante o raciocínio de Michel Pêcheux (1999).

a evidência do sentido, que na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo podemos dizer que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que ‘eu’ sou ‘eu’), apaga o fato de que ele resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva (ORLANDI, 1999, p. 45).

Por essas considerações, não se pode separar língua(gem), pensamento/pensar, pensamento/discurso, como o faz a abordagem idealista da *TMC* quando coloca a linguagem enquanto pensamento puro representando idéias também puras, claras, verdadeiras – estabilização de todo o universo –, mas considerar que intervem nesses elementos “um outro fundamental”, qual seja, o interdiscurso. A enunciação não pode ser um “decalque” dos acontecimentos da realidade, como se nos apresenta o discurso da *TMC* quando aciona a escrita autobiográfica a fim de fazer valer as condições empíricas do enunciador ao ocupar a posição de escritor-autor no discurso.

O conceito de formação discursiva envolve, assim, pensar o discurso, o sujeito e o sentido. Segundo Gregolin (2004a, p. 90), por formação discursiva, no pensamento foucaultiano, entende-se “um conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados”. Uma formação discursiva, não sendo homogênea, constitui-se por diferentes discursos – “um mesmo tema, ao ser colocado em evidência, é objeto de conflitos, de tensão, face as diferentes posições ocupadas por sujeitos que se opõem, se contestam”, dialogando também com Fernandes (2005, p. 51). Uma dada formação discursiva jamais é apreendida em sua totalidade, posto que determinada pela incompletude em sua “própria dispersão histórica”.

As formações discursivas, para Foucault (1997b, p. 43), são assim compreendidas:

no caso e que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (grifo do autor).

Ao que Pêcheux (1995, p. 160) atualizou, redefinindo as formações discursivas como aquilo que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de uma “arenga”, de um “sermão”, de um “panfleto”, de um “programa”, etc., a partir de uma posição dada, em uma conjuntura

dada. Eis, assim, outra questão ligada às formações discursivas: elas constituem o espaço, *os lugares*, a partir dos quais os sujeitos (se) falam, realizando o movimento simbólico em que um indivíduo empírico se faz sujeito, por ocupar uma posição imaginária constituída em meio a determinada formação discursiva (GREGOLIN, 2004a).

No que se refere a esses dispositivos para análise de nosso *corpus*, por exemplo, recortemos outros enunciados:

- (48) seria importante [...] que os pesquisadores fossem estimulados a fazer uma intentona teórica [...] contra as convenções do conhecimento (p. 37);
- (49) sem se fazer uma intentona contra as convenções do conhecimento vigente não se produzirão pensadores e cientistas teóricos, não haverá produção de teorias originais, inovadoras (p. 37);
- (50) uma intentona teórica, alicerçada nos princípios da democracia das idéias, deveria ser feita com ousadia, criatividade, arte da observação, arte da formulação de perguntas, arte da dúvida, arte da crítica, análise multifocal, entre outros procedimentos, uma postura intelectual que não oferece resistência para reciclar e reorganizar continuamente todo o conhecimento produzido. Esses procedimentos são fundamentais para romper os paradigmas culturais, o continuísmo das idéias, a mesmice do conhecimento e, conseqüentemente, para produzir cientistas teóricos e pensadores (p. 37);
- (51) penso que é raro uma universidade incentivar a “intentona teórica”, “o motim intelectual” entre seus estudantes, levando-os à procura de novas possibilidades de construção e de compreensão do conhecimento, à produção de novas teorias a partir da busca da desorganização dos conceitos e da arte da formulação de perguntas, da dúvida e da crítica bem como de outros instrumentos empíricos (p. 38);
- (52) o homem que aprende a se interiorizar e a criticar suas “verdades”, seus dogmas e seus paradigmas socioculturais estimula a revolução da construção das idéias nos bastidores clandestinos de sua mente (p. 19);
- (53) é necessário desenvolver a consciência crítica, a reciclagem do conhecimento e a democracia das idéias (p. 52);

O lexema *intentona*³⁷, repetido em (48, 49, 50 e 51) parece figurar em um outro discurso – o discurso de esquerda. Nesse campo político, esse enunciado revela um período de grande efervescência ideológica e que, pronunciado na atualidade do discurso da *TMC*, sustentará os efeitos identitários até então já produzidos, que são os de ousadia, de coragem, de inovação, de engajamento. Os lexemas *revolução* e *clandestinos*, em (52), conferem mais uma vez a posição da esquerda, cujas idéias revolucionárias em torno do (re)estabelecimento da democracia foram articuladas na clandestinidade. Vale lembrar, ainda, que todo ideal revolucionário caminha sempre para uma promessa que, por sua vez, é sempre um compromisso, um “fazer esperar” direcionado para o futuro. E a promessa, ou a essência do prometer revolucionário, firma-se na “experiência de uma longa temporada na oposição – com freqüência na clandestinidade” – e tem sempre uma tendência em querer “suscitar vigorosas ilusões sobre as possibilidades de transformação do mundo por meio da ação política” (GIANNETTI, 2004, p. 151). Desse modo, os efeitos de sentido produzidos firmam, nesse discurso, um tipo de contrato fiduciário, e o aval é dado pela assinatura de um sujeito que tem a ilusão de falar honestamente, que se apresenta como arrojado, perseverante, brilhante, revolucionário e democrático. Os enunciados *aprender a se interiorizar*, *desenvolver a consciência crítica*, *reciclar* e *democracia*, materializados em (52, 53), inserem-se também em outro campo da memória, aquele que confere liberdade de expressão para todos, indistintamente, ideal que marcou o discurso educacional nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, com a teoria da libertação, outro momento de efervescência revolucionária cuja bandeira era também da esquerda. O entrecruzamento desses diferentes discursos (re)produz o ideal de luta marcado historicamente, de um lado, a esquerda revolucionária, de outro, a direita conservadora, contribuindo para firmar o *ethos* identitário do enunciador: revolucionário, jamais conservador, posto que ousado, inovador, questionador dos paradigmas construídos.

É nesse sentido que, dialogando com Fernandes (2005), se pode dizer que em toda formação discursiva há, em seu interior, a presença do interdiscurso, posto que caracterizado por diferentes discursos que se “entrelaçam”, se “contestam”, se “opõem” se “associam”. Trata-se “de uma **interdiscursividade** caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais” (FERNANDES, 2005, p. 49, grifo do autor).

³⁷ Sabemos que o levante militar de inspiração comunista, em 23 de novembro de 1935, em Natal, no dia 24, em Recife e em 26 e 27 no Rio de Janeiro, foi o motivo, a “desculpa”, para que Getúlio Vargas implantasse o Estado Novo. Esse levante ficou conhecido como “Intentona Comunista”, título dado pelas forças políticas governistas de posição direitista (cf. BASBAUM, 1976, p. 66-87).

Apreendidos em sua materialidade, os enunciados “explicitam”, historicamente, a transformação e a modificação dos discursos, ou, a “dispersão de acontecimentos e discursos outros”. Desta feita, a unidade do discurso se dá pelo engendramento daquilo que “se pode dizer em uma determinada época e lugar”. Não se pode, porém, entender a essa “unidade” enquanto “homogeneidade”, “estabilidade” ou “uniformidade”, mas como uma maneira de “agrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador” (FOUCAULT, 1995, p. 24; FERNANDES, 2005, p. 53). Na esteira desse raciocínio, podemos dizer que o preceito délfico do “conhece-te a ti mesmo”, engendrado no mecanismo do autoconhecimento urdido na tecitura do discurso da *TMC*, (re)produz efeitos de uma saber confiável, posto que a palavra vinda do oráculo seja autorizada, uma vez que não será questionada, e, atualizado na *ciência multifocal*, esse preceito (re)surge como um argumento veridictório para organizar e credibilizar o dizer do discurso, posto que também vem de um lugar legitimado socialmente. O sujeito, transformado em objeto nessa prática de autoconhecimento, tem a ilusão de examinar e conduzir-se o mais objetivamente possível por meio da observação (auto-análise) que se quer controlar. A experimentação que a subjetividade faz de si, quando aciona o recurso da autoconfissão, recorta, no relato autobiográfico, determinados fatos, selecionando, avaliando e apontando neles juízos de valor. Nesse sentido, conhecer é também acreditar em si mesmo e essa crença é alardeada, como no discurso propagandístico encontrado no fazer do discurso político, sempre nos próprios méritos – ser um líder de sucesso é, antes de tudo, acreditar nas próprias convicções; é ser, *antes de tudo* [e em] *tudo o que faz e crê, respeitar a sua própria inteligência* [sendo] *fiel aos seus pensamentos e [a sua] consciência crítica* (47). A subjetividade é, assim, “disciplinada”, numa constante “vigilância”, para que o(s) sujeito(s), identitariamente, possa *brilhar e honrar* a espécie humana (42); liderar a si mesmo, ser o *mestre dos mestres* [na] *escola da vida* (43); ser um *grande pensador* (44), posto que o homem sábio seja aquele que aprende com seus *sofrimentos e angústias*, tornando-se *uma pessoa alegre, segura, livre e tranqüila* emocionalmente, adquirindo, assim, *habilidade* [...] para gerenciar seus pensamentos (45); ser humanista, colocando-se sempre *no lugar do outro*, sabendo *doar sem esperar a contrapartida do retorno* (46); é, ainda, ser *coerente intelectualmente, ousado* na construção “original” de um *discurso sobre a verdade*, é ter como meta livrar-se das *angústias existenciais* e *habilidade* (competência) *em não se submeter à ditadura do preconceito*, do saber já sabido, (46). É essa a identidade constituída pelo trabalho “vigilante” e “disciplinador” da subjetividade: uma construção divino-humana que se posta entre o “eu serei” e o “eu sou”, vistos de longe e de dentro, à luz de seu próprio passado e de

sua interioridade, o do “eu fui”. Podemos dizer que o “eu-agora”, sem a perspectiva disciplinadora do “eu-depois”, será um “alienado”, o doente da contemporaneidade previsto/criado no discurso da *TMC*. Ou, como já dissera Giannetti (2004, p. 195, grifos nossos), “o ‘eu-agora’, sem a perspectiva disciplinadora do ‘eu-depois’ é, no limite, **um primata desmiolado e impulsivo**”. É com esses efeitos proféticos que o discurso da *inteligência multifocal* irá apresentar-se, prometendo ser a panacéia para o(s) sujeito(s) na atualidade. Um discurso imbuído de promessas para conduzir a subjetividade rumo ao sucesso. Assunto que iremos tratar no desenvolvimento do terceiro capítulo deste trabalho.

3. O FAZER CIÊNCIA NA *TEORIA MULTIFOCAL DO CONHECIMENTO*

Nada é mais importante que ver as fontes da invenção que são, na minha opinião, muito mais importantes que as próprias invenções. (Leibniz)

O místico crê num Deus desconhecido. O pensador e o cientista crêem numa ordem desconhecida. É difícil dizer qual deles sobrepuja o outro em sua devoção não racional. (L. L. Whyte)

Poderíamos iniciar este capítulo com a seguinte questão: a *Teoria Multifocal do Conhecimento* é ou não ciência? Mas não é esse o percurso que intentamos fazer. Preocupamos, aqui, verificar como se dá o possível fazer científico subjacente ao discurso da *TMC*. Para tanto, a nossa proposta será observar, no percurso da construção dos princípios formadores da *Teoria da Inteligência* postulada por Cury (1998), quais efeitos de sentido esse discurso produz; como se constitui o enunciador desse discurso que usa certos procedimentos discursivos a fim de instaurar-se como “sujeito da ciência”. E, como esse discurso é apresentado como científico, abriremos um item (3.1.), neste capítulo, para falar sobre algumas formas de conhecimento, dentre elas, a ciência.

3.1. Das formas de conhecimento

Uma das concepções mais conhecida e bastante divulgada sobre ciência reside na afirmação de ser ela uma forma de saber comprovado, a “forma de conhecimento por excelência” (LYRA, 1984, p. 11), a única possível de credibilidade. Há, nesse tipo de afirmação, uma valoração do conhecimento científico sobre os demais: somente pela ciência seria possível chegar ao conhecimento verdadeiro – pretensão que nem sempre se justifica posto que as várias formas de conhecimento produzem tipos de conhecimentos que possuem

também a sua validade. O que temos são modalidades diferentes e com objetivos e finalidades distintas, além de que o próprio conhecimento científico possui também sua cota ou grau de falibilidade. O que vale dizer que cada uma dessas modalidades possui suas especificidades que as distinguem em suas posições e em seus procedimentos.

O conhecimento popular ou senso comum é considerado eminentemente pragmático no sentido de que o que importa é o resultado prático e imediato que, por meio dele, é obtido na solução de problemas do dia-a-dia. Ele é verificável e alimenta-se dos exemplos das possíveis soluções apresentadas por várias pessoas da comunidade, e, por basear-se nas experiências particulares dos próprios sujeitos cognoscentes não apresenta qualquer tipo de sistematização, quer seja em sua produção, quer seja no conjunto de seu conteúdo, que é constituído por saberes e informações esparsas, dispersas e desconexas. É considerado, por excelência, valorativo, inspirado em estado de ânimo e emoções, além de não se preocupar com as razões, causas e fundamentos de sua produção. Em função disso, passa a ser visto como “uma forma de conhecimento bastante sujeita a erros e equívocos; mas nem por isso pode-se negar a validade para o que se propõe: um conhecimento prático capaz de guiar as pessoas nas soluções simples de seus problemas cotidianos” (COELHO, 2006, p. 36).

O conhecimento filosófico prima-se por ser uma especulação racional, tendo como ponto de partida hipóteses que não serão submetidas à observação – daí ser também um conhecimento valorativo. Em decorrência dessa característica, o conhecimento filosófico não é verificável, uma vez que não pode ser confirmado experimentalmente. Suas hipóteses e enunciados buscam a representação e a explicação da realidade investigada, procurando compreendê-la em sua totalidade, de forma sistematizada. Porque seus postulados e hipóteses não são submetidos à observação, e o conhecimento é elaborado a partir de especulação racional, o conhecimento filosófico, oposto ao popular, apresenta-se infalível e exato, uma vez que o conjunto de seus enunciados seja correlacionado logicamente.

O conhecimento religioso, do ponto de vista dos sujeitos inscritos na religião, apóia-se numa verdade revelada, que por ser doada por uma divindade que não pode errar sem que se anule enquanto divindade, é considerado totalmente verdadeiro e indiscutível – é assim um conhecimento valorativo, inspiracional, tido como infalível e absoluto. Há nele uma tentativa de sistematização ao se explicar a origem, o significado e a finalidade do universo e das pessoas e suas vidas. O fundamento do conhecimento religioso é a fé, a certeza absoluta de que não pode ser falso, posto que a divindade que o revela é onisciente e, por isso, as verdades que compõem o conjunto das doutrinas religiosas não são verificáveis nem tampouco contestadas.

O conhecimento científico tem na observação a sua característica marcante; por isso, diferente das outras modalidades já vistas, as quais se apresentam como valorativas, o conhecimento científico prima-se por ser factual, por trabalhar com ocorrências, fenômenos ou fatos, sejam eles físico-naturais ou socioculturais. As hipóteses, proposições e afirmações alcançam veracidade ou falsidade por meio de observações e experiências rigorosamente controladas. Dessa maneira, hipóteses impossíveis de serem comprovadas não podem ser consideradas pertencentes ao campo das ciências. Não lhe basta, assim, apenas o raciocínio logicamente encadeado em enunciados que busquem, como no conhecimento filosófico, apreender ou representar a realidade inquirida; muito menos a certeza de que uma fé ou crença afirmem verdades absolutas, mas não verificáveis, como ocorre no conhecimento religioso. Contrário ainda ao conhecimento filosófico, que busca a compreensão das totalidades, o científico lida com o particular, isto é, com objetos definidos e delimitados previamente. No entanto, é um conhecimento falível, posto que não absoluto, nem definitivo ou final; pode-se dizer que se trata de um conhecimento aproximativo do real, podendo ser reformulado por novas proposições ou pelo desenvolvimento de novas técnicas.

Estas formas de conhecimento podem coexistir na mesma pessoa: um cientista, voltado, por exemplo, ao estudo da física, pode ser crente praticante de determinada religião, estar filiado a um sistema filosófico e, em muitos aspectos de sua vida cotidiana, agir segundo conhecimentos provenientes do senso comum. (LAKATOS e MARCONI, 1983, p. 21)

O universo a ser investigado pela ciência é vasto e diversificado, o que faz com que se fale em objetos diferentes a ser investigados e ciências específicas para estudar cada um desses objetos. Cada ciência particular, segundo Lyra (1984), será agrupada em duas grandes regiões, ou dois grandes campos: as que investigam o universo físico ou material e as que se voltam para fatos do universo histórico ou humano, resultando na conhecida divisão em ciências naturais e ciências humanas. Esta é, na verdade, uma classificação sintética e que leva em conta apenas a característica factual da ciência. No entanto, se se pensar na matemática ou na lógica, por exemplo, podemos perceber que tanto uma quanto outra não se encaixam em nenhum desses campos, uma vez que não investigam nenhum desses dois universos.

O conhecimento científico ocupa-se dos fenômenos da natureza (físico, biológico, químicos...), dos objetos ideais (lógico e matemáticos) e dos

fenômenos culturais (relações sociais, processos históricos, produção cultural etc.) [LUCKEZI *et al*, 1984, p. 70]

Tentando contemplar todas as ciências em uma classificação segundo o conteúdo ou o objeto de investigação de cada uma, Lakatos e Marconi (1983, p. 27) apresentam uma primeira divisão em dois grandes grupos – as ciências formais, que estudam as formas, e as factuais, que estudam os fatos. Essas últimas agregadas em naturais e sociais ou humanas, conforme o objeto de estudo seja um fenômeno ou um fato produzido pela natureza, ou, seja uma produção cultural. Como exemplo das ciências formais, as autoras apresentam justamente a matemática e a lógica, ciências que, “não tendo relação com algo encontrado na realidade, não podem valer-se dos contatos com essa realidade para convalidar suas fórmulas” (LAKATOS e MARCONI, 1983, p. 27).

São, segundo as autoras, ciências que

tratam de entes ideais, tanto abstratos quanto interpretados, existentes apenas na mente humana e, mesmo nela, a nível conceitual e não fisiológico. Em outras palavras, constroem seus próprios objetos de estudo, mesmo que muitas vezes o façam por abstração de objetos reais (naturais ou sociais). [p. 27]

A classificação das ciências não é, contudo, tão rígida como, às vezes, pode parecer: dependendo da perspectiva a partir da qual o pesquisador se coloca diante do objeto, uma ciência humana, por exemplo, pode muito bem se apresentar no campo das ciências formais ou naturais. É o caso, por exemplo, da própria Lingüística. Depois de Saussure perceber a língua como forma e não substância e ter afirmado que os seus elementos são valores “definidos não positivamente por seu conteúdo mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema” (Saussure, 1969, p. 136), possibilitou-se uma tendência formalista que teve seu auge no algebrismo, com a Glossemática, de Hjelmslev. Nos Estados Unidos, Chomsky levou o formalismo matemático às últimas conseqüências com a Gramática Gerativo-Transformacional. E, muito antes, a Gramática Histórico-Comparativista recebia da Biologia evolucionista influência em suas pesquisas, apoiando-nos, uma vez mais, nos estudos de Lakatos e Marconi (1983).

Embora tais interpenetrações possam ocorrer, o mais comum talvez fosse as ciências serem agrupadas em uma classificação segundo o modo de ser de seus objetos, como foi a apresentada por Lakatos e Marconi (1983).

Uma classificação, no entanto, qualquer que seja o critério usado, não tem propósito em si mesma. Ela deve permitir que ciências com características comuns sejam reunidas a fim de que melhor se lhes possam conhecer a natureza e os procedimentos. Assim é que, grosso modo, os cientistas lidam não só com objetos diferentes, mas criam instrumentos teóricos distintos que lhes permitem a investigação mais segura e rigorosa de cada um desses objetos. Nesse sentido, seguindo ainda o raciocínio das autoras, o instrumental técnico e metodológico utilizado decorre, em muito, da natureza do próprio objeto estudado. Um fenômeno ou fato natural é bastante diferente, em sua composição e em seu modo de existir, de um fato ou fenômeno social, o que implica tratamento metodológico diferenciado para cada um deles. As leis que regulam o fato natural não são as mesmas que explicam o modo de ser e o funcionamento de um fato sociocultural. Estas leis apresentam-se com maior flexibilidade, muito mais como propensão, enquanto aquelas são rígidas em sua invariabilidade constante, ao ponto de a predictividade do fenômeno apresentar-se sem falhas ou com a menor margem de erro possível. As hipóteses levantadas sobre o mundo físico podem ser cabalmente confirmadas (por exemplo, “a água entra em ebulição a uma temperatura de 100°C.”), raramente admitindo contestações. Contrariamente, as hipóteses sobre o universo cultural são contestadas com maior frequência, posto que o fato ou fenômeno sociocultural admite interpretações diferentes. A verdade sobre a natureza das ciências naturais é justificada pelas leis de constância observáveis no fenômeno, na certeza comprovada pelas mesmas ocorrências, de tal modo que a descrição do fenômeno, por meio das leis que regulam sua composição e existência, passa a ser considerada verdadeira.

O objeto físico pode ser comprovado incontestavelmente pelo fato objetivo

empiricamente observável e [...] sujeito às leis que [...] têm se mantido constantes [...]. Uma vez demonstrada uma lei física, não é mais possível divergir; ela passou do plano da hipótese para o plano da verdade. A afirmação oposta será simplesmente o erro – e isso destruiria como científica essa posição. [Por exemplo], esse conceito (a terra gira em torno do sol), que foi uma simples hipótese séculos atrás, hoje está comprovado que é verdadeiro, e com a eliminação desta lacuna passou-se da ignorância ao conhecimento. (LYRA, 1984, p. 12).

No campo das ciências humanas, no entanto, as hipóteses não estão ligadas diretamente à “natureza do objeto”, nem às leis rígidas do universo físico, mas, até certo ponto, vinculadas à concepção do sujeito. A divergência (confronto) entre objeto e conceito é, seguindo ainda o raciocínio de Lyra (1984), necessária porque faz emergir a questão da subjetividade, embora, alerta o autor, tenha havido, nas ciências sociais, uma tentativa de “neutralizar” a subjetividade de seus postulados. Nas ciências humanas não existe o erro, haja vista que qualquer hipótese pode ser contestada, discutida e recusada.

Embora cada ciência possua sua especificidade decorrente principalmente da natureza e especificidade do objeto que procura compreender e explicar, de um modo geral, todas elas contêm certos fatores ou requisitos indispensáveis para que um estudo seja considerado científico. Todas elas procuram explicitar e delimitar o máximo possível o seu objeto de estudo. E isso é feito por meio de pesquisas controladas com o devido rigor, o que implica uma observação acurada e exaustiva do fato empírico, buscando apreender-lhe as características que sejam pertinentes para sua descrição, compreensão e explicação.

Ocorre, no entanto, que nem sempre um objeto pode ser observado diretamente – e não havendo possibilidade de a observação ocorrer, a ciência não terá como estudar tal fenômeno. Sem observação não há que se falar em ciência factual e, em tais situações, os cientistas recorrem a um material concreto, empírico, que lhes permita a observação necessária.

Como explica Coelho (2006, p. 41):

há fenômenos que podem ser observados diretamente, como a água, o som, as árvores. Mas há os que a observação direta torna-se impossível, como um fato histórico ocorrido há séculos ou como o psiquismo, que é um produto da atividade neuro-cerebral. Em virtude disso surge outro requisito, já que a observação para a ciência é imprescindível – *o material de observação*. O cientista procura um material concreto em que possa observar o objeto de seu estudo acontecendo. Tal material é sempre uma manifestação concreta do fenômeno objeto de investigação.

Em seguida, complementa:

o comportamento das pessoas é esse material para a Psicologia, posto que uma manifestação concreta e observável do psiquismo, objeto que o psicólogo propõe conhecer. Na impossibilidade de um historiador fazer uma viagem no tempo e com isso observar o fato que pretende conhecer, utiliza

documentos produzidos na época dos acontecimentos em que se acha interessado. (COELHO, 2006, p. 42)

Assim sendo, o cientista observa, estuda, analisa o material de observação não para conhecê-lo propriamente, mas para, e por meio dele, compreender o objeto que nele subjaz, que lhe permita a existência, que nele se materializa.

A Análise do Discurso caberia perfeitamente como exemplo de uma disciplina que necessita de um material de observação para firmar as suas investigações, já que seu objeto não se presta a uma observação direta. O discurso, objeto explicitado na própria denominação dessa ciência, é algo imaterial, incorpóreo, não tangível em si mesmo, que tem seu modo de existência no âmbito do sócio-histórico-cultural e ideológico, algo abstrato que não permite observações diretas. Necessita, portanto, para revelar-se e ser estudado, de um material observável que seja sua manifestação concreta. O texto seria esse material, já que nele o discurso materializa-se; “o discurso [...] não é a língua, nem texto, nem fala, mas [...] necessita de elementos lingüísticos para ter existência material” (FERNANDES, 2005, p. 19-20). O discurso é, assim, percebido e observável concretamente por meio das manifestações dos enunciados lingüísticos verbais e/ou não verbais.

Para que a observação tenha validade e seja assegurada a menor margem de erro, quando da investigação do objeto, outro requisito faz-se necessário: o *método*, um instrumental teórico-prático que imprima rigor e segurança à pesquisa científica. Etimologicamente a palavra *método* está ligada à idéia de caminho, de via – o caminho ou via que o pesquisador deverá trilhar para conseguir resultados mais próximos da realidade do fenômeno estudado, garantindo assim uma relação mais estreita entre a descrição e o fenômeno descrito, como nos ensina Coelho (2006, p. 43-44). Para esse autor, o método é “um sistema de categorias operacionais, chamadas, muitas vezes, de categorias metodológicas, as quais refletem, abstrata e genericamente, os aspectos e as dimensões do modo de existência e da constituição do fenômeno que se intenta compreender”; ou, um conjunto sistemático de procedimentos teóricos e práticos com o qual se ordenam os processos necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

As categorias operacionais são, pois, construtos abstratos, elaborados a partir de generalizações da multiplicidade das características, das relações e das funções constantes no objeto; são categorias com as quais o pesquisador operacionaliza as várias etapas do processo de investigação, desde a posição teórica ante o objeto, as perspectivas de abordagem, as

hipóteses aventadas, a análise minudente do *corpus*, até as sínteses necessárias para a obtenção do resultado final. Assim, as categorias operacionais ajudam na compreensão do próprio processo da pesquisa.

Tese, antítese e síntese são, por exemplo, as três categorias metodológicas principais do método dialético utilizado por Hegel; *langue/parole*, sintagma/paradigma, significante/significado representam algumas das categorias operacionais elaboradas por Saussure e que foram incorporadas pelo método estruturalista; infra-estrutura, supra-estrutura, modo de produção, unidade dos contrários são categorias que fazem parte do método materialismo-histórico de Marx; estrutura profunda, estrutura de superfície, competência e desempenho são categorias integrantes do método gerativista; formação discursiva, sujeito discursivo, produção de sentido correspondem a algumas das categorias operacionais do método utilizado pela Análise do Discurso francesa.

Conhecer um método é conhecer as suas categorias operacionais e de que forma elas se relacionam com o objeto que se pretende conhecer. Por isso, muitas vezes, o método pode ser interpretado como a própria teoria ou doutrina que sustenta, dá corpo e fundamenta à ciência específica. (COELHO, 2006, p. 44)

Cabe ainda mais uma observação antes de encerrarmos este item. Não se pode confundir método (conjunto sistemático de categorias operacionais e de procedimentos teórico-práticos, instrumental que ordena e garante validade a todo processo de pesquisa) com procedimentos que revelam a conduta do próprio pesquisador em relação ao trabalho que realiza. Confusão percebida, por exemplo, no seguinte fragmento retirado da *TMC*:

(54) para que possamos gerenciar uma construção criteriosa de pensamentos, capaz de conquistar o *status* de “conhecimento científico”, não basta processarmos a leitura da memória e produzir cadeias de pensamentos dialéticos, pois essa produção de pensamentos poderá ser meramente especulativa, o que resultará numa ciência sem fundamento³⁸. Para fugir dessa situação, procurei desenvolver pelo menos sete procedimentos multifocais, alguns dos quais complexos e difíceis de ser aplicados. Estes procedimentos não são utilizados, em sua maioria, na pesquisa acadêmica, mesmo nas teses de doutorado. Os grandes teóricos da psicologia também não os utilizaram na produção de suas teorias, o que gerou um grande prejuízo para esta ciência [...] São eles: a arte da formulação de perguntas; a arte da dúvida; a arte da crítica; a busca do caos

³⁸ O autor está novamente fazendo menção aos estudos de Goleman (1995) e Gardner (1995).

intelectual para expandir as possibilidades de construção do conhecimento; a análise das causalidades históricas e das circunstancialidades biopsicossociais; e a análise dos processos de construção das variáveis de interpretação na mente (p. 48-49);

O que é postulado como procedimentos multifocais – *perguntar, duvidar, criticar, buscar o caos intelectual, analisar causas, circunstâncias* e as *variáveis de interpretação* – não são, na verdade, elementos ou componentes de método, mas sim modos de o enunciador comportar-se ao propor fazer pesquisa, o que pode ser confirmado, inclusive, pelo uso do lexema *arte* significando “modo”, “maneira”, “jeito”. *Perguntar, duvidar, criticar, buscar o caos intelectual* constituem muito mais atitudes do enunciador-proponente da *TMC* do que categorias operacionais, construtos metodológicos, que reflitam, a um alto grau de abstração, características essenciais do objeto que se pretende conhecer.

Ainda, no recorte acionado (54), o enunciado *procurei desenvolver pelo menos sete procedimentos multifocais; complexos e difíceis; não utilizados [nem] na pesquisa acadêmica [nem] nas teses de doutorado [nem pelos] grandes teóricos da psicologia*, repete, insistentemente, os efeitos de genialidade desse enunciador e a supremacia da *TMC* sobre outras fontes ou formas de conhecimento.

Esses efeitos (re)surgem na materialização de outros enunciados:

- (55) apresentarei não apenas uma teoria psicológica, mas uma teoria completamente nova, original. Ela é tão original como foi a teoria da psicanálise na época que Freud a lançou (p. 46);
- (56) o levantamento bibliográfico³⁹, contido no final dos textos, foi feito depois que a teoria que eu desenvolvia estava elaborada. Ele foi feito com o objetivo de evidenciar alguns pensamentos de outros teóricos em relação à teoria aqui exposta (p. 49);
- (57) a compreensão lenta e gradual da inesgotabilidade da ciência [...] me incitou a pesquisar sem utilizar uma teoria de outro pensador como suporte da interpretação (p. 59);
- (58) não usei nenhuma teoria existente na ciência para pesquisar o funcionamento da mente e produzir a teoria contida neste livro (p. 64);
- (59) [a utilidade] da teoria da inteligência, aqui exposta, vai muito além do que sua aplicação nas psicoterapias [porém, seus] princípios podem ser úteis para qualquer psicoterapeuta de qualquer corrente da

³⁹ Descartes, Husserl, Sartre, Durant, Freud, Jung, Adler, Fromm, Kaplan são alguns dos autores citados nas referências bibliográficas.

psicoterapia. A maioria deles [dos princípios] também pode ser usada para formar cientistas, pensadores, executivos [...] ou por qualquer pessoa que queira expandir sua qualidade de vida (p. 133);

- (60) seria importante que as ciências da cultura [...] incorporassem esse conhecimento [o da *inteligência multifocal*] [para poder] mergulhar nas trajetórias do humanismo e da democracia das idéias (p. 145);
- (61) a terapia multifocal abre para a psicanálise e para a terapia cognitiva “avenidas” de pesquisa e de compreensão do homem total (p. 156);
- (62) a teoria multifocal do conhecimento pode contribuir muito com a teoria psicanalítica, junguiana, cognitiva e outras (p. 197);
- (63) aqui neste livro, faço uma exposição de uma nova teoria da inteligência. Meu desejo é que ela se torne uma fonte de novas pesquisas na Psicologia, Filosofia, Sociologia e demais ciências (p. 199);

À pretensão de originalidade, a *TMC* é apresentada como uma ciência constitutiva (ciência piloto, modelo) para as *ciências da cultura* (60); a *psicanálise* e a *terapia cognitiva* (61); a *Psicologia, Filosofia, Sociologia* (63), acarretando, com isso, efeitos de um discurso pretensioso, auto-suficiente, autoritário e autorizado. Essa idéia de um discurso criado originalmente, sem a legitimação de nenhum outro, um discurso “fundador”, contraria ao “conceito socialmente vigente de ciência e cientificidade”, pois que “todo saber é [...] prolongamento de certos conhecimentos e abertura para outros e é preciso, [por isso], dar a conhecer as fontes do próprio conhecimento” (CORACINI, 2007, p. 150). Ou, um discurso será marcado de cientificidade se se explicitarem “as condições e as regras de sua produção e, em primeiro lugar, as relações de onde nasce”, dialogando com Certeau (2004, p. 110).

Sobre discurso fundador e não-fundador, Dominique Maingueneau afirma que há entre eles uma relação “complexa e ambígua”, posto tratar-se tanto de textos de “pretensão fundadora” quanto daqueles que foram “legitimados como fundadores” – “os enunciados reconhecidos como fundadores são minoria” e apresentam-se com estatuto de “uma nova maneira de fazer filosofia, física, etc”, por exemplo. Para tratar dessa questão, o autor distingue o discurso (ou gênero) “segundo”, o que se constitui a partir do outro, e o discurso “primeiro” (“fonte”), aquele a partir do qual o “segundo” se constitui. O discurso “segundo” é o constituído que, em sua organização, afeta a identidade do “constitutivo” (o primeiro). O discurso “constituente” apresenta-se como “autoridade” e “autorizado” (MAINGUENEAU, 2006, p. 45-46).

a pretensão [dos] discursos “constituintes” é de não reconhecer outra autoridade que não a sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles [...] Discursos como o religioso, o científico e o filosófico são evidentemente constituintes [pois que] dão sentido aos atos da coletividade [e] são fiadores de múltiplos gêneros do discurso [...] só um discurso que *se constitui* tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel *constituente* para outros discursos. (MAINGUENEAU, 2006, p. 34-35)

Uma última questão sobre o discurso constituinte. Para Maingueneau, apoiando-nos nos estudos de Sobral (2006, p. 98), há uma tensão constitutiva permanente entre o discurso primeiro e o discurso segundo embora, nessa tensão, não haja absorção total de um pelo outro. Todavia, haverá um momento em que a “‘filiação’ entre esses discursos acaba por se romper definitivamente [e nesse] rompimento [...] nasce outro discurso fundador que encerra o reinado daquele a partir do qual se constituiu, um discurso ‘por direito próprio’”.

Olhar com desconfiança para um discurso que quer se apresentar com roupagem originária, para os enunciadores que se apresentam como fundadores de verdades é o que aprendemos com as reflexões de Michel Foucault. Para esse autor, não existem discursos fundadores – a gênese de um discurso não pode ser encontrada, se assim fosse, seria necessário também encontrar sua finitude, posto que o discurso é, em suas reflexões, um acontecimento, uma prática. E é com essa suspeição que iremos pensar sobre algumas categorias colocadas na *TMC* como novos objetos do saber científico visando a conduzir o sujeito a conhecer e ter total domínio dos mecanismos que geram e controlam os diferentes comportamentos humanos: a estrutura consciente e a estrutura inconsciente.

3.2. A *TMC* e a autonomia do sujeito

A consciência, no discurso da *TMC*, é apresentada como um elemento da inteligência que permite ao homem o reconhecimento de sua real existência naquilo “que é, que faz e que sabe”. Existe, assim, uma “consciência existencial”, aquela “consciência de que existimos e de que o mundo existe”. É ela que distingue “o homem de quaisquer outros seres vivos no universo” e que possibilita ao sujeito, pela “vontade consciente”, “amar, desconfiar, alegrar-se, sonhar”, etc. Nesse sentido, todos os comportamentos humanos, e, por conseguinte, todas as suas emoções, são frutos da “vontade consciente” do sujeito e por isso podem ser adequadamente “gerenciados”. A “consciência da existência” é, na *TMC*, “um

autotestemunho da existência” (CURY, 1998, p. 14 e 57) – *ergo sum*, diria Descartes⁴⁰, atravessando o discurso da *TMC*.

O sujeito, na *TMC*, está destinado a ser consciente e a ter sua própria autonomia, condições que lhe permitem “conhecer a sua própria essência”, o “seu próprio mundo intrapsíquico”, a sua “interioridade”. A identidade “verdadeira” está guardada no lugar mais profundo de cada ser, esperando apenas que a racionalidade científica coloque sobre ela sua “luz” para que possa emergir. Essa tentativa de (re)significar a existência humana, no discurso da *teoria multifocal*, sustenta-se não apenas no retorno dos ideais iluministas da filosofia clássica, “penso, logo existo” (Descartes), “os homens não precisam ser guiados por outros, é necessário que pensem por conta própria” (Kant), mas também pela “experiência existencial” do enunciador – um discurso fundado na prática autobiográfica, conforme já discutido anteriormente neste trabalho (Capítulo II, item 2.2.).

Se a consciência é uma categoria da inteligência, como se define a inteligência no discurso da *TMC*? Primeiro, a inteligência não se confunde com a “memória”; segundo, não é a mesma coisa que “mente” ou “cérebro” (p. 25 e 77). A “mente” é o lugar onde a inteligência é desenvolvida, é o “ambiente onde se processam as faculdades intelectuais, onde se desenvolve a inteligência” (p. 25).

- (64) a inteligência é um conjunto de estruturas psicodinâmicas derivadas do amplo funcionamento da mente. É a capacidade de pensar, se emocionar, ter consciência. Ela é constituída de quatro grandes processos, tais como a construção de pensamentos, transformação da energia emocional da consciência existencial (**quem sou, como estou, onde estou**) e formação da história existencial arquivada na memória. Este livro trata muito mais da construção da inteligência do que das suas funções. Todo ser humano constrói uma inteligência, mas nem todos desenvolvem **qualitativamente** as funções mais importantes, tais como pensar antes de reagir, expor e não impor as idéias, gerenciar os pensamentos, resgatar a liderança do eu nos focos de tensão, filtrar estímulos estressantes. A **inteligência** e a **personalidade representam**, aqui, **termos equivalentes** (p. 25, os grifos são nossos);

Os enunciados materializados em (64) colocam em funcionamento discursos de conduta, visando a ajustar o(s) sujeito(s) em identidades únicas, homogêneas. O tipo de sujeito que se quer fabricado aqui é aquele que, pela descoberta de si (saber sobre si mesmo),

⁴⁰ A única verdade segura, em Descartes, é o *cogito* – “a consciência da própria consciência, de que deriva a certeza da própria existência” (cf. BOSI, 1988, p. 75).

possui autocontrole e, por isso, *pensa antes de reagir, expõe e não impõe idéias* (não é “autoritário”), *gerencia os pensamentos*, [sabe] *resgatar a liderança do eu* (é líder de si mesmo), [sabe] *filtrar estímulos estressantes* (domina suas emoções).

E, se é possível controlar condutas, uma vez que a inteligência encontra-se na esfera da consciência e as emoções mecanismos que participam desse “ambiente”, qual é a função do inconsciente na formação da personalidade e na constituição do sujeito?

Definido pela *TMC* como um “campo de energia psíquica” subjacente “na história intrapsíquica e nos processos de construção da inteligência”, o inconsciente é que permite a “leitura multifocal da memória, o fenômeno da psicoadaptação, a âncora da memória”, dentre outras atividades existentes nesse campo. O “eu” é “produzido paradoxalmente por esses processos que constituem o inconsciente” (p. 333).

Vejamos como o “eu” é formado, recorrendo a outro fragmento:

- (65) um dos mais complexos paradoxos intelectuais é expresso pelo gerenciamento do “eu” sobre a construção de pensamentos. O “eu”, embora ocorra nos palcos conscientes da inteligência, vive um paradoxo intelectual indescritível, pois gerencia “inconscientemente” a construção de pensamentos, a racionalidade humana, ele lê inconscientemente a memória, organiza inconscientemente as RPSs⁴¹ e produz inconsciente as cadeias de pensamentos conscientes. A construtividade do mundo das idéias, que promove toda a racionalidade dialética, toda ciência, toda produção de arte, toda comunicação social, enfim, toda “consciência existencial do eu” sobre o mundo que somos e em que estamos, é produzida por processos inconscientes que são operacionalizados nos bastidores da psique (p.104-105);

Em (65), o enunciador se vale das noções de *inconsciente* e de *psique*, terminologias formuladas antes da existência da *TMC* e, mesmo assim, esse enunciador propõe-se origem e fonte do dizer, conforme efeitos produzidos na atualidade dos enunciados recortados anteriormente em (55, 57, 58). Ainda, quando se reconhece, de imediato, a existência do inconsciente, fragmento (65), a pretensão de originalidade (ineditismo da teoria) e de monologismo desse discurso parece contraditória, primeiro, porque o inconsciente, nas reflexões freudianas, já aparece como um fato (um “sintoma”) que a própria observação

⁴¹RPSs (Representações Psicossêmânticas) – são representações que exprimem as “experiências psíquicas” do homem, como por exemplo, seus “pensamentos”, suas “angústias”, suas “ansiedades”. Essas “experiências” encontram-se na memória. Há dois tipos de representações semânticas: as diretivas (RPSd) e as associativas (RPSa), ambas ligadas aos estímulos. São elas que formam a história intrapsíquica de todo ser humano (cf. CURY, 1998, p. 335).

clínica pode constatar por meio dos chistes, dos lapsos, etc. (MOLLON, 2005); segundo, pela inserção no pensamento filosófico de Bergson, para quem o inconsciente é a atualização da “lembrança pura”, a “corrente da consciência que não é senão o próprio ímpeto vital” (ABBAGNANO, 1982, p. 523). A essa “lembrança pura” denomina-se, na *TMC*, de “memória”, “suporte da construção da inteligência racional”, sempre reconstruída (CURY, 1998, p. 77).

- (66) não nos lembramos das experiências originais do passado; sempre construímos interpretativamente essas experiências a partir da **leitura multifocal** da história intrapsíquica e dos sistemas de variáveis intrapsíquicas do presente que atuam psicodinamicamente nessas experiências [...] A história existencial (intrapsíquica) está morta **essencialmente** na memória. Para que ela possa ser utilizada na confecção das cadeias de pensamentos, nas transformações da energia emocional, ela tem de ser reconstituída (reconstruída) essencialmente [leia-se, em sua essência]. [Se se pudesse] resgatar o passado exatamente como ele é [isso] paralisaria a produção de novas experiências, o que **engessaria** o desenvolvimento da inteligência. Tem de haver a **morte** ou o **caos** [...] da realidade das experiências psíquicas do presente [do **eu sou**] para que ocorra o processo de registro dessas experiências e se produza [...] a formação da história passada [do **eu fui**] [...] Os **pensamentos** e as **emoções** do presente, **morrendo**, abrem espaços para novas leituras da memória e para a produção de novos pensamentos e emoções [do que **eu serei** ou **poderei vir a ser**] (p. 82-83, grifos nossos);

Cabe à memória, “energia vital”, toda a *história intrapsíquica do homem* (66) – suas “experiências de prazer, medo, apreensão, tranqüilidade, raiva”, experiências iniciadas desde a “vida intra-uterina” e que nunca são “lembradas” com a mesma intensidade que quando ocorreram no passado, mas reconstruídas pela “interpretação” dos sujeitos no momento presente – princípio que coloca em funcionamento, nesse discurso, a prática da psicoterapia. Por esse mecanismo, o conhecimento de si e sobre si mesmo (auto-análise) passa pelo olhar e condução do outro (do analista). Essa estratégia, engendrada em todo o discurso da teoria *multifocal*, é usada pelo enunciador visando a apresentar-se como “sujeito de uma ciência”. As subjetividades vão, assim, sendo conduzidas por meio da imagem que se quer construir nesse discurso, que é a de cientista. Efeitos que se confirmam na materialidade dos enunciados a seguir (67, 68):

- (67) o objetivo da terapia multifocal [é] estimular os pacientes a desenvolver os amplos aspectos da liderança do eu sobre os

pensamentos, bem como as funções mais importantes da inteligência: a arte de pensar, a arte da crítica, a capacidade de superação de suas intempéries, a capacidade de pensar antes de reagir, de expor e não de impor idéias, de se colocar no lugar do outro, de contemplar o belo (p. 159);

- (68) o terapeuta deve estimular o paciente, durante o tratamento, a continuar sua terapia no ambiente que exerce suas atividades sociais e profissionais [por isso deve] torná-lo um ser completo, que brilha na sua inteligência, que saiba navegar no território da emoção, que seja especial por dentro, ainda que comum por fora (p. 159);

Podemos dizer que, embora o discurso da *TMC* afirme a possibilidade do autocontrole, o sujeito continua, por esse mesmo discurso, ainda preso à linha tênue existente na relação entre o consciente e o inconsciente. Em outras palavras, à promessa de unidade sempre atravessada por essas duas estruturas.

Observando ainda os recortes transcritos, alguns recursos estilísticos (figuras de linguagem) utilizados no campo do discurso literário parecem compor os enunciados materializados, como, por exemplo, *mergulhar nas trajetórias do humanismo e da democracia das idéias*, em (60); *abrir avenidas de pesquisa e de compreensão do homem total*, em (61); *palcos conscientes da inteligência*, em (65); e *navegar no território da emoção*, em (68), o que nos leva a perceber que, embora o enunciador da *TMC* desconsidere o uso de recursos metafóricos na construção de um discurso que quer se valer de científico, ele lança mão desses mesmos recursos para a construção de seu discurso.

Em outro conjunto de enunciados, o discurso literário é novamente presentificado:

- (69) a complexidade da mente, associada às deficiências do discurso literário para esquadrihar os fenômenos e processos envolvidos na construtividade de pensamentos, na formação da consciência existencial e na transformação da energia psíquica, fizeram-me rever, criticar e reescrever continuamente os textos deste livro [...] as deficiências do discurso literário para expressar o processo de construção do pensamento e o universo psicossocial como um todo do homem ainda são grandes [...] Para termos uma idéia da deficiência do discurso literário para expressar a ciência, basta dizer que os pontos finais das frases, embora úteis para a compreensão da linguagem, são uma mentira científica (p. 21-22);

O recurso da comparação, em (69), visa a garantir uma legitimidade e uma supremacia do discurso da *TMC*, e esses efeitos são recuperados quando da distinção entre o modo de fazer ciência com o modo de fazer literatura. Desses efeitos, outros são constituídos, por exemplo, vincular linguagem conotativa com senso comum, ou, literatura com sentimentalismo.

Esse jogo estratégico (re)produz discursos valorativos: o de ser a linguagem científica a única possível de credibilidade e o de classificar a linguagem literária como falsa, posto que lida com o irracional. Tem-se, por conseguinte, a imagem de que a linguagem científica, por ser denotativa, seja transparente, uma vez que lida com categorias racionais. Por último, a associação tempo e espaço com ficção e realidade, mentira e verdade, (re)assegurando efeitos de sentido de que a literatura lida com a ficção, por conseguinte, trabalha com a mentira; a ciência lida com o real, portanto, lida com a verdade.

Chama-nos a atenção, ainda em (69), o vínculo estabelecido entre a escritura da literatura e a sintaxe (pontuação) da língua – a *deficiência do discurso literário para expressar a ciência* encontra-se também no uso dos *pontos finais das frases* que, *embora úteis para a compreensão da linguagem, são uma mentira científica*. Tentemos entender os efeitos nessa trama discursiva: a literatura usa pontos finais em sua escritura; os pontos finais são úteis para a compreensão da linguagem, mas são uma mentira científica; logo, a literatura é útil para a compreensão da linguagem e é uma mentira científica. A oposição para esse raciocínio silogístico pode ser assim estabelecida: a ciência não usa pontos finais em sua escritura; os pontos finais são uma mentira científica; logo, a verdade encontra-se na ciência. Os efeitos de sentido produzidos constroem mais um ponto na rede: a literatura é um engodo e a *TMC* é o único instrumento para se chegar ao conhecimento factual. Esse discurso insiste em criar uma imagem de ciência verdadeira e coloca em cena um conceito equivocado de literatura. Vale lembrar que a literatura é também uma forma de conhecimento, ao lado da ciência, da religião, da filosofia, já mencionadas neste trabalho. A seu modo, ela oferece interpretações da realidade, de sujeito, etc. e essa interpretação, por ser subjetiva, é plurissignificativa. O conhecimento pela literatura é, assim, metafórico e ficcional, e por isso revela-se não objetivo descritivo nem especulativo racional ou absoluto e inquestionável, como pode ocorrer na ciência, na filosofia e nas religiões. A literatura não propõe a estabilização de nenhum universo, ao contrário, ela é um discurso, em sua maioria, desestabilizador e, por isso, não tem o objetivo de dar respostas definitivas e nem receitas calcadas em modelos pré-fabricados.

Continuemos ainda na mesma urdidura anterior, observando o recorte em (69): os pontos finais são uma mentira científica; os pontos finais representam morfemas suprasegmentais que compõem a estrutura da língua; logo, a língua é uma mentira científica. Os efeitos de sentido produzidos conferem ao sujeito enunciador, ocupando a posição de cientista da linguagem, o estatuto de um estudioso conhecedor dos níveis que estruturam a língua – a linguagem está vinculada ao sujeito enunciador que a interpreta e a classifica segundo sua competência – “um engenheiro da língua”. As imagens de genialidade e de auto-suficiência desse enunciador instauram efeitos de credibilidade ao discurso e imputam-lhe autoridade. Em outras palavras, em razão da complexidade dos mecanismos envolvidos na construção da mente e no funcionamento da inteligência, a disponibilidade léxico-gramatical da língua mostrou-se limitada e ineficiente para explicá-los, efeitos presentes ainda nos enunciados apresentados em (69), o que implica o atravessamento de posições estrutural-funcional-pragmatista ante o fenômeno lingüístico: a língua é um sistema lógico-formal; a língua é um mero instrumento de comunicação; a relação entre signo e idéias, língua(gem) e pensamento é biunívoca; o sujeito da enunciação sabe o que diz, como dizer e para quem dizer, posto haver uma intenção desse sujeito no ato da comunicação. É interessante retomar aqui os dois esquecimentos propostos por Pêcheux (1995): o esquecimento “número um”, que é da ordem do inconsciente, possibilita a ilusão do sujeito de ser a origem do dizer; o esquecimento “número dois”, da ordem da enunciação, faz emergir a ilusão de que aquilo que o sujeito diz apresenta somente um sentido, uma só forma de dizer. Assim é que se pode afirmar que os dizeres não estão inscritos no sujeito, mas são eles determinados pela maneira como os sujeitos são inscritos na língua e na história; e, o sujeito não tem controle sobre si, posto que a linguagem seja condição de constituição do sujeito, e não o contrário.

A habilidade lingüística (desempenho) do enunciador, na posição de escritor, também é acionada no que se refere ao domínio da modalidade escrita da língua:

- (70) para escrever meu livro, devido à complexidade das idéias [nele] circunscritas, optei por frases longas, diferentes das frases jornalísticas, que são curtas, de fácil entendimento, porque encerram normalmente assuntos sem muita complexidade (p. 21);

Outros enunciados marcam essa posição de cientista da linguagem-escritor:

- (71) na construção das idéias, tive de me tornar inevitavelmente um “neologista”, ou seja, um construtor e empregador de diversas

palavras ou expressões novas – não existentes na linguagem científica e coloquial – tais como psicoadaptação, *Homo interpres*, fenômeno do “autofluxo”, ou de palavras antigas com um sentido novo, tais como “autochecagem da memória” e “âncora da memória”, pois a linguagem científica e coloquial se mostraram insuficientes para definir, conceituar e discursar teoricamente a construção dos fundamentos da inteligência (p. 22);

- (72) uso freqüentemente o sufixo latino “dade”, tais como circunstancialidade, construtividade, evolutividade, com o objetivo de romper a condição estática das palavras. Ao usar esse sufixo, quero resgatar o conteúdo filosófico da palavra, fenômeno ou de um processo (conjunto de fenômenos). Por exemplo, ao escrever “construtividade de pensamentos”, quero dizer mais do que uma simples construção de pensamentos, mas a essência dessa construção, ou seja, um processo de construção psicodinamicamente ativo, evolutivo, que experimenta o caos para, em seguida, se reorganizar em novas construções. Quando falo em “circunstancialidades psicossociais” quero dizer não apenas algumas circunstâncias particulares, mas a essência e o movimento das circunstâncias psicossociais vivenciadas no processo existencial (p. 22);
- (73) as letras deveriam servir às idéias e não as idéias as letras e às regras gramaticais, como não poucas vezes acontece. As letras e a gramática deveriam libertar o pensamento; ser um canal de veiculação das idéias. Porém, nem sempre as frases e os textos mais compreensíveis são mais justos para expressar as idéias de um autor, embora facilitem a vida do leitor. As letras reduzem inevitavelmente as idéias; os labirintos gramaticais, às vezes, aprisionam os pensamentos. A linguagem tem um grande débito com o pensamento, principalmente com o pensamento psicológico e filosófico (p. 22);
- (74) o homem [...] vive para pensar e pensa para viver. Pensar não é uma opção do homem; pensar é o seu destino inevitável. A opção do homem ocorre apenas no que tange ao gerenciamento da construção inevitável dos pensamentos (p. 122);

A idéia de processo, marcada pelo traço semântico do sufixo *dade*, em (72), vinculada à produtividade, também processual, da *TMC* e aos princípios por ela formulados produzem, uma vez mais, efeitos de soberania e de magnitude desse discurso. O enunciado *a linguagem tem um grande débito com o pensamento*, em (73), atualiza o discurso da origem: o que veio primeiro, o homem ou a linguagem? A linguagem ou o pensamento? (“o ovo ou a galinha?”, pergunta o senso comum). O enunciador, ocupando uma posição oracular, em sua onipotência e onisciência de “cientista-deus”, dono e fonte do dizer, propõe a decifrar o enigma da origem: o pensamento é a verdade essencial do ser humano, pois que *o homem [...] vive para pensar e pensa para viver* (74). Implica, na atualidade desse enunciado, confundir conceito e objeto como sendo uma e mesma coisa, o pensamento (conceito) confunde-se com o próprio

pensamento (objeto), produzindo, assim, efeitos de “auto-enganos”. E, já que falamos em auto-engano, não poderíamos deixar de acionar, o já acionado, enunciado: “o homem vive para comer ou come para viver?” que sempre aparece respostado, no discurso do senso comum, com o trocadilho “o homem come para viver e vive para comer”.

Vale-nos buscar algumas palavras para fazer funcionar um outro discurso: mesmo que eu caminhe pelo vale obscuro da sintaxe gramatical, ainda assim, escreverei certo por uma língua torta, porque “eu sou o caminho da verdade, da vida e da luz”. A inserção na memória discursiva atualiza, aqui, o discurso religioso, e é esse discurso, conjuntamente com outros produzidos em diferentes momentos da história, que sustentará os efeitos de busca da origem identitária na criação e na constituição dos sujeitos quando da materialidade do enunciado *a busca do caos intelectual*. Conforme veremos no próximo item.

3.3. A TMC e a idéia de caos: ilusão de origem identitária

O termo ciência é apresentado, na *TMC*, como o resultado de um conjunto de pensamentos, ou idéias, produzido pelo cientista e que se reflete no discurso teórico, definido, por sua vez, como “instrumento intelectual para teorizar, discorrer, descrever um conhecimento mais complexo e abrangente” (p. 44). As idéias com as quais o cientista cria sua ciência nascem do “caos intelectual” em que vive o pesquisador.

- (75) a ciência, em todas as suas dimensões, emerge do caos da mente humana. Alguns poderiam achar um absurdo, e argumentariam que o nascedouro da ciência emerge não do caos, mas de décadas de educação escolar e de incorporação do conhecimento. Porém, essa observação se refere as etapas posteriores do desenvolvimento da mente. As sucessivas gerações de cientistas que produziram, acumularam e organizaram o conhecimento não iniciaram sua produção de conhecimento na plenitude da maturidade da consciência intelectual, mas nos rudimentos da formação da história intrapsíquica, no magnífico caos intelectual ocorrido na aurora da vida fetal, dentro do útero materno. A assimilação e produção da ciência inicia-se no fluxo vital dos processos de construção dos pensamentos: organização, desorganização caótica e reorganização. Esse fluxo de construção inicia-se na vida fetal, através da leitura contínua e inevitável da memória pelos três fenômenos inconscientes da mente. Se abolirmos a operacionalidade dos fenômenos que atuam nos bastidores da psique e que constroem cadeias de pensamentos essenciais inconscientes, presente desde a vida fetal, o homem não chegaria a desenvolver a construção de pensamentos conscientes e, conseqüentemente, a construção do eu. Nesse caso, ele não teria uma identidade psicossocial nem a consciência própria. (p. 298);

- (76) as “vacinas” e “antídotos” intelectuais contra os autoritarismos das idéias e as ditaduras dos discursos teóricos produzidos na pesquisa científica [...] são multifocais: exercitar a arte da formulação de perguntas, da dúvida, da crítica; a busca do caos intelectual, a reciclagem e reorganização contínua do processo de interpretação; a postura constantemente aberta no processo de observação, interpretação e produção de conhecimento, capaz de se abrir sempre às novas possibilidades dos fenômenos que contemplamos etc. (p. 52);
- (77) a história intrapsíquica funciona como uma importante teoria [...] pois só conseguimos enxergar o mundo que nos envolve apenas de acordo com o “nosso mundo”. À medida que fui expandindo essa compreensão, comecei, através da tríade de arte da pesquisa empírica, a buscar mais intensamente o caos intelectual, para me “vacinar” [...] contra essas formas sofisticadas de controle intelectual contidas na minha história intrapsíquica. Foram anos de dúvidas e de insegurança intelectual; porém a luz que emerge do caos tem uma beleza e claridade ímpar (p. 53);
- (78) o exercício da procura do caos intelectual é um procedimento de pesquisa e, mais do que isso, é uma postura intelectual aberta que destrói nossa rigidez e nos coloca como um eterno aprendiz na ciência e na trajetória existencial. Grande parte dos cientistas que, com o passar do tempo, deixam de exercitar, ainda que inconscientemente, a busca do caos intelectual, bem como a arte da pergunta, da dúvida e da crítica, se tornam estéreis (p. 61);
- (79) provavelmente, muitos cientistas, intelectuais, pensadores, psicoterapeutas, executivos e qualquer tipo de pessoa que realiza algum tipo de trabalho intelectual, contaminam e reduzem excessivamente sua produção de conhecimento com as teorias que utilizam, principalmente com a teoria histórica (p. 63);
- (80) procurei fazer continuamente, ao longo dos anos, um questionamento sistemático dos conceitos contidos na minha história intrapsíquica. Procurei também exercitar uma postura continuamente aberta no processo de observação e interpretação dos fenômenos que participam e co-interferem para gerar os processos de construção da inteligência [...]. Se os educadores, os promotores, os juizes de direito, os psicoterapeutas, os médicos e os cientistas aprenderem a ter uma postura aberta no processo de observação e interpretação, certamente darão um salto qualitativo e quantitativo em suas produções de conhecimento (p. 65);
- (81) a luz que emerge do caos é reveladora (p. 127);

A busca do caos intelectual, ou o encontro do sujeito com sua interioridade, com sua *história intrapsíquica*, em (75), (77), (78), (80), associada à idéia de origem (criação), *vida fetal*, em (75), insere-se em outros discursos construídos em diferentes momentos na história. O discurso sobre a criação do mundo (discurso mitológico), por exemplo, que via no caos um

“estado de completa desordem anterior à formação do mundo e a partir do qual [gerou] tal formação”, discurso de que o cristianismo apropriou-se mais tarde; o discurso cartesiano que concebera o caos como “o estado original da matéria de que se originaram depois os mundos” (ABBAGNANO, 1982, p. 109). Essa tentativa de encontro à identidade originária, universal, dada *a priori*, (re)configura novamente o discurso essencialista – o de que “todo homem é bom, a sociedade é que o corrompe”. Efeitos produzidos pela materialidade dos enunciados “vacinas” e “antídotos” *contra os autoritarismos das idéias e as ditaduras dos discursos teóricos e contra essas formas sofisticadas de controle intelectual contidas na minha história intrapsíquica*, em (76) e em (77), respectivamente.

A ordem existente no caos, na *TMC*, em sua essência, é perfeita, pura, límpida, posto que *a luz que [dele] emerge tem uma beleza e claridade ímpar* (77) e é também *reveladora* (81), enunciados que se fiam e se firmam nos discursos de auto-estima encontrados na literatura de auto-ajuda, cujos ensinamentos visam a levar o sujeito a acreditar em si mesmo, reordenando suas próprias condutas, ou, a *enxergar o mundo [...] apenas [e] de acordo com o [seu] mundo* (77), enunciados que possibilitam a produção de efeitos de auto-suficiência nesse discurso. E é com esses efeitos que o enunciador, *vacinado, descontaminado da imposição do conhecimento exteriorizante* (76) irá ensinar maneiras para se domesticar o caos, o “eu”, ou “consciência de si mesmo”, conduzindo a(s) subjetividade(s) a sua única, exclusiva e verdadeira identidade. Estratégias que visam a amparar e a certificar o sujeito de quem ele é (*quem somos*) e em que lugar ele está (*onde estamos*).

- (82) o homem é um engenheiro espontâneo de idéias. Ele não apenas produz idéias porque o “eu” determina que ele deva produzir idéias, mas porque o seu campo psíquico de energia psíquica [o caos] se encontra num fluxo vital contínuo e inevitável de organização, desorganização e reorganização essencial (p. 215-216);
- (83) quem somos? É difícil de responder. Somos vítimas e, ao mesmo tempo, agentes modificadores de nossa história psicossocial. Somos os tijolos e a argamassa provenientes da carga genética e do processo socioeducacional e, ao mesmo tempo, somos os construtores da arquitetura intelectual ou, então, meros assistentes dos fenômenos intrapsíquicos que se encontram num fluxo vital contínuo e inevitável. Quem somos? Somos vítimas, agentes modificadores, espectadores passivos, atores principais, atores coadjuvantes, diretores e autores do *script* de nossas histórias intrapsíquicas e psicossociais. Da qualidade do exercício dessas funções dependerá a qualidade da personalidade que teremos, a qualidade de nossa sanidade psicossocial, a qualidade de nossas produções intelectuais, a qualidade de nossas relações sociais, do nosso humanismo e cidadania, a qualidade de nossas capacidades de trabalhar dores,

perdas e frustrações existenciais e as possíveis doenças psíquicas, psicossomáticas e psicossociais que teremos (p. 224);

É no movimento que o “eu” faz, alojado na marca enunciativa “nós”, em (83), que se instauram efeitos de certeza do que os sujeitos são (efeitos identitários): *agentes modificadores de nossa [sua] história psicossocial*. Ainda nesse mesmo recorte, os lexemas *tijolos, argamassa, construtores e arquitetura*, buscados no campo da engenharia, retomam os efeitos instaurados pelo enunciado *engenheiro das idéias*, em (82). *Espectadores, atores principais e coadjuvantes, diretores, autores, script* (83), lexemas próprios do universo teatral, fundam um outro enunciado visando à “captura” e condução da(s) subjetividade: “você é um palco iluminado ou um palco sem luz?” A oposição luz/trevas, aqui produzida, provoca outros contornos no discurso e um novo movimento: claridade, esclarecimento, brilho, para a luz, em oposição à escuridão, erro, cegueira, para trevas. Luz, claridade necessária para se chegar ao conhecimento; trevas, escuridão que leva à ignorância. Novamente o discurso religioso aparece para sustentar esses efeitos de sentido na *TMC*.

E, se o conhecimento encontra-se com o enunciador-cientista, cabe a ele acender as luzes do palco até então apagado. Iluminado pelo saber da ciência, esse enunciador detecta os males (doenças) que acometem os sujeitos na contemporaneidade. É com esse discurso de saber que o sujeito enunciador, ocupando as posições de cientista, de médico, de psiquiatra e de psicoterapeuta, irá conduzir as subjetividades, prescrevendo, para isso, condutas que se quer sejam adequadas para que o sujeito possa curar-se de quaisquer males pelos quais esteja passando. Pela articulação dessas várias posições e pelas movências da função-sujeito de uma posição para outra, efeitos de confiabilidade e de credibilidade são produzidos nesse discurso. Estratégias discursivas que visam a conduzir os sujeitos pelo saber e pelo poder engendrados em todas essas posições-sujeito assumidas pelo enunciador do discurso.

3.4. Auto-ajuda: o sujeito contemporâneo na mira da *TMC*

O mundo “moderno” está sob o paradigma da “massificação” das informações, da cultura e do pensamento (ou das idéias) “psicologizante” – o “consumismo é a ‘droga coletiva’ [de que se serve o homem] e os modelos socioculturais engessam cada vez mais a

inteligência humana”⁴²; o homem “moderno”, em razão da “massificação” e do “engessamento”, está doente, acometido pelo “pior dos males: a perda generalizada do sentido psicossocial de espécie”⁴³. A partir desses dois postulados, é definida, no discurso da *TMC*, a condição humana no momento contemporâneo: “o homem está condenado a ser solitário de si mesmo” – alienado pelo mundo exterior, o sujeito encontra-se separado de si mesmo e por isso não mais se reconhece (não consegue enxergar a sua verdadeira identidade), efeitos de sentido produzidos pelos enunciados acionados e confirmados nos fragmentos que se seguem:

- (84) vivemos num mundo onde o pensamento está massificado, o consumismo se tornou uma droga coletiva, a paranóia da estética controla o comportamento, as cotações do dólar e das ações nas bolsas de valores ocupam excessivamente o palco de nossa mente. Um mundo onde as pessoas buscam o prazer imediato, têm pouco interesse em repensar sua maneira de ver a vida e reagir ao mundo e principalmente em investigar os mistérios que norteiam a sua capacidade de pensar (p. 14);
- (85) o homem moderno, em detrimento dos avanços da ciência e da tecnicidade, vive a mais angustiante e paradoxal de todas as solidões psicossociais, expressa pelo abandono de si mesmo na trajetória existencial. A pior solidão é aquela em que nós mesmos nos abandonamos, e não aquela em que nos sentimos abandonados pelo mundo [...] o homem [que] não se repensa, não se questiona, não se recicla, não se reorganiza [...] abandona a si mesmo (p. 18);

A recorrência à anáfora, no enunciado *o homem [que] não se repensa, não se questiona, não se recicla, não se reorganiza*, em (85), é uma estratégia discursiva cuja finalidade é levar o(s) sujeito(s) a repensar sua própria existência. O discurso do autoconhecimento funciona, aqui, da seguinte maneira: a certeza absoluta de quem se é demanda retirar tudo aquilo que é falso e que, por conseguinte, impede que cada sujeito alcance a verdade de si mesmo. *Consumismo, paranóia da estética, ações nas bolsas de valores, prazer imediato*, em (84), são colocados como mecanismos oferecidos pela modernidade a fim de prender o(s) sujeito(s) à exterioridade, impedindo-os de se interiorizarem. Com esses efeitos de saber, o sujeito enunciadador conjectura duas doenças que

⁴² Afirmação encontrada em toda a obra e, por vezes, acionada mais de uma vez numa mesma página (conferir, em especial, página 14).

⁴³ Como ocorre com a afirmação anterior, esse enunciado é também repetido em toda a obra, especialmente nas páginas 14, 19, 20, 230, 302 e 330.

acometem a humanidade no momento contemporâneo: a “Síndrome da Exteriorização Existencial” e o “Mal do *logos* estéril”.

- (86) a Síndrome da Exteriorização Existencial é uma doença psicossocial epidêmica nas sociedades modernas. Ela se expressa pela dificuldade crônica de interiorização, ou seja, de aprender a se questionar, a se repensar, de assumir as fragilidades, de trabalhar seus estímulos estressantes e suas reações emocionais; de usar os erros e as frustrações como alicerces para desenvolver a maturidade da inteligência; de se colocar como aprendiz no processo existencial; de aprender a se colocar no lugar do outro e a exercer a cidadania e o humanismo nas relações sociais (p. 309);
- (87) o mal do *logos* estéril é uma doença intelectual e até psicossocial causada pelo próprio processo educacional [...]. Há vários níveis dessa doença, e, quanto mais grave ela for, mais as pessoas acometidas por ela se tornam manipuláveis, influenciáveis, meras retransmissoras do conhecimento, estéreis de idéias. Essas pessoas incorporam o conhecimento como se fosse verdade absoluta, inquestionável; por isso, ao mesmo tempo que são manipuláveis, elas se tornam autoritárias. Os dramáticos erros cometidos na história pelo uso radical de ideologias políticas, econômicas, misticistas, raciais, foram produzidos por portadores dessa doença. O “mal do *logos* estéril” aborta a formação de pensadores. Algumas dessas pessoas até têm grande cultura, escolaridade e eloquência dialética, mas não conseguem usar sua cultura para expandir o mundo das idéias, para exercer a cidadania e o humanismo, para ser um democrata das idéias, para trabalhar suas perdas e estímulos estressantes e para viver com dignidade nos seus invernos existenciais (p. 313-314);

A partir do conjunto de sintomas construído nesse discurso – *dificuldade crônica de interiorização*; [dificuldade] *de aprender a se questionar, a se repensar*, [a] *se colocar no lugar do outro*, em (86); [dificuldade] *para exercer a cidadania e o humanismo, para ser um democrata das idéias*, em (87), as subjetividades são conduzidas mediante questões como “saber quem se é”, “como” e “onde” se está e que são respondidas por meio dos efeitos de sentido produzidos na materialidade desses enunciados recortados, em (86,87), da seguinte maneira: “quem sou?” – um alienado psíquico-socialmente; “como estou” – gravemente doente; “onde estou” – em um mundo contaminado por modelos esteriotipantes.

Para salvar o(s) sujeito(s) desse contexto assujeitante, o enunciador revela o segredo que poderá por fim ou fazer evoluir as doenças previstas: conhecer os princípios da *TMC* e aplicá-los corretamente. Na esteira desses sentidos produzidos, são indicadas cinquenta tipos de condutas, transcritas aqui no recorte em (88) e na mesma ordem disposta na *TMC*, às páginas 325-8:

(88)

1 – procurar conhecer as origens da inteligência, seus limites, alcance, práxis;

2 – ter consciência de que pensar é um processo inevitável e impossível de ser interrompido, apenas direcionado. Saber que o mundo das idéias é a maior fonte de entretenimento natural do homem, todavia ela pode se transformar na maior fonte de terror emocional. Portanto, é imperativo aprender a administrar o fenômeno do autofluxo e não permitir que ele gere idéias fixas de conteúdo negativo;

3 – aprender a pensar multifocalmente com liberdade e consciência crítica. Reciclar o fenômeno da psicoadaptação, objetivando romper a mesmice das idéias e libertar a criatividade;

4 – aprender a gerenciar os pensamentos e emoções. Resgatar a liderança do eu nos focos de tensão psicossocial;

5 – aprender a pensar antes de reagir. Respeitar a sua própria inteligência e a inteligência do outro. Não permitir que o fenômeno da autochegagem feche o território da leitura da memória;

6 – desenvolver a arte da pergunta, ter consciência da ditadura da resposta e de que cada resposta é o começo de novas perguntas;

7 – desenvolver a arte da dúvida e a utilizar como princípio da sabedoria: duvidar de si mesmo, dos seus paradigmas socioculturais, de sua rigidez intelectual e das convenções do conhecimento;

8 – desenvolver a arte da crítica. Criticar com liberdade a si mesmo e ao mundo que o circunda. Usar a arte da pergunta e da dúvida como trilhos da arte da crítica;

9 – aprender a se proteger emocionalmente filtrando os estímulos estressantes e trabalhando as contrariedades existenciais;

10 – executar o trabalho intelectual como um empreendedor criativo, dinâmico, flexível, seguro;

11 – ter prazer nos desafios intelectuais, sociais e profissionais. Não permitir que o medo trave a capacidade de pensar, impeça a leitura ampla da memória;

12 – aprender primeiramente a ser um líder de si mesmo para depois liderar a outros;

13 – estabelecer metas existenciais, intelectuais e socioprofissionais;

14 – procurar conquistar a disciplina, a paciência e a perseverança como jóias preciosas da inteligência para atingir suas metas;

- 15 – analisar as variáveis para atingir seus objetivos e procurar prever as intempéries e os obstáculos que surgirão;
- 16 – trabalhar as dores, perdas, frustrações e utilizá-las como alicerces da maturidade da inteligência;
- 17 – reconhecer e repensar com inteligência e dignidade as fragilidades, os erros, os fracassos e as limitações. Ter consciência de que um sábio não é aquele que nunca erra e fracassa, mas aquele que amadurece diante deles;
- 18 – refletir sobre a temporalidade e fragilidade da vida humana e procurar dar um sentido mais nobre para a existência;
- 19 – desenvolver a arte da contemplação do belo não apenas diante dos grandes eventos da existência, mas principalmente diante dos pequenos estímulos da rotina diária;
- 20 – no binômio entre o “ter” e o “ser”, optar pelo “ser” sem abandonar o “ter”;
- 21 – conseguir distinguir os princípios da “matemática da emoção” dos princípios da matemática financeira; “ter não é premissa fundamental para ser”, é possível ter pouco e até ser pobre, e ao mesmo tempo, ser um poeta da existência;
- 22 – ser um amante da honestidade intelectual: Criticar a simulação e a omissão. Ser fiel ao seu pensamento;
- 23 – vacinar-se contra a paranóia de ser o número 1 e contra a competição selvagem, desumanística e desinteligente. Assumir sua condição psicossocial com dignidade e procurar expandir suas possibilidades intelectuais;
- 24 – valorizar as relações sociais e procurar ser um agente social, mas não gravitar em torno do que os outros pensam de nós;
- 25 – aprender a se colocar no lugar do outro e perceber suas dores e necessidades psicossociais;
- 26 – aprender a se doar psicossocialmente sem esperar a contrapartida do retorno;
- 27 – aprender a expor e não impor as idéias. Ter consciência de que um verdadeiro líder expõe suas idéias, pois sua força está na sua inteligência, mas uma pessoa autoritária as impõe, pois sua força está nas mais diversas formas de agressividade;
- 28 – aprender a apreciar a inteligência do outro e procurar estimulá-la, provocá-la, promovê-la;
- 29 – procurar realizar o debate de idéias com as pessoas circundantes (alunos, funcionários, amigos, familiares) procurando compreender o alcance de suas idéias, respeitá-las e utilizá-las;
- 30 – aprender a arte de ouvir. Ouvir aberta e despreconceituosamente o outro e não ouvir apenas o que se quer ouvir;

- 31 – valorizar o processo de construção de um produto (conhecimento, obra de arte, produto industrial, meta profissional) tanto ou mais do que o próprio produto;
- 32 – procurar conhecer e desenvolver o humanismo a partir do processo de construção de pensamentos, das origens da inteligência;
- 33 – procurar conhecer a democracia das idéias e seus amplos aspectos psicossociais. Aprender a respeitar a cultura do “outro” e a apreciar a diversidade de pensamentos;
- 34 – ter consciência de que tanto as mais diversas formas de discriminação quanto a supervalorização de uma pequena minoria de intelectuais, líderes sociopolíticos, artistas, etc., são procedimentos desinteligentes e desumanísticos, são faces opostas da mesma doença da interpretação;
- 35 – ter uma visão multifocal da espécie humana e da teoria da igualdade a partir do conceito do humanismo e da democracia das idéias;
- 36 – expandir o mundo das idéias através do uso das artes da inteligência (a arte da pergunta, dúvida, crítica, observação, análise multifocal) e o caos intelectual. Usar o caos intelectual tanto para evitar as contaminações do processo de interpretação como para expandir as possibilidades de construção do conhecimento;
- 37 – vacinar-se contra o autoritarismo das idéias e a ditadura do discurso teórico produzidos conscientemente pelo “eu”, pois eles engessam a inteligência, esgotam as possibilidades do conhecimento e estabelecem a ditadura da verdade na Psicologia, na Filosofia, nas Ciências Naturais, na Política, na Economia, etc. ter consciência de que a verdade científica e sociopolítica é inesgotável e inalcançável;
- 38 – vacinar-se contra os três tipos de ditadura inconscientes ocorridas nos bastidores da construção de pensamento: a ditadura do preconceito, a ditadura da emoção e a ditadura do deslocamento dos territórios de leitura da memória;
- 39 - ter consciência básica de que o Homo sapiens é um Homo interpres micro e macrodistinto de cada momento existencial e de algumas variáveis que participam do processo de interpretação;
- 40 – aprender a gerenciar com maturidade a inevitável transformação da energia emocional e a incontida revolução da construção dos pensamentos;
- 41 – produzir um clima de cooperação no ambiente social e socioprofissional através da práxis, do humanismo e da expressão das artes da inteligência e não através da pressão social ou da imposição das metas e das idéias;
- 42 – ser capaz de fazer com que as pessoas que o circundam penetrem em seus sonhos e seus projetos intelectuais e socioprofissionais, motivando-as a se engajarem neles;

43 – ter mais prazer no trabalho em grupo, na cooperação social e no exercício da cidadania do que na busca da notoriedade e do estrelismo individual;

44 – aprender a se colocar como um “eterno” aprendiz na “curta” trajetória existencial humana. Vacinar-se contra a síndrome da exteriorização existencial, contra ser um passante existencial, alguém que transita pela vida sem criar raízes dentro de si mesmo;

45 – aprender a falar não apenas do mundo extrapsíquico, mas também a falar de si mesmo e trocar experiências existenciais;

46 – balizar com sabedoria tanto a segurança em suas atividades sociais como a arte da dúvida e da crítica direcionada aos fundamentos dessa segurança;

47 – aprender a trabalhar o caos emocional e social e usá-los para expandir as possibilidades de construção psicossocial;

48 – ser um poeta existencial, um garimpeiro de idéias, que procura intensamente o enriquecimento intelectual;

49 – ter consciência de que qualquer pessoa sabe viver bem nas primaveras da vida (os sucessos, os apoios, as condições psicossociais favoráveis), mas só os sábios aprendem a conquistar a dignidade e a sabedoria em seus invernos existenciais (as perdas, os fracassos, os recuos, as contrariedades, as dores psicossociais);

50 – procurar ser um engenheiro de idéias que atua com consciência crítica, como agente construtor da sua história intrapsíquica (personalidade) e social. Um engenheiro de idéias que procura desenvolver as características mais nobres da inteligência.

Nas condutas que se prescrevem, atualizadas nos enunciados recortados (de 1 a 50), em (88), constatamos a reinscrição de enunciados pertencentes ao universo da auto-ajuda funcionando no discurso da *TMC*, por exemplo, *conhecer a si mesmo* (em 1, 21, 39, 40); *pensar positivamente* (em 2); *ser autocrítico, auto-reflexivo* (em 6, 7, 8, 36, 46); *ser líder de si mesmo para liderar os outros* (em 12, 27, 28, 29, 42, 47); *ser livre e criativo* (em 3, 10, 11, 50); *pensar antes de reagir* (5); *ser fiel a si mesmo* (em 22, 24, 37, 38, 41, 44); *estabelecer projetos de vida* (em 13, 14, 15); *aprender a lidar com as dores, com os erros, perdas e frustrações* (em 9, 16, 17, 49); *contemplar o belo* (em 19, 31, 48); *colocar-se sempre no lugar do outro, ajudando sem nada pedir em troca* (em 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 43, 45). Essas questões justificam a afirmação que já fizemos anteriormente nesta pesquisa: a de que os três direcionamentos temáticos encontrados no universo da literatura de auto-ajuda – prática do *pensamento positivo*, *condutas morais* e *relações interpessoais*, constatados por

Rüdiger (1996) – engendram o discurso da *Teoria Multifocal do Conhecimento* (cf. p. 16-17 deste trabalho).

Disciplinado pelas regras e condutas prescritas nesse discurso, o sujeito contemporâneo será capaz, promete o enunciador, de sair da sua atual condição e passar para uma outra, ou, passar de um saber e de um viver a outro: de alienado psíquico-socialmente (“eu sou”) para um “engenheiro de idéias” (“eu serei”); da doença (“como estou”) para a cura (“como estarei”); do mundo contaminado (“onde estou”) para o mundo puro, verdadeiro, (“onde estarei”). Os sujeitos são, assim, (re)organizados no seu tempo e no seu espaço. Como efeitos identitários, têm-se o sujeito da racionalidade, da criatividade, da auto-suficiência, do autodomínio, da liderança, aquele capaz de alcançar a unidade e o sucesso sobre si mesmo. A racionalização e o planejamento diários dos atos dos sujeitos, herança legada do iluminismo, surgem, aqui, para fazer a manutenção de efeitos de eficiência desse discurso de auto-ajuda.

- (89) independentemente de sua idade, personalidade e transtornos psíquicos, [o homem] pode e tem o direito de se tornar um engenheiro de idéias que constrói e reconstrói a sua história psicossocial. Ao aplicar os princípios psicoterapêuticos derivados do processo de construção da inteligência, estimulamos o resgate da liderança do eu e fazemos com que os pacientes deixem de ser espectadores passivos de misérias psíquicas e passem a ser agentes modificadores de sua personalidade. Onde a psiquiatria clássica não consegue pisar os procedimentos psicoterapêuticos multifocais pode, em diversos casos, alcançar (p. 42-43);
- (90) é preciso compreender os fenômenos que estão na base do funcionamento da mente pra enxergarmos por que nos tornamos gigantes na ciência e na tecnologia, mas pequenos no desenvolvimento das funções mais altruístas da inteligência, tais como a tolerância, a solidariedade, a capacidade de pensar antes de reagir, de expor e não impor as idéias (p. 100);
- (91) a grandeza de um homem não está no quanto ele possui de poder e *status* sócioeconômico-político, mas no quanto ele se interioriza, se investiga, tem consciência de suas limitações e desenvolve seu humanismo (p. 106);

O sujeito, gerado por esse discurso, é aquele capaz de dar conta de si mesmo, de romper com as estruturas apresentadas como repressoras. A regularidade do enunciado “conheça-te a ti mesmo”, sempre sustentando esse discurso, produz o sujeito autodisciplinador, vigilante de si mesmo, capaz de voltar-se para sua própria interioridade para buscar nela sua verdadeira identidade.

Autoconhecimento, autodomínio, auto-suficiência, autodeterminação, autodidatismo, auto-análise, autoterapia, autobiografia surgem como condições para a autenticidade identitária e como instrumentais para que os sujeitos possam se auto-ajudar. Esses mecanismos contribuem para firmar um discurso centrado exclusivamente no indivíduo, um discurso, por excelência, meritocrático.

Mais do que em qualquer outro discurso de auto-ajuda, “o que fazer”, “como agir” e “quem se é” são questões que, colocadas na *TMC*, adquirem efeitos iludentes, posto que vinculadas a uma prática que afirma haver uma verdade a “ser dita” e a “ser vista”, esperando apenas que o saber do cientista a revele. As potencialidades dos sujeitos ficam, assim, encarceradas a um saber apresentado como único, verdadeiro, inquestionável. E isso é mais do que simplesmente conhecer a si mesmo, é conhecer-se sabendo o que já se é, desde e sempre, à luz de um discurso que traz, em sua constituição, a promessa de libertar a verdadeira identidade da falsa identidade (libertar o verdadeiro “eu” do falso “eu”).

Opondo-se à idéia de que existe um lugar onde a verdade está escondida, esperando apenas que seja iluminada para ressurgir, Foucault (1977) afirma que a verdade só pode ser localizada historicamente. Por exemplo, geograficamente ela pode ser encontrada em Delfos – na voz que vinha do oráculo; no retiro do antigo monarquismo – a palavra estava com o rei; no magistério, na voz do professor, e em assembleias de fiéis – a palavra vinha de Deus. Cronologicamente, em tempos de doenças, a verdade vinha por meio do diagnóstico médico – a verdade residia “no pensamento e na prática médicas, a crise era ao mesmo tempo momento fatal, efeito de um ritual e ocasião estratégica” (FOUCAULT, 1977, p. 10).

A verdade, porém, não se encontra apenas com esses intermediários (o mito, o rei, o professor, Deus), mas também, e de modo diverso, no direito – a “prova judiciária também era uma ocasião de se manipular a produção da verdade” (FOUCAULT, 1977, p. 10). Aqui, a verdade emerge por meio de um determinado ritual que confere ao vencedor a vitória.

A verdade é produzida por meio de táticas e estratégias e por isso não pode ser “constatada”, mas “suscitada”. Ela é, segundo ainda Foucault, uma “invenção” localizada espaço-temporalmente e produzida por diferentes práticas, como por exemplo, a medicina, a psiquiatria, a economia, etc.

Se existe uma geografia da verdade, esta é a dos espaços onde reside, e não simplesmente a dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la. Sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem chegar como um acontecimento, e não a dos momentos que devem ser aproveitados para percebê-la, como por entre duas nuvens. (FOUCAULT, 1977, p. 9)

Na obra *O poder psiquiátrico* (FOUCAULT, 2006), resultado das aulas ministradas no final de 1973 e início de 1974⁴⁴, o autor remonta a história da genealogia da psiquiatria, focando seu olhar nas táticas de poder e de saber que a constituíram a partir dos relatos sobre o tratamento da loucura nas instituições asilares. A preocupação de Michel Foucault, no entanto, não recai sobre a instituição “asilo” em si e por si, mas nos “dispositivos disciplinares” (“dispositivos de saber” e “técnicas de poder”) que organizam todo um discurso que vai sendo construído e imposto sobre a loucura; a preocupação do autor é mostrar os diferentes modos utilizados para estabelecer um diagnóstico a partir das várias e diversificadas estratégias terapêuticas.

É o bastante lembrar que temos constituído no discurso da *TMC* o discurso médico sobre a alienação – “o homem alienado” é aquele que não reconhece sua verdadeira identidade, pois ele está segregado a sua própria miserabilidade psíquica (“miserabilidade existencial”). A alienação, nos estudos foucaultianos, é tomada como “certo sintoma” que culmina “num certo tipo de loucura”. Eis que essas reflexões tornam-se bastante produtivas neste momento uma vez que possibilitam compreender o discurso da *TMC* enquanto uma prática de subjetivação. Mais ainda, constatar que esse discurso da *TMC*, embora afirme constantemente sua originalidade fundadora, insere-se, sempre, nos discursos construídos em diferentes momentos da história. E, em especial, neste item, no discurso médico da psiquiatria, (re)utilizando estratégias de terapia conhecidas historicamente, por exemplo, a prática autobiográfica.

Isto posto, e retomando as reflexões de Michel Foucault, é no interior da prática psiquiátrica que o autor irá analisar as estratégias de poder que atravessam os enunciados apresentados como verdadeiros (“legítimos”); as ações que emergem dessas estratégias e as forças de enfrentamento (“resistências”, “lutas”) que se desenvolvem nessa prática.

A psiquiatria clássica, compreendida no período que vai de 1850 a 1930, funcionou, segundo Foucault (2006a, p. 49), a partir de um discurso apresentado como verdadeiro e dele criar a necessidade de uma instituição e de um poder que estaria centrado no médico, ou, a

⁴⁴ Transcrição do curso ministrado por Michel Foucault no Collège de France entre o dia 7 de novembro de 1973 e o dia 6 de fevereiro de 1974. Nesta obra, e de acordo com Caponi (2005, p. 81-82), o autor tem por preocupação verificar como se “estabelecem e circulam as relações de poder dentro [do] espaço médico que é a psiquiatria, observando os discursos”; perspectiva que é, ainda segundo a autora, diferente da adotada na *História da Loucura na Época Clássica*, cuja preocupação foi analisar a loucura do “ponto de vista das representações sociais”, ou, “as imagens que se construíram em torno da loucura”, tomando por base as instituições e a violência que a circundavam.

partir do diagnóstico do médico criavam-se instituições psiquiátricas. O tipo de poder aqui encontrado ia do médico à instituição.

De 1930 a 1940, houve uma mudança nessa relação: era a partir da instituição que se denunciava o poder do médico e a “suposta verdade de seu discurso”. As relações eram, então, da instituição para o profissional (2006a p. 49-50).

Todavia, e embora as relações não fossem as mesmas, nas duas épocas estavam, de forma direta e/ou indiretamente, presentes dois tipos de poder: o da soberania (mais presente na primeira época), e o da disciplina (mais visível na segunda época). O primeiro, constata o autor, não estava centrado na pessoa do psiquiatra enquanto indivíduo concreto, empírico, mas no que Foucault chama de “função-sujeito” – função que “não se prende a uma singularidade somática, mas circula acima ou abaixo das singularidades somáticas” (FOUCAULT, 2006a, p. 68-69); o segundo poder, o disciplinar, representa um tipo de poder que tende a apropriar-se, exaustivamente, “do corpo, do tempo, dos gestos, do comportamento” do indivíduo, o que implica controle total sobre aqueles nos quais ele incide. Esse poder, cuja visibilidade é absoluta, é fundado, sobretudo, afirma o autor, no mesmo princípio do *panopticismo* – “ver tudo, o tempo todo, todo o mundo, etc.” O que assegura a disciplina é o exercício que, por sua vez, faz o hábito, o “condicionamento”. Implica, nesse tipo de relação de poder, o controle permanente por meio do olhar do outro, ou, por meio da função-sujeito, que, na disciplina, “ajusta-se às singularidades somáticas” (FOUCAULT, 2006a, p. 68-69).

A disciplina é uma tática, isto é, certa maneira de distribuir as singularidades, mas de acordo com um esquema que não é classificatório, distribuí-las espacialmente, possibilitar acumulações temporais que possam ter efetivamente, no nível da atividade produtora, eficácia máxima. (FOUCAULT, 2006b, p. 91)

Essa distribuição espacial a que o autor está fazendo referência encontra-se em toda e qualquer instituição (asilos, quartéis, escolas, hospitais, etc.), como também nela pode ser encontrada toda uma construção de discursos a respeito do homem. No dizer do autor, as instituições são o “lugar de exercício de um poder e o lugar de formação de certo saber sobre o homem” (FOUCAULT, 2006b, p. 98).

É no século XIX que a psiquiatria constitui-se como discurso científico, dando lugar a dois tipos de discurso para se assegurar com esse estatuto: o primeiro, o “discurso clínico” (ou

“classificatório”, ou “nosológico”), vem como um instrumento avaliador, descrevendo a loucura como “uma doença” a partir de sua sintomatologia, evolução, diagnósticos; o segundo visa a descrever a loucura do ponto de vista anatômico e patológico, daí ser conceituado como “discurso anatomopatológico”. É, para Foucault (2006c, p. 165), um “saber orgânico da loucura” cujo foco seria descrever a “etiologia”, as “lesões neurológicas” envolvidas numa série de doenças mentais.

Todavia, a prática psiquiátrica nunca usou esses dois tipos de discurso, alerta o autor. Eles serviam apenas como “garantias” para sua cientificidade, posto que almejavam “que a verdade lhe fosse dada de uma vez por todas e não fosse mais questionada” (FOUCAULT, 2006c, p. 166). A psiquiatria, por essas considerações, constituía e apresentava-se como uma prática médica portadora de verdade(s) inquestionável. E, se a verdade estava com essa prática, nela não poderia haver nenhum tipo de erro. Para isso, seria preciso organizar a realidade de modo tal que se pudesse fazer com que o erro fosse apresentado como verdade, “manipulando”, assim, essa realidade. O agente dessa manipulação seria, então, o médico.

Para melhor compreender essa relação, recorramos às palavras de Foucault (2006c, p. 166):

em linhas gerais, o poder psiquiátrico diz o seguinte: a questão da verdade nunca será posta entre mim e a loucura, pela simples razão de que eu, a psiquiatria, já sou uma ciência. E se tenho o direito, como ciência, de me interrogar sobre o que digo, se é verdade que posso cometer erros, como quer que seja, cabe a mim, e somente a mim, como ciência, decidir se o que digo é verdade ou corrigir o erro cometido. Sou detentora, senão da verdade em seu conteúdo, pelo menos de todos os critérios da verdade. E é nisso aliás, é porque, como saber científico, detenho assim os critério de verificação e de verdade, que posso me associar à realidade e a seu poder e impor a todos esses corpos dementes e agitados o sobrepoder que vou dar à realidade. Sou o sobrepoder da realidade na medida em que detenho por mim mesma e de maneira definitiva algo que é a verdade em relação à loucura.

E, se havia uma não-articulação desses dois tipos de discursos na prática psiquiátrica e, por isso, a questão não era o conceito “desta ou daquela doença”, continua Foucault, a questão da psiquiatria era então o jogo da verdade *versus* o jogo da mentira por meio da simulação dos sintomas. Essa “tática” foi o fracasso da psiquiatria no séc. XIX, posto que fora também “instrumento de luta diante do poder psiquiátrico” utilizados pelos doentes (FOUCAULT, 2006c, p. 167-169). Nesse percurso, o autor fala de uma “despsiquiatrização da psiquiatria” – o que fará com que essa disciplina busque não mais a doença, e sim os

“desvios”, as “anomalias”, tomando como base uma dada norma. É assim que a psiquiatria passa a visar à proteção social e à ordem por meio da “normalização” das condutas.

Uma das táticas utilizadas pelos médicos como procedimento de “disciplinarização” e “apropriação do indivíduo” era a “manobra do enunciado da verdade” – para curar o alienado, por exemplo, o médico obrigava o doente a escrever a “história de sua vida”. Os mecanismos presentes nessa manobra eram a confissão (o dizer), a vinculação do indivíduo aos episódios contados, e o fazer com que o escrevente se reconhecesse na história (vínculo e identificação entre o narrador e o narrado) – esquema biográfico que, segundo o autor, é portador da identidade no processo de cura (FOUCAULT, 2006d, p. 197-198). É por meio desses mecanismos terapêuticos que se dá o reconhecimento identitário do paciente.

O que está em jogo nessa manobra são sempre, para o autor, relações que implicam poder: o poder que vem das ações de um sujeito, o médico, sobre as ações de outro sujeito, o paciente, colocando este sempre na dependência daquele. Essa sujeição se dá no espaço da disciplina e nos discursos construídos por ela. O discurso psiquiátrico, nesse raciocínio, é aquele que “dirige” (direciona, coordena, gerencia) tanto o funcionamento do lugar, o hospital, por exemplo, quanto à conduta daqueles que ali se encontram, nesse caso, aqueles classificados como doentes.

Segundo Lagrange (2006, p. 475-476), para Michel Foucault:

a análise do dispositivo psiquiátrico se articula então em torno de três eixos: o do poder, na medida em que o psiquiatra se institui com sujeito agindo sobre outros; o eixo da verdade, na medida em que o alienado é constituído em objeto de saber; o eixo da subjetivação, já que o sujeito tem de fazer suas as normas que se impõem a ele.

O recurso da confissão, engendrado no esquema biográfico denunciado por Foucault, e que faz o poder psiquiátrico funcionar, parece compor as estratégias que conformam o discurso da *TMC* quando aciona o mecanismo da confissão na prática autobiográfica. Em outras palavras, o mecanismo da autoconfissão, largamente utilizado pela prática psiquiátrica, engendrado na prática autobiográfica do discurso da *TMC*, visa a compor o *ethos* identitário do enunciatador.

Recortemos mais um conjunto de enunciados da *TMC*:

(92) creio que o fator mais importante que impulsionou minha trajetória de pesquisa foi uma crise de depressão por que passei. Há mais de

dezessete anos, vivi silenciosamente, por cerca de dois meses, um intenso inverso emocional, a dor indescritível da depressão. A tentativa desesperadora de superar esse intenso inverno emocional me estimulou a me interiorizar (p. 29);

- (93) o humor deprimido, a ansiedade, a perda de energia biopsíquica, a insônia, a perda do sentido existencial, os pensamentos de conteúdo negativo, os pensamentos antecipatórios, associados a outros sintomas tornaram-se o cenário da minha depressão [...] Minha crise depressiva se tornou uma das mais belas e importantes ferramentas para me interiorizar e me estimular a procurar as origens dos meus pensamentos de conteúdo negativo e as origens da transformação da minha energia emocional depressiva (p. 29);
- (94) a dor da depressão, que considero o último estágio da dor humana, me conduziu a ser um pensador da Psicologia e da Filosofia. Ela me levou não apenas a repensar minha trajetória existencial e expandir minha maneira de ver a vida e reagir ao mundo, mas também me estimulou a iniciar uma pesquisa sobre o funcionamento da mente, a natureza dos pensamentos e os processos de construção da inteligência. O processo de interiorização foi uma tentativa desesperadora de tentar me explicar e de superar minha miséria emocional (p. 29);
- (95) [o processo de interiorização], no começo, foi um salto no escuro de minha mente, um mergulho no caos intelectual, que desmoronou os conceitos e paradigmas de vida. Esse mergulho interior me ajudou a reorganizar o caos emocional, a dor da minha alma. Contudo, no início, me envolvi mais num caldeirão de dúvidas do que de solução. Porém, foi um bom começo [posto que esse] meu inverno emocional gerou uma bela primavera de vida, pois estimulou-me a sair da superfície intelectual, da condição de um passageiro existencial, de alguém que passa pela vida e não cria raízes dentro de si mesmo, para alguém que conseguiu se encantar com o espetáculo da construção de pensamentos (p. 30);
- (96) não há gigantes no território da emoção. Todos passamos por períodos dolorosos. Ninguém consegue controlar todas as variáveis dentro e fora de si. Por isso, a vida humana é sinuosa, turbulenta e bela. A sabedoria de um homem não está em não errar, chorar, se angustiar e se fragilizar, mas em usar seu sofrimento como alicerce de sua maturidade (p. 30);
- (97) aproveito [...] para dizer que os diagnósticos na psiquiatria e na psicologia das doenças psíquicas, tais como depressão maior, depressão distímica, ansiedade fóbica, síndromes de pânico, neurose, transtorno obsessivo compulsivo (TOC), psicose maníaco-depressiva (PMD), esquizofrenia, a partir de uma escala sintomatológica, expressam um conhecimento extremamente contracionista, que tem uma dívida teórica imensa com os processos de construção da inteligência, que são os processos que realmente produzem as múltiplas formas de doenças psíquicas (p. 285).

Saltitando entre as várias posições-sujeito, o enunciador, encarnado pelas figuras de médico e de paciente, vai tecendo identidades, guiando a subjetividade por esse seu lugar de utopia: o discurso da *TMC*. Efeitos de autoconhecimento, apanágio da natureza humana nesse discurso de auto-ajuda, é apresentado como o caminho que conduzirá o sujeito da ignorância ao saber; do obscurantismo à claridade; do cárcere à liberdade; efeitos sustentados na inserção do ideal socrático, que via na “busca do autoconhecimento o aperfeiçoamento do ser” (GIANNETTI, 2004, p. 91). À maneira da prática alquímica, os ingredientes para se fazer ciência vão sendo revelados: *crise de depressão, superação dos invernos existenciais*, em (92); *mergulho no caos intelectual, dor da alma, caldeirão de dúvidas*, em (95). Os efeitos de verdade, nesse discurso, são configurados a partir da auto-experiência, da auto-observação do enunciador em seu processo de interiorização – *mergulho interior*, em (95). Os discursos de superação, presentes nos sentidos produzidos pelo jogo opositivo entre passado/futuro, crise/mudança, tormento/bonança, inferno/paraíso, sofrimento/júbilo, tristeza/alegria, doença/cura são elementos presentes no percurso de construção identitária no discurso da *TMC*. Os sujeitos são, assim, organizados em seu modo de ser e de agir no mundo, e as subjetividades são conduzidas às identidades que se quer constituir nessa prática discursiva que, sustentada por discursos diversos, como o da ciência, o da alquimia, o mítico, o do senso comum, para citar apenas esses, aposta na capacidade de auto-suficiência dos sujeitos. Assim funciona essa prática de auto-ajuda na atualidade: ensinar aos sujeitos o que fazer de si sob o olhar e a condução do outro.

Podemos dizer, pelas incursões feitas até aqui, que os procedimentos discursivos engendrados na conformação do discurso da *TMC* fundam-se em diversos e diferentes discursos construídos em diversos momentos da história, produzindo, assim, efeitos identitários calcados em modelos requisitados e adequados ao mercado no momento contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da etnologia à pedagogia se constata que o sucesso garantido da escritura se articula num fracasso primeiro e numa falha, como se o discurso se construísse por ser o efeito e a ocultação de uma perda que é sua condição de possibilidade, como se todas as conquistas da escritura tivessem como sentido fazer proliferar produtos que vão substituir uma voz ausente, sem jamais conseguir captá-la, colocá-la no lugar do texto, suprimi-la como estranha. (Michel de Certeau)

Pontuamos, logo no início deste trabalho, o consenso entre os vários estudos que se têm sobre a literatura de auto-ajuda em defini-la como um discurso centrado exclusivamente no indivíduo, um discurso, por excelência, meritocrático. No aporte dessa concepção, esse gênero, em seu bojo, visa a auxiliar os sujeitos na solução de seus problemas imediatos, o que faz esse discurso funcionar, na contemporaneidade, como um guia prático no direcionamento de condutas. Constatamos, ainda na introdução desta pesquisa, as diversas e diferentes diretrizes encontradas no universo da auto-ajuda e, por isso, centramos nossa opção em apenas três direcionamentos temáticos, apoiando-nos na mesma separação já feita por Rüdiger (1996), a saber: a) prática do *pensamento positivo*, b) *condutas morais* e c) *relações interpessoais*. Foram esses os direcionamentos que permitiram a delimitação do material de análise constitutivo do *corpus* desta pesquisa, delimitando pela escolha da obra *Inteligência Multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores*, do escritor Augusto Jorge Cury (1998). Optamos também, ao fazer esse recorte, em não usar outras obras publicadas pelo autor como material de observação, posto que os procedimentos teórico-metodológicos, postulados na *TMC*, fazem parte da conformação de todos os livros publicados pelo autor.

Em se tratando de uma pesquisa cuja proposta foi olhar o movimento interdiscursivo, visando a perceber nele o engendramento de mecanismos que possam refletir um saber-poder,

o respaldo teórico encontrado na Análise do Discurso francesa, a partir das contribuições dadas por Michel Foucault, e já assinaladas por Michel Pêcheux, mostrou-se bastante produtivo, uma vez que possibilitou entendermos a auto-ajuda como uma prática contemporânea construída para fazer a manutenção do mercado capitalista. Com isso, comprovamos a afirmação, encontrada no pensamento foucaultiano, de que em todas as épocas, de diferentes maneiras, o capital estará sempre fabricando subjetividades que sejam úteis a sua governabilidade.

Na análise do *corpus*, os recursos lingüístico-textuais e discursivos utilizados na conformação do discurso da *TMC* possibilitaram apreender tipos identitários construídos para atender a um modelo de sujeito requisitado na contemporaneidade. As subjetividades são, assim, conduzidas em direção a esse perfil, qual seja, auto-suficiente, reflexivo e crítico. Efeitos identitários construídos pelo atravessamento de diferentes discursos, por exemplo, conseguimos mapear o discurso científico, o pragmático, o mítico, o alquímico, dentre outros, sustentando a prática de auto-ajuda na *TMC*. Contatamos, ainda, que esse discurso não parte de um único lugar enunciativo, mas de vários: o cruzamento das diferentes posições-sujeito coloca em evidência a tentativa de encontrar uma origem identitária, de buscar justificativas para a existência e a finalidade humana – procurar saber quem se é e como se comportar sob o olhar e a condução do sujeito enunciator cientista, médico, psiquiatra, psicoterapeuta, escritor, autor. Nesse percurso, pudemos perceber o discurso da *TMC* funcionando a partir do saber, do desejo, da crença e da ação dos sujeitos, questão que nos possibilitou definir esse discurso como utilitarista. Com essa indumentária, e sob a ordem única do sucesso sobre si, é que a auto-ajuda engendrada no discurso da *TMC* almejou conduzir (a)s subjetividade(s) rumo às identidades que se idealizou constituir nessa prática discursiva. Desse modo, constatamos que, apesar de tentar valer-se de certos procedimentos científicos, o discurso da *TMC* não se configura como uma ciência. Como demonstramos, trata-se de um discurso de auto-ajuda que visa a moldar/produzir subjetividade.

Os recursos estratégicos da autobiografia e da auto-análise, presentes na *TMC*, possibilitaram a apreensão de construção de duas formas-subjetividade nesse discurso: a figura do sujeito cognoscente, voltado para a própria interioridade (*conheça-te a ti mesmo*); a figura do sujeito fragmentado, voltado para a exterioridade (*mundo exterior*). A partir desses dois mecanismos, os efeitos de verdade produzidos visaram a disciplinar os sujeitos pela vigilância constante de si mesmo (autoconhecimento), corrigindo e modificando suas condutas em direção a um comportamento homogêneo e a um modelo identitário apresentado

como único e perfeito, criando, assim, a figura do sujeito onisciente e onipotente. Figura que, insistentemente, o mercado contemporâneo quer difundir.

Na esteira dessas afirmações é que podemos, efetivamente, marcar a contribuição dos instrumentais teórico-metodológicos oferecidos pela Análise do Discurso francesa acionados por nós nesta pesquisa. A noção de Discurso como prática auxilia-nos perceber que a linguagem não é o decalque da realidade, ela não “diz” a realidade, mas, em sua relação à exterioridade, ela é histórica. É essa dimensão histórica que define o *enunciado*, elemento constitutivo central do discurso, como “dispersão de acontecimentos” e, por isso, ele só pode ser analisado a partir (e dessa) dimensão. É assim que, para a Análise do Discurso, não existe um sentido, mas efeitos de sentido construídos quando da materialidade de um enunciado. O enunciado é, pois, povoado de outros enunciados. A atualidade do enunciado “conheça-te a ti mesmo”, constitutivo de todo o discurso da *TMC*, visto em sua dimensão histórica, possibilitou que sentidos fossem produzidos a partir de sua inserção em outros discursos, como o mítico e o iluminista, por exemplo. Decorrem disso as movências de sentido que pudemos perceber quando de nossas análises no material escolhido como *corpus*. Outra categoria acionada, a *função-sujeito*, permitiu perceber que, no momento em que essa função fora ocupada pelo médico, efeitos de verdade foram construídos, uma vez que o médico fala de um lugar institucionalmente marcado com poder de verdade. Reforçamos, com isso, e uma vez mais, a contribuição das idéias foucaultianas mobilizadas neste trabalho, ou, a fertilidade da “caixa de ferramentas” de Foucault, como tão bem expressou a professora Gregolin quando do exame de nossa qualificação, na condução da pesquisa que aqui propusemos fazer. Por conseguinte, a prática de auto-ajuda passa a ser compreendida como um “dispositivo de produção de subjetividades”, portanto, constituída de saber-poder. Essa é, cremos, a contribuição de nosso trabalho para os estudos sobre a literatura de auto-ajuda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Do corpus

CURY, Augusto Jorge. **Inteligência Multifocal**: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores. São Paulo: Cultrix, 10ª. ed. (revista e ampliada), 1998, 336p.

Obras ligadas ao *corpus* da pesquisa

CURY, Augusto Jorge. **O Mestre da sensibilidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

_____. **Treinando a emoção para ser feliz**. São Paulo: Academia de Inteligência, 2001.

_____. **O Mestre da vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

_____. **Você é insubstituível**: esse livro revela a sua biografia. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

_____. **O Mestre do amor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

_____. **Revolucione sua qualidade de vida**: navegando nas águas da emoção. Rio de Janeiro: Sextante, 9ª. ed. 2002.

_____. **Escola da Vida**: Harry Potter no mundo real. Rio de Janeiro: Sextante 2002.

_____. **Superando os Cárceres da Emoção**. Rio de Janeiro: Sextante 2002.

_____. **Dez Leis para ser feliz**: ferramentas para se apaixonar pela vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. **O Mestre inesquecível**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. **12 semanas para mudar uma vida**. São Paulo: Academia de Inteligência, 2004.

- ____. **Seja líder de si mesmo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- ____. **Nunca desista de seus sonhos.** Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- ____. **O futuro da humanidade: saga de um pensador.** Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- ____. **A ditadura da beleza e a revolução das mulheres.** Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- ____. **Filhos Brilhantes, Alunos Fascinantes.** São Paulo: Academia de Inteligência, 2006.
- ____. **Os segredos do Pai-Nosso.** São Paulo: Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- ____. **O Mestre dos Mestres: Jesus, o maior educador da história.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- ____. **Maria, a maior educadora da história.** Rio de Janeiro: Sextante, 2007.

Geral

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** Trad. Alfredo Bosi *et al.* São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. *In: GROS, Frédéric et al. (orgs.). Foucault: a coragem da verdade.* Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 39-62.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In: ACHARD, Pierre. et al. O papel da memória.* Campinas: Pontes, p. 11-17, 1999, p. 11-17.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. O pensador de todas as solidões. *In: Revista Educação*, 3, (Foucault pensa a Educação), p. 6-15, 2006.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BACHELARD, Gaston. A atualidade da história das ciências. *In: Revista Tempo Brasileiro*, 28, p. 22-26, 1972a, p. 22-26.

_____. Conhecimento comum e conhecimento científico. *In: Tempo Brasileiro*, 28, 1972b, p. 27-46.

BARTHES, Roland. A morte do autor. *In: _____*. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, p. 49-53, 1988, p. 49-53.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, Vol. 3.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BIRMAN, Daniela. **Escrita e simulacro**: sobre a literatura em Foucault. Rio de Janeiro, 1999 (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999, 131p).

BORZILLO, Givaldo César. **O estudo da motivação de auto-ajuda no mundo do trabalho. Estudo de caso**: o discurso motivador de Roberto Shinyashiki. Araraquara, 2001. (dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2001, 110p.).

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. *In: NOVAES, Adauto et al.* **O olhar**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1988, p. 65-87.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs).* **Usos e abusos da história oral**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 183-191.

BRUNELLI, Ana Flora. Auto-Ajuda. *In: Revista Alfa* 47(2). São Paulo, p. 117-137, 2003.

CANGILHEM, Georges. O objeto da história das ciências. *In: Revista Tempo Brasileiro*, 28, 1972a, p. 7-21.

_____. Sobre uma epistemologia concordatária. *In: Revista Tempo Brasileiro*, 28, p. 47-56, 1972b.

CAPONI, Sandra. Da história da loucura na época clássica ao poder psiquiátrico. *In: FALCÃO, Luís Felipe; SOUZA, Pedro de. (orgs). Michel Foucault: perspectivas.* Rio de Janeiro: Achiamé, 2005, p. 81-95.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2004. (vol. 1).

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar.** Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2003. (vol. 2).

CHAGAS, Arnaldo Toni Sousa das. **A ilusão no discurso da auto-ajuda e o sintoma social.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

_____. **O sujeito imaginário no discurso de auto-ajuda.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

CHARTIER, Roger. O poder, o sujeito, a verdade: Foucault leitor de Foucault. *In: _____. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes.* Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 181-198.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. *In: CARDOSO, Sérgio et al. Os sentidos da paixão.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35-75.

_____. Janela da alma, espelho do mundo. *In: NOVAES, Adauto et al. O olhar.* São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1988, p. 31-63.

COELHO, Braz José. **Linguagem: conceitos básicos.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

CORACINI, Maria José R. Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência.** Campinas: Pontes, 2007a.

_____. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade.** Campinas: Mercado de Letras, 2007b.

CORTINA, Arnaldo. **Leitor contemporâneo**: os livros mais vendidos no Brasil de 1966 a 2004. Araraquara, 2006 (tese de livre docência, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2006, 252p.).

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999, p. 15-22.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DOSSE, François. Michel Foucault, estruturalismo e pós-estruturalismo. *In*: _____. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 195-253.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

_____. **A noção de Enunciado em Foucault e sua Atualidade na Análise do Discurso**. 2007, (inédito).

FERNANDES JR, Antônio. **Os entre-lugares do sujeito e da escritura em Arnaldo Antunes**. Araraquara, 2007 (tese de doutoramento, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2007, 152p).

FONSECA, Márcio Alves da. A preocupação com o sujeito e o poder. *In*: **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 21-38.

FOUCAULT, Michel. O homem e seus duplos. *In*: _____. **As palavras e as coisas**. Trad. António Ramos Rosa. Lisboa: Portugália Editora, 1966, p. 395-446. (Coleção Problemas, 23).

_____. A casa dos loucos. *In*: KATZ, Chaim S. (ed.). **Psicanálise e Sociedade**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977, p. 9-26.

_____. Verdade e Poder. *In*: _____. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, p. 1-14, 1992a, p. 1-14.

____. A casa dos loucos. *In*: _____. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992b, p. 113-128.

____. O Sujeito e o Poder. *In*: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero e Introdução traduzida por Antônio Carlos Maia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

____. Subjetividade e Verdade (1980-1981). *In*: _____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Consultoria de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a, p. 109-115.

____. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.

____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

____. **Vigiar e Punir**. 23^a. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2000b.

____. Da Arqueologia à Dinástica. *In*: _____. **Estratégia, Poder-Saber**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a, p. 48-68 (Coleção Ditos & Escritos, IV)

____. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto C. de Melo Machado e Eduardo J. Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003b.

____. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

____. Aula de 21 de novembro de 1973. *In*: _____. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006a, p. 49-77.

____. Aula de 28 de novembro de 1973. *In*: _____. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006b, p. 79-116.

____. Aula de 12 de dezembro de 1973. *In:* _____. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006c, p. 153-178.

____. Aula de 19 de dezembro de 1973. *In:* _____. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006d, p. 179-215.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GIANNETTI, Eduardo. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIANNOTTI, José Arthur. **Exercícios de Filosofia**. Petrópolis: Vozes, 1980.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Sujeições do presente**: problematizando algumas práticas de confissão. 2003 (inédito).

____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004a.

____. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. *In:* FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral dos (orgs.). **Análise do Discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: EntreMeios, 2004b, p. 19-42.

____. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. *In:* NAVARRO, Pedro (org). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: ClaraLuz, 2006, p. 19-34

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

JONHSON, Spencer. **Quem Mexeu no Meu Queijo?** Trad. Maria Clara de Biase. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LAGRANGE, Jacques. Situação do Curso. *In:* FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 455-478.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1983.

LUCKESI, Cipriano *et al.* **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1984.

LYRA, Pedro. Ciência, filosofia e arte. *In*: KHÉDE, Sônia Salomão. (coord.) **Os contrapontos da literatura**: arte, ciência e filosofia. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 11-23 (Debates Culturais, 1).

MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades contemporâneas. *In*: BARROS, M. E. B. (org.). **Psicologia**: questões contemporâneas. Vitória: EDUFES, 1999, p. 211-229.

MACHADO, Roberto. (Introdução e Tradução). Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, p. VII-XXIII, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Trad. Márcio V. Barbosa e Maria Emília A. T. Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. **Cenas da enunciação**. Trad. Maria C. P. de Souza-e-Silva *et al.* Curitiba: Criar Edições, 2006.

MARTELLI, Carla Giani. **Auto-ajuda e gestão de negócios**: uma parceria de sucesso. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2006.

MENEGALLI, Vânia. Treinar para não remediar. *In*: **Revista Psique**. Ano I, no. 9, p. 24-31.

MENEZES, Jaileila de Araújo. **Literatura de auto-ajuda**: uma perspectiva de produção da subjetividade na contemporaneidade. Rio de Janeiro, 1999 (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999, 134p).

MOLLON, Phil. **O inconsciente**. Trad. Carlos Mendes Rosa. Rio de Janeiro: Relume: Ediouro: Segmento – Duetto, 2005 (Conceitos da psicanálise, v. 1).

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. *In*: ____ (org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 67-92.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. *In*: ____; SARGENTINI, Vanice (org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 97-130.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. **Discurso, gênero e argumentação na auto-ajuda de Shinyashiki**. Araraquara, 2006 (tese de doutoramento, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2006, 196p).

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2001.

____. Identidade lingüística escolar. L. P. *In*: SIGNORINI, Inês. (org.) **Língua(gem) e identidade**. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 203-212.

____. (org.) **O discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993.

____. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PANIAGO, Maria de Lourdes Faria dos Santos. **Práticas discursivas de subjetivação em contexto escolar**. Araraquara, 2005 (tese de doutoramento, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2005, 344p).

PÊCHEUX, Michel; FICHANT, Michel. **Sobre a história das ciências**. Trad. Francisco Bairrão. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. Análise automática do discurso. *In*: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993a, p. 61-161.

_____. A análise do discurso: três épocas. *In*: _____. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993b, p. 311-318.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Cathèrine. A propósito da análise automática do discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993c, p. 163-252.

_____. O papel da memória. *In*: ACHARD, P. et al. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2004.

PRADO FILHO, Kleber. **Trajatórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault**. São Paulo, 1998. (tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1998, 284p).

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

REZENDE, Dolores Del. Treinar para não remediar. *In*: **Revista Psique**. Ano I, no. 9, p. 24-31.

RIBEIRO, Lair. **O sucesso não ocorre por acaso**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. *In*: LINS, Daniel (org.) **Cultura e Subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papyrus, 2000, p. 19-24.

RÜDIGER, Francisco. **Literatura de Auto-Ajuda e Individualismo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul, 1996.

____ (entrevista). Fórmulas simplistas ‘empobrecem’ livros de auto-ajuda. *In*: BIDERMAN, Iara. **Folha de S. Paulo**: Equilíbrio, 6 maio, 2004, p. 9.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em Análise do Discurso. *In*: NAVARRO, Pedro (org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 35-44.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix/Ed. da USP, 1969.

SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. Trad. Maria das Graças de Souza do Nascimento. *In*: **Tempo Social** – Rev. Sociologia da USP. São Paulo, 1995, p. 1-14.

SILVA, Áurea Lúcia de Oliveira. **A interação escrito-leitor através de escolhas lingüísticas**: um estudo em textos de espiritualidade, auto-ajuda e de Chiara Lubich. São Paulo, 2000 (dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, 202p).

SOBRAL, Adail Ubirajara. **Elementos sobre a formação de gêneros discursivos**: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda. São Paulo, 2006 (tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de Paulo, 2006, 280p).

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura**. Lisboa: Publicações Europa América. Edição no. 1106, 1962.

Sites consultados:

www.inventario.ufba.br, consulta em 15/03/2006.

www.livrariacultura.com.br, consulta em 02/04/2006.

www.pnl.com.br, consulta em 20/06/2007.